

Veículo: Jornal Grande Bahia	Online
Data: 17/08/2020	Caderno: Notícias



**Jornalismo  
com opinião  
em defesa da  
Ecologia Integral**

## **Feira de Santana é líder no interior em emissão de notas eletrônicas em junho de 2020**



*Vista aérea de Feira de Santana. Quanto mais notas são emitidas mais informações passam a constar no banco de dados da Sefaz Bahia, o que traz benefícios diretos ao consumidor por contribuir para melhorar os resultados do aplicativo Preço da Hora Bahia.*

Com 22,29 milhões de Notas Fiscais do Consumidor Eletrônicas emitidas no último mês de junho, Salvador lidera o ranking das cidades baianas com maior número de documentos fiscais gerados. Mas, de acordo com os dados da **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba)**, a NFC-e expande-se também pelo interior do estado: quase 70% das 72,5 milhões notas expedidas em junho saíram de empresas localizadas fora da capital. Presente em todos os 417 municípios baianos e emitida por mais de 60 mil empresas, as notas eletrônicas geradas no estado durante o primeiro semestre de 2020 somaram 486 milhões.

O ranking das dez cidades da Bahia com maior número de notas eletrônicas emitidas no mês de junho conta com municípios de diversas regiões. As cinco primeiras, além de Salvador, são Feira de Santana, com 3,76 milhões de notas, Vitória da Conquista, com 2,40 milhões, Lauro de Freitas, com 2,19 milhões, e Camaçari, com 2,11 milhões. Completam ainda o grupo, mas abaixo do montante de 2 milhões de documentos eletrônicos, Itabuna (1,47 milhão), Ilhéus (1,38 milhão), Porto Seguro (1,33 milhão), Juazeiro (1,32 milhão) e Barreiras (1,22 milhão). “Quanto mais notas eletrônicas são emitidas, mais efetivo é o trabalho do fisco”, afirma o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório**.

Ele lembra que o consumidor também se beneficia com o volume crescente de informações, que passam a constar no banco de dados da Sefaz-Ba, trazendo benefícios diretos por contribuir, por exemplo, para melhorar os resultados do aplicativo Preço da Hora Bahia, ferramenta de pesquisas de preço em tempo real, no celular ou no computador, lançada em abril pelo

governador Rui Costa e que já consta com mais de 270 mil usuários. O app pode ser baixado na Apple Store, no Google Play ou no site precodahora.ba.gov.br, sem custo.

## **Obrigatoriedade**

Desde o início de 2019, os contribuintes do Simples Nacional, ou seja, as micro e pequenas empresas, passaram também a emitir a NFC-e de forma obrigatória. De acordo com o Decreto nº 16.434/15, a obrigatoriedade só não vale para os Microempreendedores Individuais (MEIs). O melhor resultado nos últimos seis meses foi obtido em janeiro de 2020, com um total de 98,88 milhões de notas eletrônicas emitidas.

Ao solicitar a nota sempre que fizer uma compra no mercado varejista baiano, o consumidor também contribui com as entidades filantrópicas apoiadas pelo programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. Nesse último caso, é necessário estar inscrito na campanha Nota Premiada Bahia ([www.notapremiadabahia.ba.gov.br](http://www.notapremiadabahia.ba.gov.br)) e solicitar, a cada compra, que o CPF cadastrado seja inserido na nota. A campanha tem hoje cerca de 563 mil participantes em todo o estado.

O app Preço da Hora Bahia, o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade e a campanha Nota Premiada Bahia são iniciativas de cidadania fiscal do governo baiano. Desde que o Sua Nota teve as regras simplificadas e passou a ser vinculado à Nota Premiada Bahia, já foram repassados R\$ 31,8 milhões às instituições participantes do programa. “Todas essas iniciativas só reforçam o quanto é importante o consumidor solicitar a nota fiscal em todas as compras”, explica o secretário da Fazenda, Manoel Vitório.

## **NFC-e**

A Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica, que pode ser reconhecida pelo código de barras em formato quadrado, é emitida pelos contribuintes do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e registra as transações no varejo. É obrigação do comerciante varejista emitir o documento fiscal no momento da venda. A emissão do documento fiscal permite ao fisco verificar se o recolhimento do ICMS foi realizado da forma devida.

De acordo com a Sefaz-Ba, os estabelecimentos obrigados a aderir à NFC-e mas que não emitirem o documento poderão ter a inscrição estadual tornada inapta, ficando, na prática, impedidos de operar. Além disso, podem receber uma multa cujo valor corresponde a 2% do total das vendas feitas com os documentos fiscais indevidos. O credenciamento pode ser feito no site [www.sefaz.ba.gov.br](http://www.sefaz.ba.gov.br), clicando em “Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica” > “Como se tornar emissor de NFC-e”.

Veículo: Site Taboca Notícias	Online
Data: 17/08/2020	Caderno: Notícias



**segunda-feira, 17 de agosto de 2020**

### **Itabuna tem 1,47 milhão de notas eletrônicas emitidas em junho**

**Quanto mais notas são emitidas mais informações passam a constar no banco de dados da Sefaz-Ba, o que traz benefícios diretos ao consumidor por contribuir para melhorar os resultados do aplicativo Preço da Hora Bahia.**

Com 22,29 milhões de Notas Fiscais do Consumidor Eletrônicas emitidas no último mês de junho, Salvador lidera o ranking das cidades baianas com maior número de documentos fiscais gerados. Mas, de acordo com os dados da **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba)**, a NFC-e expande-se também pelo interior do estado: quase 70% das 72,5 milhões notas expedidas em junho saíram de empresas localizadas fora da capital. Presente em todos os 417 municípios baianos e emitida por mais de 60 mil empresas, as notas eletrônicas geradas no estado durante o primeiro semestre de 2020 somaram 486 milhões.

O ranking das dez cidades da Bahia com maior número de notas eletrônicas emitidas no mês de junho conta com municípios de diversas regiões. As cinco primeiras, além de Salvador, são Feira de Santana, com 3,76 milhões de notas, Vitória da Conquista, com 2,40 milhões, Lauro de Freitas, com 2,19 milhões, e Camaçari, com 2,11 milhões. Completam ainda o grupo, mas abaixo do montante de 2 milhões de documentos eletrônicos, Itabuna (1,47 milhão), Ilhéus (1,38 milhão), Porto Seguro (1,33 milhão), Juazeiro (1,32 milhão) e Barreiras (1,22 milhão). “Quanto mais notas eletrônicas são emitidas, mais efetivo é o trabalho do fisco”, afirma o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório**.

Ele lembra que o consumidor também se beneficia com o volume crescente de informações, que passam a constar no banco de dados da Sefaz-Ba, trazendo benefícios diretos por contribuir, por exemplo, para melhorar os resultados do aplicativo Preço da Hora Bahia, ferramenta de pesquisas de preço em tempo real, no celular ou no computador, lançada em abril pelo governador Rui Costa e que já consta com mais de 270 mil usuários. O app pode ser baixado na Apple Store, no Google Play ou no site [precodahora.ba.gov.br](http://precodahora.ba.gov.br), sem custo.

### **Obrigatoriedade**

Desde o início de 2019, os contribuintes do Simples Nacional, ou seja, as micro e pequenas empresas, passaram também a emitir a NFC-e de forma obrigatória. De acordo com o Decreto nº 16.434/15, a obrigatoriedade só não vale para os Microempreendedores Individuais (MEIs). O melhor resultado nos últimos seis meses foi obtido em janeiro de 2020, com um total de 98,88 milhões de notas eletrônicas emitidas.

Ao solicitar a nota sempre que fizer uma compra no mercado varejista baiano, o consumidor também contribui com as entidades filantrópicas apoiadas pelo programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. Nesse último caso, é necessário estar inscrito na campanha Nota Premiada Bahia ([www.notapremiadabahia.ba.gov.br](http://www.notapremiadabahia.ba.gov.br)) e solicitar, a cada compra, que o CPF cadastrado seja inserido na nota. A campanha tem hoje cerca de 563 mil participantes em todo o estado.

O app Preço da Hora Bahia, o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade e a campanha Nota Premiada Bahia são iniciativas de cidadania fiscal do governo baiano. Desde que o Sua Nota teve as regras simplificadas e passou a ser vinculado à Nota Premiada Bahia, já foram repassados

R\$ 31,8 milhões às instituições participantes do programa. “Todas essas iniciativas só reforçam o quanto é importante o consumidor solicitar a nota fiscal em todas as compras”, explica o secretário da Fazenda, Manoel Vitório.

### **NFC-e**

A Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica, que pode ser reconhecida pelo código de barras em formato quadrado, é emitida pelos contribuintes do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e registra as transações no varejo. É obrigação do comerciante varejista emitir o documento fiscal no momento da venda. A emissão do documento fiscal permite ao fisco verificar se o recolhimento do ICMS foi realizado da forma devida.

De acordo com a Sefaz-Ba, os estabelecimentos obrigados a aderir à NFC-e mas que não emitirem o documento poderão ter a inscrição estadual tornada inapta, ficando, na prática, impedidos de operar. Além disso, podem receber uma multa cujo valor corresponde a 2% do total das vendas feitas com os documentos fiscais indevidos. O credenciamento pode ser feito no site [www.sefaz.ba.gov.br](http://www.sefaz.ba.gov.br), clicando em "Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica" > "Como se tornar emissor de NFC-e".

Veículo: Bahia Online	Online
Data: 17/08/2020	Caderno: Notícias



## Ilhéus tem 1,38 milhão de notas eletrônicas emitidas em junho

17 DE AGOSTO DE 2020



Com 22,29 milhões de Notas Fiscais do Consumidor Eletrônicas emitidas no último mês de junho, Salvador lidera o ranking das cidades baianas com maior número de documentos fiscais gerados. Mas, de acordo com os dados da **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba)**, a NFC-e expande-se também pelo interior do estado: quase 70% das 72,5 milhões notas expedidas em junho saíram de empresas localizadas fora da capital. Presente em todos os 417 municípios baianos e emitida por mais de 60 mil empresas, as notas eletrônicas geradas no estado durante o primeiro semestre de 2020 somaram 486 milhões.

O ranking das dez cidades da Bahia com maior número de notas eletrônicas emitidas no mês de junho conta com municípios de diversas regiões. As cinco primeiras, além de Salvador, são Feira de Santana, com 3,76 milhões de notas, Vitória da Conquista, com 2,40 milhões, Lauro de Freitas, com 2,19 milhões, e Camaçari, com 2,11 milhões. Completam ainda o grupo, mas abaixo do montante de 2 milhões de documentos eletrônicos, Itabuna (1,47 milhão), Ilhéus (1,38 milhão), Porto Seguro (1,33 milhão), Juazeiro (1,32 milhão) e Barreiras (1,22 milhão). “Quanto mais notas eletrônicas são emitidas, mais efetivo é o trabalho do fisco”, afirma o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória**.

Ele lembra que o consumidor também se beneficia com o volume crescente de informações, que passam a constar no banco de dados da Sefaz-Ba, trazendo benefícios diretos por contribuir, por exemplo, para melhorar os resultados do aplicativo Preço da Hora Bahia, ferramenta de pesquisas de preço em tempo real, no celular ou no computador, lançada em abril pelo governador Rui Costa e que já consta com mais de 270 mil usuários. O app pode ser baixado na Apple Store, no Google Play ou no site precodahora.ba.gov.br, sem custo.

## Obrigatoriedade

Desde o início de 2019, os contribuintes do Simples Nacional, ou seja, as micro e pequenas empresas, passaram também a emitir a NFC-e de forma obrigatória. De acordo com o Decreto nº 16.434/15, a obrigatoriedade só não vale para os Microempreendedores Individuais (MEIs). O melhor resultado nos últimos seis meses foi obtido em janeiro de 2020, com um total de 98,88 milhões de notas eletrônicas emitidas.

Ao solicitar a nota sempre que fizer uma compra no mercado varejista baiano, o consumidor também contribui com as entidades filantrópicas apoiadas pelo programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. Nesse último caso, é necessário estar inscrito na campanha Nota Premiada Bahia ([www.notapremiadabahia.ba.gov.br](http://www.notapremiadabahia.ba.gov.br)) e solicitar, a cada compra, que o CPF cadastrado seja inserido na nota. A campanha tem hoje cerca de 563 mil participantes em todo o estado.

O app Preço da Hora Bahia, o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade e a campanha Nota Premiada Bahia são iniciativas de cidadania fiscal do governo baiano. Desde que o Sua Nota teve as regras simplificadas e passou a ser vinculado à Nota Premiada Bahia, já foram repassados R\$ 31,8 milhões às instituições participantes do programa. “Todas essas iniciativas só reforçam o quanto é importante o consumidor solicitar a nota fiscal em todas as compras”, explica o secretário da Fazenda, Manoel Vitória.

## NFC-e

A Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica, que pode ser reconhecida pelo código de barras em formato quadrado, é emitida pelos contribuintes do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e registra as transações no varejo. É obrigação do comerciante varejista emitir o documento fiscal no momento da venda. A emissão do documento fiscal permite ao fisco verificar se o recolhimento do ICMS foi realizado da forma devida.

De acordo com a Sefaz-Ba, os estabelecimentos obrigados a aderir à NFC-e mas que não emitirem o documento poderão ter a inscrição estadual tornada inapta, ficando, na prática, impedidos de operar. Além disso, podem receber uma multa cujo valor corresponde a 2% do total das vendas feitas com os documentos fiscais indevidos. O credenciamento pode ser feito no site [www.sefaz.ba.gov.br](http://www.sefaz.ba.gov.br), clicando em “Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica” > “Como se tornar emissor de NFC-e”.



Veículo: Blog Agravo	Online
Data: 17/08/2020	Caderno: Notícias



## Ilhéus tem 1,38 milhão de notas eletrônicas emitidas em junho

Por Blog Agravo / 17 de agosto de 2020 às 15:25



# Ilhéus tem 1,38 milhão de notas eletrônicas emitidas em junho

Por [Blog Agravo](#) / 17 de agosto de 2020 às 15:25



Com 22,29 milhões de Notas Fiscais do Consumidor Eletrônicas emitidas no último mês de junho, Salvador lidera o ranking das cidades baianas com maior número de documentos fiscais gerados. Mas, de acordo com os dados da **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba)**, a NFC-e expande-se também pelo interior do estado: quase 70% das 72,5 milhões notas expedidas em junho saíram de empresas localizadas fora da capital. Presente em todos os 417 municípios baianos e emitida por mais de 60 mil empresas, as notas eletrônicas geradas no estado durante o primeiro semestre de 2020 somaram 486 milhões.

O ranking das dez cidades da Bahia com maior número de notas eletrônicas emitidas no mês de junho conta com municípios de diversas regiões. As cinco primeiras, além de Salvador, são Feira de Santana, com 3,76 milhões de notas, Vitória da Conquista, com 2,40 milhões, Lauro de Freitas, com 2,19 milhões, e Camaçari, com 2,11 milhões. Completam ainda o grupo, mas abaixo do montante de 2 milhões de documentos eletrônicos, Itabuna (1,47 milhão), Ilhéus (1,38 milhão), Porto Seguro (1,33 milhão), Juazeiro (1,32 milhão) e Barreiras (1,22 milhão). “Quanto mais notas eletrônicas são emitidas, mais efetivo é o trabalho do fisco”, afirma o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório**.

Ele lembra que o consumidor também se beneficia com o volume crescente de informações, que passam a constar no banco de dados da Sefaz-Ba, trazendo benefícios diretos por contribuir, por exemplo, para melhorar os resultados do aplicativo Preço da Hora Bahia, ferramenta de pesquisas de preço em tempo real, no celular ou no computador, lançada em abril pelo governador Rui Costa e que já consta com mais de 270 mil usuários. O app pode ser baixado na Apple Store, no Google Play ou no site precodahora.ba.gov.br, sem custo.

### **Obrigatoriedade**

Desde o início de 2019, os contribuintes do Simples Nacional, ou seja, as micro e pequenas empresas, passaram também a emitir a NFC-e de forma obrigatória. De acordo com o Decreto nº 16.434/15, a obrigatoriedade só não vale para os Microempreendedores Individuais (MEIs). O melhor resultado nos últimos seis meses foi obtido em janeiro de 2020, com um total de 98,88 milhões de notas eletrônicas emitidas.

Ao solicitar a nota sempre que fizer uma compra no mercado varejista baiano, o consumidor também contribui com as entidades filantrópicas apoiadas pelo programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. Nesse último caso, é necessário estar inscrito na campanha Nota Premiada Bahia ([www.notapremiadabahia.ba.gov.br](http://www.notapremiadabahia.ba.gov.br)) e solicitar, a cada compra, que o CPF cadastrado seja inserido na nota. A campanha tem hoje cerca de 563 mil participantes em todo o estado.

O app Preço da Hora Bahia, o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade e a campanha Nota Premiada Bahia são iniciativas de cidadania fiscal do governo baiano. Desde que o Sua Nota teve as regras simplificadas e passou a ser vinculado à Nota Premiada Bahia, já foram repassados R\$ 31,8 milhões às instituições participantes do programa. “Todas essas iniciativas só reforçam o quanto é importante o consumidor solicitar a nota fiscal em todas as compras”, explica o secretário da Fazenda, Manoel Vitória.

### **NFC-e**

A Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica, que pode ser reconhecida pelo código de barras em formato quadrado, é emitida pelos contribuintes do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e registra as transações no varejo. É obrigação do comerciante varejista emitir o documento fiscal no momento da venda. A emissão do documento fiscal permite ao fisco verificar se o recolhimento do ICMS foi realizado da forma devida.

De acordo com a Sefaz-Ba, os estabelecimentos obrigados a aderir à NFC-e mas que não emitirem o documento poderão ter a inscrição estadual tornada inapta, ficando, na prática, impedidos de operar. Além disso, podem receber uma multa cujo valor corresponde a 2% do total das vendas feitas com os documentos fiscais indevidos. O credenciamento pode ser feito no site [www.sefaz.ba.gov.br](http://www.sefaz.ba.gov.br), clicando em “Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica” > “Como se tornar emissor de NFC-e”.



Veículo: Rede GN	Online
Data: 17/08/2020	Caderno: Notícias



## *Juazeiro tem 1,32 milhão de notas eletrônicas emitidas em junho*



Com 22,29 milhões de Notas Fiscais do Consumidor Eletrônicas emitidas no último mês de junho, Salvador lidera o ranking das cidades baianas com maior número de documentos fiscais gerados. Mas, de acordo com os dados da **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba)**, a NFC-e expande-se também pelo interior do estado: quase 70% das 72,5 milhões notas expedidas em junho saíram de empresas localizadas fora da capital. Presente em todos os 417 municípios baianos e emitida por mais de 60 mil empresas, as notas eletrônicas geradas no estado durante o primeiro semestre de 2020 somaram 486 milhões.

O ranking das dez cidades da Bahia com maior número de notas eletrônicas emitidas no mês de junho conta com municípios de diversas regiões. As cinco primeiras, além de Salvador, são Feira de Santana, com 3,76 milhões de notas, Vitória da Conquista, com 2,40 milhões, Lauro de Freitas, com 2,19 milhões, e Camaçari, com 2,11 milhões. Completam ainda o grupo, mas abaixo do montante de 2 milhões de documentos eletrônicos, Itabuna (1,47 milhão), Ilhéus (1,38 milhão), Porto Seguro (1,33 milhão), Juazeiro (1,32 milhão) e Barreiras (1,22 milhão). "Quanto mais notas eletrônicas são emitidas, mais efetivo é o trabalho do fisco", afirma o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório**.

Ele lembra que o consumidor também se beneficia com o volume crescente de informações, que passam a constar no banco de dados da Sefaz-Ba, trazendo benefícios diretos por contribuir, por exemplo, para melhorar os resultados do aplicativo Preço da Hora Bahia, ferramenta de pesquisas de preço em tempo real, no celular ou no computador, lançada em abril pelo governador Rui Costa e que já consta com mais de 270 mil usuários. O app pode ser baixado na Apple Store, no Google Play ou no site [precodahora.ba.gov.br](http://precodahora.ba.gov.br), sem custo.

Obrigatoriedade

Desde o início de 2019, os contribuintes do Simples Nacional, ou seja, as micro e pequenas empresas, passaram também a emitir a NFC-e de forma obrigatória. De acordo com o Decreto nº 16.434/15, a obrigatoriedade só não vale para os Microempreendedores Individuais (MEIs). O melhor resultado nos últimos seis meses foi obtido em janeiro de 2020, com um total de 98,88 milhões de notas eletrônicas emitidas.

Ao solicitar a nota sempre que fizer uma compra no mercado varejista baiano, o consumidor também contribui com as entidades filantrópicas apoiadas pelo programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. Nesse último caso, é necessário estar inscrito na campanha Nota Premiada Bahia ([www.notapremiadabahia.ba.gov.br](http://www.notapremiadabahia.ba.gov.br)) e solicitar, a cada compra, que o CPF cadastrado seja inserido na nota. A campanha tem hoje cerca de 563 mil participantes em todo o estado.

O app Preço da Hora Bahia, o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade e a campanha Nota Premiada Bahia são iniciativas de cidadania fiscal do governo baiano. Desde que o Sua Nota teve as regras simplificadas e passou a ser vinculado à Nota Premiada Bahia, já foram repassados R\$ 31,8 milhões às instituições participantes do programa. "Todas essas iniciativas só reforçam o quanto é importante o consumidor solicitar a nota fiscal em todas as compras", explica o secretário da Fazenda, Manoel Vitória.

#### NFC-e

A Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica, que pode ser reconhecida pelo código de barras em formato quadrado, é emitida pelos contribuintes do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e registra as transações no varejo. É obrigação do comerciante varejista emitir o documento fiscal no momento da venda. A emissão do documento fiscal permite ao fisco verificar se o recolhimento do ICMS foi realizado da forma devida.

De acordo com a Sefaz-Ba, os estabelecimentos obrigados a aderir à NFC-e mas que não emitirem o documento poderão ter a inscrição estadual tornada inapta, ficando, na prática, impedidos de operar. Além disso, podem receber uma multa cujo valor corresponde a 2% do total das vendas feitas com os documentos fiscais indevidos. O credenciamento pode ser feito no site [www.sefaz.ba.gov.br](http://www.sefaz.ba.gov.br), clicando em "Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica" > "Como se tornar emissor de NFC-e".

Ascom Sefaz/BA

Veículo: Blog da Josélia Maria	Online
Data: 17/08/2020	Caderno: Notícias



## Juazeiro tem 1,32 milhão de notas eletrônicas emitidas em junho

**Postado em 17 de agosto de 2020 por Josélia Maria**

Com 22,29 milhões de Notas Fiscais do Consumidor Eletrônicas emitidas no último mês de junho, Salvador lidera o ranking das cidades baianas com maior número de documentos fiscais gerados. Mas, de acordo com os dados da **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba)**, a NFC-e expande-se também pelo interior do estado: quase 70% das 72,5 milhões notas expedidas em junho saíram de empresas localizadas fora da capital. Presente em todos os 417 municípios baianos e emitida por mais de 60 mil empresas, as notas eletrônicas geradas no estado durante o primeiro semestre de 2020 somaram 486 milhões.

O ranking das dez cidades da Bahia com maior número de notas eletrônicas emitidas no mês de junho conta com municípios de diversas regiões. As cinco primeiras, além de Salvador, são Feira de Santana, com 3,76 milhões de notas, Vitória da Conquista, com 2,40 milhões, Lauro de Freitas, com 2,19 milhões, e Camaçari, com 2,11 milhões. Completam ainda o grupo, mas abaixo do montante de 2 milhões de documentos eletrônicos, Itabuna (1,47 milhão), Ilhéus (1,38 milhão), Porto Seguro (1,33 milhão), Juazeiro (1,32 milhão) e Barreiras (1,22 milhão). “Quanto mais notas eletrônicas são emitidas, mais efetivo é o trabalho do fisco”, afirma o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória**.

Ele lembra que o consumidor também se beneficia com o volume crescente de informações, que passam a constar no banco de dados da Sefaz-Ba, trazendo benefícios diretos por contribuir, por exemplo, para melhorar os resultados do aplicativo Preço da Hora Bahia, ferramenta de pesquisas de preço em tempo real, no celular ou no computador, lançada em abril pelo governador Rui Costa e que já consta com mais de 270 mil usuários. O app pode ser baixado na Apple Store, no Google Play ou no site precodahora.ba.gov.br, sem custo.

### **Obrigatoriedade**

Desde o início de 2019, os contribuintes do Simples Nacional, ou seja, as micro e pequenas empresas, passaram também a emitir a NFC-e de forma obrigatória. De acordo com o Decreto nº 16.434/15, a obrigatoriedade só não vale para os Microempreendedores Individuais (MEIs). O melhor resultado nos últimos seis meses foi obtido em janeiro de 2020, com um total de 98,88 milhões de notas eletrônicas emitidas.

Ao solicitar a nota sempre que fizer uma compra no mercado varejista baiano, o consumidor também contribui com as entidades filantrópicas apoiadas pelo programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. Nesse último caso, é necessário estar inscrito na campanha Nota Premiada Bahia

([www.notapremiadabahia.ba.gov.br](http://www.notapremiadabahia.ba.gov.br)) e solicitar, a cada compra, que o CPF cadastrado seja inserido na nota. A campanha tem hoje cerca de 563 mil participantes em todo o estado.

O app Preço da Hora Bahia, o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade e a campanha Nota Premiada Bahia são iniciativas de cidadania fiscal do governo baiano. Desde que o Sua Nota teve as regras simplificadas e passou a ser vinculado à Nota Premiada Bahia, já foram repassados R\$ 31,8 milhões às instituições participantes do programa. “Todas essas iniciativas só reforçam o quanto é importante o consumidor solicitar a nota fiscal em todas as compras”, explica o secretário da Fazenda, Manoel Vítório.

#### NFC-e

A Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica, que pode ser reconhecida pelo código de barras em formato quadrado, é emitida pelos contribuintes do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e registra as transações no varejo. É obrigação do comerciante varejista emitir o documento fiscal no momento da venda. A emissão do documento fiscal permite ao fisco verificar se o recolhimento do ICMS foi realizado da forma devida.

De acordo com a Sefaz-Ba, os estabelecimentos obrigados a aderir à NFC-e mas que não emitirem o documento poderão ter a inscrição estadual tornada inapta, ficando, na prática, impedidos de operar. Além disso, podem receber uma multa cujo valor corresponde a 2% do total das vendas feitas com os documentos fiscais indevidos. O credenciamento pode ser feito no site [www.sefaz.ba.gov.br](http://www.sefaz.ba.gov.br), clicando em “Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica” > “Como se tornar emissor de NFC-e”.

Veículo: TV Aratu	
Data: 17/08/2020	Programa: Aratu Notícias
Assunto: Apreensão de carreta pela PRF transportando 44 mil litros de álcool de forma irregular na BR 242 perto do município de Boa Vista do Tupim. Combustível só será liberado após autorização da <b><u>Sefaz-Ba.</u></b>	

**Data:** 17/08/2020

**Hora:** 19:29:22

**Duração:** 01:26

**Emissora:** TV ARATU

**Programa:** ARATU NOTÍCIAS

**Apresentador (a):** LISE OLIVEIRA

**Citação Direta:** Sim

**Impacto:** POSITIVO

**Sinopse:** Apreensão de carreta pela PRF transportando 44 mil litros de álcool de forma irregular na BR 242 perto do município de Boa Vista do Tupim. Combustível só será liberado após autorização da **Sefaz-Ba.**

Veículo: G1	Economia E Mercado
Data: 18/08/20	<b><u>Cita Sefaz</u></b>



## **Carreta com 44 mil litros de combustível é apreendida com nota fiscal fraudada na BR-242; esta é a 3º em agosto**

**Apreensão aconteceu na BR-242, no trecho da cidade de Boa Vista do Tupim, na região da Chapada Diamantina. Sefaz investiga.**

**Por G1 BA**

18/08/2020 06h24 Atualizado há 4 horas



Carreta com 44 mil litros de combustível é apreendida com nota fiscal fraudada na BR-242 — Foto: Divulgação/PRF-BA

Mais uma carreta de combustível foi apreendida com nota fiscal fraudada, desta vez no Km 270 da BR-242, no trecho da cidade de Boa Vista do Tupim, na região da Chapada Diamantina. Esse é o terceiro veículo apreendido com fraudes na nota fiscal.

A carreta foi apreendida no domingo (16). De acordo com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), o veículo transportava 44 mil litros de álcool hidratado. O material, que foi encontrado durante vistoria, estava sendo levado para o Rio Grande do Norte.

Ao ser abordado, o motorista demonstrou nervosismo e deu informações contraditórias com relação ao destino da carga, segundo a PRF. A



**Secretária da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz)** foi chamada no local e constatou a sonegação fiscal.

O combustível e a carreta foram retidos na unidade operacional da PRF de Itaberaba e só serão liberados quando a Sefaz apurar as irregularidades.

Na última quarta-feira (12), a **secretaria pediu a abertura de um inquérito para apurar fraudes no comércio e transporte de combustível na Bahia.**

Duas outras carretas de combustíveis foram apreendidas neste mês. **Uma das apreensões aconteceu na noite do dia 7**, e a outra na manhã do dia 8. De acordo com a Sefaz, o inquérito foi aberto pelo Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco) da Polícia Civil, por causa das similaridades entre as duas apreensões.

# União desembolsa R\$ 5,7 bilhões como avalista de Estados

14 Estados e sete prefeituras estão impedidos de contratar empréstimos com garantia federal, aponta Tesouro

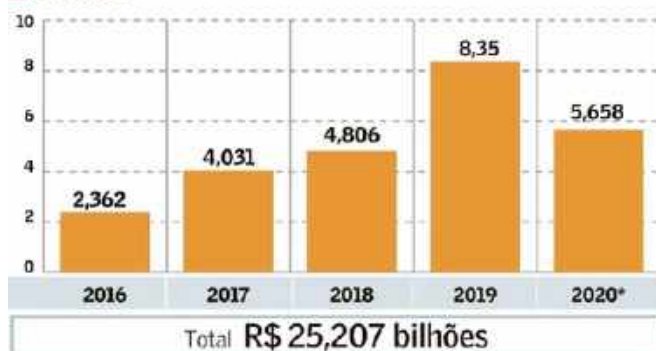
Por Lu Aiko Otta — De Brasília

18/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

## Conta pesada

Dívidas de Estados e municípios honradas pelo Tesouro Nacional - R\$ bilhões

### Estados



### Municípios



Fonte: Tesouro Nacional \*até julho

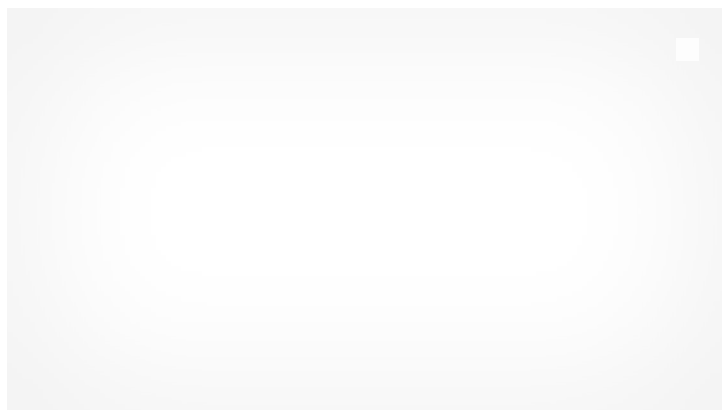
Quatorze Estados e sete prefeituras estão impedidos de contratar empréstimos com garantia da União, informa relatório publicado ontem pela Secretaria do Tesouro Nacional. Na maior parte, são entes subnacionais que tomaram recursos tendo a União como avalista, mas não fizeram seus pagamentos. Nesses casos, o governo federal precisa honrar o compromisso.

De janeiro a julho deste ano, a União precisou desembolsar R\$ 5,658 bilhões na condição de avalista de Estados e outros R\$ 30,95 milhões para cobrir pagamentos

não realizados por prefeituras. É um aumento de 23,18% na comparação com igual período de 2019.

Quando um pagamento deixa de ser feito por um Estado ou município, a União quita a prestação, mas depois pode recuperar os recursos, ao executar contragarantias oferecidas pelo ente subnacional. No entanto, em muitos casos há impedimento judicial.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

“Pelo fato de a União estar impedida de recuperar as contragarantias de diversos Estados que obtiveram liminares judiciais suspendendo a execução das referidas contragarantias, e também as relativas ao Estado do Rio de Janeiro, que está sob o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), os valores honrados no ano aumentaram a necessidade de financiamento da dívida pública federal”, diz nota divulgada pelo Tesouro. Amapá, Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul obtiveram liminares que barram a execução de contragarantias.

Quando a União precisa honrar uma garantia, o Estado ou município fica 12 meses sem poder tomar novos empréstimos com aval federal. No caso do Estado de São Paulo, por exemplo, novas operações estão suspensas até 25 de maio de 2021, por causa de um pagamento de R\$ 290 milhões.

A lista de Estados impedidos de contratar novos empréstimos pelo fato de haverem acionado a garantia da União são: Amapá, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima, São Paulo e Tocantins. Também estão nessa situação os seguintes municípios: Belford Roxo (RJ), Cachoeirinha (RS), Chapecó (SC), Goiânia (GO), Natal (RN), Novo Hamburgo

(RS) e Rio Grande (RS). O Estado de Sergipe está com novas operações suspensas, mas por outro motivo: atraso nos pagamentos.

De acordo com dados do Tesouro, em julho foram honradas R\$ 178,77 milhões em dívidas, de: Minas Gerais (R\$ 167,94 milhões), Rio de Janeiro (R\$ 7,94 milhões) e Rio Grande do Norte (R\$ 2,89 milhões).

No acumulado do ano de 2020, seis Estados foram responsáveis por 94,78% do valor honrado pela União: Minas Gerais (R\$ 2,10 bilhões, ou 36,90% do total), Rio de Janeiro (R\$ 2,05 bilhões ou 36,05% do total), Goiás (R\$ 553,18 milhões, ou 9,72% do total), Pernambuco (R\$ 354,85 milhões ou 6,24% do total), Bahia (R\$ 239,80 milhões, ou 4,21% do total) e Rio Grande do Norte (R\$ 94,27 milhões, ou 1,66% do total).

Desde 2016, quando a crise fiscal se agravou, o Tesouro já honrou R\$ 25,304 bilhões em dívidas não pagas de Estados e municípios. A maior parte foi para o Estado do Rio de Janeiro: R\$ 16,338 bilhões. Em seguida, vêm Minas Gerais, com R\$ 5,960 bilhões, e Goiás, com R\$ 1,357 bilhão.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Sertanejo aparece muito mais magro e causa espanto  
KETODROL

### LINK PATROCINADO

Truques de bicarbonato de sódio que todos deveriam conhecer  
DO IT HOUSES

### LINK PATROCINADO

Médico alerta: Pare de comer esses 3 alimentos hoje  
DR. RAFAEL FREITAS

### LINK PATROCINADO

Mulher de Lauro De Freitas descobre solução para varizes em planta  
VARICLEAR

### LINK PATROCINADO

O mais escolhido pelos artistas agora com frete grátis para Lauro De Freitas e região  
TTCENTER

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 18/08/2020	Página: A2

## Mais responsabilidade nas despesas públicas

**Carlos Rodolfo Schneider**  
Empresário

O déficit primário do setor público em 2020 deve ultrapassar os R\$ 800 bilhões no Brasil, o que representa 12% do PIB, nas projeções do Ministério da Economia. A se confirmar a expectativa do Boletim Focus, de retração da economia em 6,5%, a dívida bruta do Tesouro deve chegar aos 98% do PIB esse ano, contra 75,8% em 2019. E, segundo a Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado, deve crescer até os 117% em 2030, muito acima dos números dos demais países em desenvolvimento.

Aliás, temos uma situação curiosa. Quando o quadro está ruim não se fazem reformas porque não dá, as prioridades são outras. E quando as coisas vão bem,

acredita-se que não há mais necessidade de fazê-las. Um comportamento que faz do Brasil o eterno país do futuro. Por sorte, e grande esforço de alguns gestores públicos e movimentos da sociedade civil, conseguimos avanços importantes nos últimos anos, sem o que certamente estaríamos em situação bem mais delicada.

O momento é de salvar vidas e em-

*O nível de gastos para enfrentamento da pandemia e a piora dos indicadores fiscais exigirão trabalho duro e sacrifícios*

pregos, mas isso não significa "liberar geral", nem ter licença para gastar. Não é hora, por absoluta falta de espaço fiscal, de resolver todos os problemas de todos, mesmo os anteriores à pandemia. Mas a pressão para perenizar o auxílio emergencial ou criar um programa de renda mínima é grande. O economista Marcos Mendes alerta que um país com a vulnerabilidade fiscal do Brasil precisa fazer escolhas e definir a origem dos recursos quando quiser aumentar gastos públicos, mesmo que para melhorar a proteção social. Isso significa cortar privilégios, enfrentar corporações, o que o Congresso nem sempre está disposto a incluir na pauta.

A equipe econômica está propondo um programa chamado Renda Brasil, aglutinando auxílios já existentes que funcionam bem como o Bolsa Família, e redirecionando os recursos daqueles que

não funcionam tão bem, com baixo impacto redistributivo. Não há espaço para criar despesas públicas permanentes nem para um amplo programa público de investimentos em infraestrutura. E que certamente ajudaria a reforçar as bases para o crescimento do país. Mas, como disse o economista José Júlio Senna, da FGV, não é hora de aumentar investimentos públicos e sim de controlar os danos.

As projeções para o crescimento da economia brasileira feitas por diferentes organismos não são boas: -6,5%, segundo o Banco Central, -8,1% e -9,1%, segundo o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), respectivamente. O nível de gastos necessário ao enfrentamento da pandemia e a piora dos indicadores fiscais exigirão trabalho duro e sacrifícios da sociedade brasileira nos próximos anos.

**COVID-19** A queda nos negócios em junho foi de 10,4%, a menor retração desde o mês de março, início da pandemia

## COMÉRCIO BAIANO REGISTRA PRIMEIROS SINAIS DE RECUPERAÇÃO NAS VENDAS

MARJORIE MOURA

O comércio varejista da Bahia faturou R\$ 6,78 bilhões em junho, 10,4% a menos em relação ao mesmo período do ano passado. O prejuízo no mês foi de R\$ 790 milhões, de acordo com cálculo da Fecomércio-BA, em análise dos dados do IBGE. Apesar do desempenho negativo, este foi a menor variação desde março, mês que marcou o início da pandemia no país. Com o dado consolidado de junho, o segundo trimestre encerra com variação negativa de 27,7%, confirmando a projeção feita pela federação.

"Embora o desempenho geral tenha sido negativo, há sinais claros de uma recuperação nas vendas. É a menor queda desde o início da pandemia, e a maioria dos setores já supera o faturamento de 2019", analisa Guilherme Dietze, consultor econômico da Fecomércio-BA.

A projeção da Fecomércio-BA para o segundo semestre é de queda de 13%, mais baixa que os 18,1% dos primeiros seis meses deste ano. Para o fechamento do ano, a expectativa é de retração de 15%.

### Setores com alta

Segundo Dietze, os destaques do mês foram os se-



Auxílio emergencial ajudou alta de 41,1% nas vendas de materiais de construção

**13%**

é projeção da Fecomércio para queda nas vendas no segundo semestre, abaixo do recuo de 18,1% dos seis primeiros meses do ano

tores de materiais de construção, móveis & decoração e eletroeletrônicos, que registraram crescimento respectivo de 41,1%, 15,7% e 14,8%. O auxílio emergencial foi fundamental para que essas atividades se recuperassem.

"O acesso ao crédito con-

tinua difícil em razão do alto risco de inadimplência. Além disso, a adaptação das pessoas ao trabalho remoto também contribuiu para que as pessoas fizessem pequenas reformas, montassem seus escritórios e comprassem equipamentos de informática,

limpeza e cozinha", destaca o economista

As vendas nos supermercados cresceram 10,3% como reflexo da necessidade das famílias em comprar alimentos e bebidas neste momento de pandemia. Grande parte do auxílio emergencial foi destinada a esse segmento e principalmente aos pequenos e médios mercados.

Também em maio, a única expansão nas vendas foi em Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (9,4%). Segundo o IBGE, no período, o bom desempenho dos supermercados foi ajudado pelo pagamento do 13º salário de aposentados e pela liberação do auxílio emergencial.

O setor de farmácias e perfumarias voltou a registrar alta de 4,4% no contraponto anual, depois de meses de queda. No campo negativo, com destaque pela variação acentuada, está o setor de vestuário, tecidos e calçados que, em junho, registrou retração de 80% na comparação anual. Isso se deveu a menor necessidade de renovação do guarda-roupa, explicou Dietze, acrescentando ser este um segmento que possui uma série de limitações para se desenvolver no e-commerce. "Não há perspectiva de recuperação mesmo com a reabertura

gradual das lojas".

### Outras atividades

Outras duas atividades que exerceram forte influência para o desempenho geral, conforme análise econômica, foram: concessionárias de veículos e o grupo Outras Atividades, em que estão incluídos combustíveis para veículos, artigos esportivos, joalherias etc. O primeiro apontou recuo anual de 30,1%. Já o grupo Outras Atividades retraiu 30,3% e, neste ponto, está mais ligado a fração demanda de combustíveis, como a gasolina.

Na média nacional da série com ajuste sazonal, na passagem de maio para junho de 2020, no comércio varejista, houve alta em sete das oito atividades: Livros, jornais, revistas e papelaria (69,1%); Tecidos, vestuário e calçados (53,2%); Móveis e eletrodomésticos (31,0%); Outros artigos de uso pessoal e doméstico (26,1%); Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (22,7%); Combustíveis e lubrificantes (5,6%); e Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (0,7%). Apenas o setor de Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (-2,7%), apresentou recuo nas vendas ante maio de 2020.



Veículo: A Tarde	Caderno: Especial
Data: 18/08/2020	Página: A8

## CURTAS

### Mercado prevê queda de 5,52% do PIB

A previsão do mercado financeiro para a queda da economia brasileira este ano foi ajustada de 5,62% para 5,52%. A estimativa de recuo do Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de todos os bens e serviços produzidos no país – está no boletim Focus, publicação divulgada todas as sema-

nas pelo Banco Central (BC), com a projeção para os principais indicadores econômicos. O mercado financeiro tem reduzido a projeção de queda há sete semanas consecutivas. Para o próximo ano, a expectativa é de crescimento de 3,50%, a mesma previsão há 12 semanas consecutivas.

### Petróleo registra aumento de 1,3%

As cotações de petróleo fecharam em alta ontem a dois dias de uma reunião ministerial da Opep e aliados (Opep+) para analisar o cumprimento de seus cortes voluntários de produção. Assim, em Londres o barril de Brent do Mar do Norte para entrega em outubro subiu 1,3%, a 45,37 dó-

lares. Em Nova York, o barril de WTI para entrega em setembro subiu 2,1% a 42,89 dólares, um recorde desde março. As duas altas também foram auxiliadas por uma leve fragilidade do dólar, que derruba o preço do petróleo. Amanhã, a Opep+ analisará seu acordo de corte de produção.

# Correio\*

## Bolsa tem queda de 1,73% e dólar vai a R\$ 5,49

**RECEIO** Temores com a evolução das contas públicas voltaram a dar o tom ontem no mercado financeiro. O dólar, que chegou a bater em R\$ 5,51, fechou cotado a R\$ 5,49, o que representou uma alta de 1,3%. Este é o maior valor para a moeda americana desde 22 de maio (R\$ 5,57). Já o principal índice da Bolsa de Valores de São Paulo teve queda de 1,73%, na casa dos 99,595 mil pontos. Na mínima do dia, o Ibovespa bateu em 98.513 pontos.

O Credit Default Swap (CDS) de cinco anos do Brasil, termômetro do chamado risco-País, acompanhou o nervosismo do mercado e foi a 230 pontos - nível do fechamento de sexta-feira, de acordo com cotações da

**A cautela dos investidores tem a ver com os sinais de maior deterioração das contas públicas e de que parte dos integrantes do governo defendem o fim do teto de gasto**

IHS Markit.

A cautela dos investidores tem a ver com os sinais de maior deterioração das contas públicas e de que parte dos integrantes do governo defendem o fim do teto de gasto - mecanismo que limita as despesas do governo à inflação. O próprio presidente Jair Bolsonaro tem dado declarações contraditórias sobre o tema, ora dizendo que isso está mesmo sendo avaliado ora ressaltando que o governo vai respeitar o teto.

Segundo executivos de mercado, rumores de que o ministro da Economia, Paulo Guedes, poderia deixar o cargo também pesaram ontem nos negócios. Desde o início do governo, Guedes já perdeu cinco integrantes do primeiro escalão da sua equipe - parte dessas saídas coincidindo com a maior pressão para o aumento de

gastos.

Fernanda Consorte, economista-chefe da Ouroinvest, afirmou que o rumor sobre a saída do ministro estava forte já no final de semana e é agravado pela forma como Bolsonaro tem se comunicado, com vaivém constante nas declarações a respeito do seu compromisso com o controle das contas públicas. "Cada hora tem declaração que faz pairar dúvidas. Parece mesmo que gostou de ver que a expansão fiscal deu resultado na sua popularidade, mesmo que isso possa levar a desfechos ruins mais à frente".

"O mercado começa a refletir a possibilidade de o Guedes ter subido no telhado. Com o Guedes fora do governo, o Ibovespa iria abaixo dos 80 mil pontos", disse Pedro Paulo Silveira, economista-chefe da Nova Futura.

## Receita cai R\$ 100 bilhões no semestre; gasto sobe 40%

**CONSEQUÊNCIAS** O governo já perdeu quase R\$ 100 bilhões de receitas no primeiro semestre, em consequência dos efeitos da pandemia, calcula a Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado Federal. Em relatório divulgado ontem, a IFI aponta que essa perda de receita lí-

quida correspondeu a 2,5 pontos percentuais do Produto Interno Bruto (PIB), o equivalente a R\$ 97,5 bilhões

No mesmo período, as despesas cresceram 40,2%, com a aprovação de R\$ 511,3 bilhões em créditos extraordinários para o enfrentamento da covid-19. Isso

provocou um aumento da dívida pública de 9,7 pontos percentuais do PIB entre dezembro de 2019 e junho de 2020. A dívida atingiu 85,5% do PIB em junho. A despesa primária total em 2020 deverá chegar em quase R\$ 2 trilhões, o equivalente a 28,4% do PIB.



Veículo: Correio	Caderno:
Data: 18/08/2020	Página:

# Correio\*

# miriam leitão



[blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/](https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/)

Há dinheiro sobrando no Orçamento. Essa é a ironia desta crise. Houve o chamado empoçamento. Até junho, o dinheiro não executado chegou a R\$ 31 bilhões. Outro risco: em 2021, não há meta fiscal porque foi impossível estabelecer uma previsão quando foi feita a LDO. O ambiente parece perfeito para os gastadores. Só que existem dificuldades técnicas e uma trava para os gastos: o teto. Não é a primeira vez que o ministro Paulo Guedes entra em zona de turbulência, mas esta é a pior crise. No governo, dizem que ele não sai, mas a tensão está aumentando. O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, em conversa com interlocutores internos, já avisou que concorda em 99% com o ministro Paulo Guedes. Não poderia ser o substituto na eventualidade da queda.

A solução, segundo eu soube no governo, será conseguir algum dinheiro este ano para atender aos ministros Rogério Marinho e Tarcísio de Freitas. E essa foi toda a discussão das últimas horas. Marinho, que queria R\$ 30 bi, se contentaria com R\$ 5 bilhões, mas nem isso Paulo Guedes achou técnica e fiscalmente viável. A turma do deixa

disso está querendo convencer Guedes a ceder um pouco, e Marinho a concordar com menos. No final do dia, estava estabelecido que haveria uma MP de R\$ 5 bi, e que R\$ 1,8 bi seria para o Ministério do Desenvolvimento Regional. E Paulo Guedes bateu pé: só o que fosse possível ser executado até 31 de dezembro, porque no ano que vem não haverá a PEC da guerra, portanto, voltam a valer todos os limites de despesas.

Para entender o ambiente de ontem, de boatos sobre a queda do ministro Paulo Guedes, é preciso saber três coisas. Há uma rede de intrigas, há complexas questões fiscais envolvidas e existe o desgaste. Um observador da cena interna do governo lembra que já houve outras crises e a atual começou em abril, com o anúncio do Plano

Pró-Brasil, quando se falou abertamente em abandonar o teto de gastos. A equipe econômica, na época, fez uma reunião e disse que estava com Guedes. Se o teto caísse, sairiam todos. De lá para cá, vários já saíram. Nas outras duas grandes crises, ele teve defensores dentro do governo. Agora, eles estão rareando.

A primeira crise foi entre o final da tramitação e a aprovação da reforma da Previdência. Guedes fez duras críticas às mudanças no Congresso. Ali, Guedes e Marinho ficaram mais distantes, e houve o embate com o deputado Rodrigo Maia. Na segunda crise, Guedes foi criticado por seu desempenho em Davos, pelo resultado baixo do PIB, pelas "não entregas", e tropeçou mais uma vez nas palavras. Chamou os servidores de parasitas e cri-

ticou empregadas que teriam ido à Disney no câmbio baixo. Preciso ser defendido pelo presidente, que disse que ele teria cometido apenas "gafes" e ficaria até o final do mandato.

Com as chamadas "não entregas" do ideário liberal, o mercado financeiro perdeu a visão quase religiosa que tinha de Paulo Guedes. Agora, quando se fala com os economistas dos bancos, eles dizem que sabem que ele está isolado e que o programa se frustrou, porém, se sair, vai haver uma deterioração de preços de ativos, pelo entendimento de que a agenda liberal foi definitivamente abandonada.

No governo, o clima é o seguinte: Paulo Guedes se sente traído, porque acha que levou Marinho para o governo, quando o ex-deputado perdeu o man-

dato, e ele, depois de virar ministro, voltou-se contra Guedes. Outros ministros contam que Bolsonaro e Marinho se aproximaram muito e têm se encontrado toda semana. O presidente gosta do que ouve e quando vai falar com Guedes recebe a informação de que aquilo é impossível.

Na área técnica, o que se conta é que há duas armadilhas fiscais. Primeiro, o fato de que há dinheiro sobrando no orçamento. Recursos ordinários não foram gastos porque o governo parou. O segundo é que quando foi preparada a LDO era impossível fazer uma estimativa de receita para 2021. Então, pela primeira vez depois de décadas, o resultado primário será flexível. Não é simples realocar o dinheiro que está sobrando, muito menos usá-lo no ano que vem porque o teto de gastos voltará a valer. O que ouvi no governo e entre economistas do mercado: Paulo Guedes não sai agora, e é difícil substituí-lo. Roberto Campos Neto tem dito a quem o procura que concorda em quase tudo com Guedes. Um aviso de que não aceitaria ser o substituto.

Com Alvaro Gribel (de São Paulo)

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 18/08/2020	Página:

# Correio\*

## ECONOMIA

### DÍVIDAS ESTADUAIS CONSOMEM R\$ 178,77 MILHÕES DA UNIÃO

**JULHO** O Tesouro Nacional precisou desembolsar R\$ 178,77 milhões em julho para honrar débitos bancários não quitados pelos governos estaduais e municipais. Os valores referem-se a dívidas de R\$ 167,94 milhões de Minas Gerais, R\$ 7,94 milhões do Rio de Janeiro e R\$ 2,89 milhões do Rio Grande do Norte.

Esse foi o segundo mês consecutivo que apenas esses três Estados deixaram contas para a União assumir. Em maio, a lista contava com 10 governos estaduais.

De janeiro a julho deste ano, o Tesouro já bancou R\$ 5,689 bilhões em empréstimos de Estados e municípios. O valor representa um aumento de 23,18% em relação ao valor honrado no mesmo período de 2019.

A lista é encabeçada por Minas Gerais, com R\$ 2,099 bilhões, seguida de perto pelo Rio, com R\$ 2,051 bilhão. Ao todo, 14 Estados e sete prefeituras deixaram de pagar algum compromisso com garantia da União desde o começo deste ano. O governo fluminense está autorizado a não honrar esses compromissos na condição de único a ter feito a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) dos Estados desde 2017.

### POR FRANGO, BRASIL AMEAÇA IR À OMC CONTRA FILIPINAS

**COMÉRCIO** O Ministério da Agricultura solicitou esclarecimentos às autoridades das Filipinas sobre a suspensão das importações de carne de frango do Brasil, na última sexta-feira. A interrupção das compras foi feita depois que uma cidade chinesa alegou ter encontrado traços do novo coronavírus em um carregamento de asas de frango produzidas no país.

Ontem, segundo o G1, o ministério se reuniu com um representante do governo filipino para tratar da questão. Além do pedido de esclarecimentos, o governo brasileiro alertou ao país sobre a possibilidade de recorrer à Organização Mundial do Comércio (OMC).

O governo diz ainda que as autoridades filipinas não notificaram oficialmente o Brasil e nem fizeram qualquer contato prévio solicitando informações sobre o episódio na China. O Brasil, maior exportador global de carne de frango, responde por cerca de 20% das importações do produto das Filipinas. De janeiro a julho, o país vendeu US\$ 31,4 milhões aos filipinos, cerca de 50,3 mil toneladas, o que representa cerca de 2% das exportações brasileiras no período, segundo o G1.



Veículo: Correio	Caderno:
Data: 18/08/2020	Página:

# Correio\*

## Guedes: 'Difícil ficar à vontade em cargo de ministro'

**GOVERNO** Em meio a embates no governo sobre o cumprimento do teto de gastos, o ministro Paulo Guedes (Economia) disse ontem ter a confiança do presidente Jair Bolsonaro e afirmou ter feito alertas sobre a necessidade de cumprir a lei ao avaliar novas despesas públicas. Após reuniões nas quais discutiu medidas para liberar recursos do

Orçamento, Guedes afirmou que é difícil que alguém fique "à vontade" no cargo de ministro da Economia.

"Existe muita confiança do presidente em mim e muita confiança minha no presidente", disse, ao ser perguntado sobre sua situação no posto. "À vontade nesse cargo, eu acho difícil você encontrar alguém que

vai estar sempre à vontade, é um cargo difícil".

Guedes ressaltou que, em momentos críticos de sua gestão, recebeu apoio de Bolsonaro. Ele citou como exemplo o episódio no qual convenceu o presidente a vetar a autorização para reajustes salariais de servidores públicos.

Sem mencionar nomes, afirmou ser natural que haja



ALAN SANTOS/PR

**Ministro da Economia diz ter a confiança do presidente**

pressão de ministros para uma ampliação de gastos e investimentos públicos. O titular da pasta do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, é um dos defensores de liberação de recursos para obras. "É uma conversa natural. Qualquer governo tem seus desejos de fazer seus investimentos. Só que existe uma Lei de Responsabilidade Fiscal. A decisão de onde saí os recursos tem que respeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Esse foi meu alerta".

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 18/08/2020	Página:

**Correio\***

## **PUBLICADA LEI QUE LIBERA VERBA SUPLEMENTAR**

**MAIS DINHEIRO** presidente Jair Bolsonaro sancionou o projeto de lei que abre crédito suplementar no valor de R\$ 615,996 milhões para os ministérios da Agricultura, Justiça e Segurança Pública e da Defesa. A Lei 14.037 está publicada em edição extra do Diário Oficial da União (DOU) que circulou na noite de ontem.

Em nota, o governo esclarece que os recursos serão utilizados no desenvolvimento da política nacional pesqueira, na melhoria da segurança pública nacional e na realização da Operação Verde Brasil 2. "A medida tem como objetivo possibilitar, dentre outros, a realização da Operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) na Amazônia Legal, a "Operação Verde Brasil 2", cuja vigência foi estendida até 6 de novembro de 2020. Também está previsto o desenvolvimento de ações relacionadas com a prevenção e o enfrentamento ao delito e à violência", diz a nota.



## Gil Santos

REPORTAGEM

gilvansantos@redabahia.com.br

O último dos seis gripários anunciados pela prefeitura para o enfrentamento do novo coronavírus foi entregue na manhã desta segunda-feira. A unidade fica ao lado do 16º Centro de Saúde, no Pau Miúdo, e vai seguir as mesmas normas dos outros cinco equipamentos destinados para pacientes com suspeita de covid-19 ou outras síndromes gripais. O investimento é de R\$ 3,4 milhões.

Na ocasião, O secretário municipal de Saúde, Léo Prates, contou que a taxa de ocupação dos leitos de UTI em Salvador fechou o domingo em 57%, ou seja, abaixo da de 60%, o que permitiria que cinemas, teatros e casas de show fossem reabertos. Esse número vem se mantendo nesse patamar nos últimos seis dias, mas ele chamou a atenção para outro dado tão importante quanto a taxa de ocupação: a média móvel de novos casos. Ela passou um mês em queda, mas na semana passada voltou a subir e de forma expressiva, crescendo 28%. Na última semana, entre os dias 9 e 15 de agosto, foram 5.774 novos casos segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde.

“A gente acende o sinal de atenção com esse crescimento da média móvel de nossos casos. A fase 3 só será iniciada se a gente tiver a doença sob controle. Se esse aumento que houve semana passada se mantiver, a minha opinião é que a gente dê uma segurada. Então vamos acompanhar essa semana com atenção”, afirmou Léo.

Ele voltou a ressaltar que a pandemia continua e que as pessoas devem evitar sair, se puderem: “Apesar da média móvel de óbitos ter queda expressiva, de ocupação de UTI estar num índice muito bom, as pessoas precisam entender que o coronavírus continua aí. Estamos retomando as atividades com segurança, mas para ser efetivo precisa da participação de todos”.

O secretário completa que a prefeitura só reabriu as atividades econômicas na primeira fase porque confiou que as pessoas já entenderam a gravidade da doença e vão seguir os protocolos: “Se as pessoas não seguirem, obviamente, vamos ter que fechar tudo. Governar é escolher prioridade e nossa prioridade é a vida”, destacou.

## REABERTURA

A média móvel de novos casos se refere ao número de novas pessoas infectadas com covid-19. Ela é calculada com intervalos de sete e 14 dias. O crescimento de novos casos pode impactar no número de leitos ocupados, por isso, o dado preocupa as autoridades sanitárias. Léo Prates explicou que a reabertura dos



Os leitos do gripário do Pau Miúdo, o sexto equipamento do gênero inaugurado em Salvador na pandemia



Os hospitais de campanha, como o do Wet'n Wild, só atendem pacientes infectados com a covid-19

## Alerta ligado para aumento de casos

**Coronavírus**  
Taxa média de novos casos cresce 28% em Salvador; ocupação de UTI é de 57%

bares e restaurantes e dos outros segmentos da segunda fase ainda não impactaram nesses números, mas que isso será sentido a partir da próxima semana.

Quem trabalha diretamente no combate a covid-19 vê motivo para o alerta. “Era um aumento já esperado e que, com certeza, é resultado da reabertura. Essa é uma doença que se transmite pelo contato. Com a reabertura, o contato entre as pessoas se intensificou”, opina a infectologista Clarissa Ramos.

A médica explica que, apesar do aumento de casos, a mudança ainda não reflete na

taxa de ocupação das UTIs em razão de características da própria doença. “Quem precisa de UTI só chega nesse estágio num momento mais avançado da doença, depois de alguns dias. Então, é possível que a gente tenha mudanças nos números de quadros mais graves nas próximas semanas”, explica.

Dá a importância dos gripários. A nova unidade do Pau Miúdo tem dez leitos de enfermaria e dois de sala vermelha, equipados com respiradores e com capacidade para funcionar como UTI. A equipe multidisciplinar da unidade vai contar com 75

RAIO X

28%

de aumento na taxa média de aumento de novos casos de covid em Salvador

5.774

novos casos registrados na capital, entre os dias 9 e 15 de agosto

6

gripários em funcionamento da cidade, com 89 leitos, sendo 74 de enfermaria e 15 de sala vermelha

57%

é a taxa de ocupação de leitos de UTI em Salvador, número que vem se repetindo nos últimos seis dias

profissionais. “Esse gripário no Pau Miúdo é importante porque estamos em uma região da cidade que é bastante adensada”, disse ACM Neto.

O prefeito fez um apelo para que pessoas com sintoma do novo coronavírus procurem um dos seis gripários da cidade: “Temos procurado concentrar os casos nos gripários para permitir que nossas UPAs estejam voltadas à assistência a todas as demais doenças”.

Os pacientes também terão garantidos nessa estrutura a realização de exames de raios-x, laboratoriais, eletrocardiograma, além de assistência médica, enfermagem, serviços de farmácia e o suporte de ambulância nas 24 horas para retaguarda dos pacientes que serão regulados para internamento na rede SUS de Salvador.

O primeiro gripário foi instalado no estacionamento da UPA dos Barris e foi entregue em 22 de maio. Depois foram inaugurados os de Paripe, Pirajá/Santo Inácio e Valéria. Na semana passada, entrou em funcionamento o equipamento da ilha de Bom Jesus dos Passos. Ele vai atender também pacientes das ilhas de Maré e Paramana.

Juntos, os seis gripários oferecem 89 leitos, sendo 74 de enfermaria e 15 de sala vermelha, e funcionam em regime 24 horas, reforçando o atendimento prestado nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs).

COM A COLABORAÇÃO DE GABRIEL AMORIM



# Tribuna

## Ações

O prefeito ACM Neto anuncia hoje, às 10h, novas ações para estimular a economia na cidade durante a pandemia do novo coronavírus. Dessa vez, as iniciativas abrangem os setores ligados à economia criativa da cidade. A coletiva acontece no estacionamento da Codeba, ao lado do Terminal Turístico Náutico, no Comércio. Uma das ações será o início da implantação de um polo físico de negócios para fomentar o desenvolvimento de empresas, bem como a produção e a distribuição de bens e serviços que usam o capital intelectual, a criatividade e a cultura como insumos primários. Nessa ação, o investimento é de R\$9 milhões.

## Jogos

Recentes declarações do ministro da economia Paulo Guedes de que a regularização de bingos, cassinos e afins pode ser "ousada e interessante" animaram o setor de apostas e o coordenador geral da Frente Parlamentar pelo Marco Regulatório da Legalização dos Jogos e pré-candidato a prefeito de Salvador, deputado federal Bacelar (Podemos).



**Bacelar**

## Legalização

Pensando em retomar o debate e as negociações em torno do assunto, Bacelar solicitou uma reunião com Guedes. A intenção, segundo ele, é apresentar a legalização como uma saída para a crise no período pós-pandemia. Caso fossem legalizados, os jogos poderiam render R\$ 20 bilhões em impostos por ano. "A ilegalidade favorece a clandestinidade, lavagem de dinheiro e o vício. É melhor controlar e ter o controle de tudo isso" disse.

## Varejo da Bahia tem prejuízo de R\$ 790 milhões em junho

Por Redação

Conforme publicação da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia - da Fecomércio-BA, o comércio varejista da Bahia faturou R\$6,78 bilhões em junho, 10,4% a menos em relação ao mesmo período do ano passado, um prejuízo de R\$790 milhões.

Com o dado consolidado de junho, o segundo trimestre encerra com variação negativa de 27,7%, confirmando o que a Federação havia projetado.

Conforme análise do consultor econômico da Fecomércio-BA, Guilherme Dietze, os destaques do mês foram os setores de materiais de construção, móveis & decoração e eletroeletrônicos, que registraram crescimento respectivo de 41,1%, 15,7% e 14,8%. O auxílio emergencial foi fundamental para que essas atividades pudessem se recuperar de forma mais rápida.

"O acesso ao crédito continua difícil em razão do alto risco de inadimplência. Além disso, a adaptação das pessoas ao trabalho remoto também contribuiu para que as pessoas fizessem pequenas reformas, montassem seus escritórios e comprassem equipamentos de informática, limpeza e cozinha", destaca o econo-

mista. As vendas nos supermercados cresceram 10,3% como reflexo da necessidade das famílias em comprar alimentos e bebidas neste momento de pandemia. Grande parte do auxílio emergencial foi destinada a esse segmento e principalmente aos pequenos e médios mercados. Após alguns meses de queda, o setor de farmácias e perfumarias volta a registrar alta de 4,4% no contraponto anual. No campo negativo, com destaque pela variação acentuada, está o setor de vestuário, tecidos e calçados que, em junho, registrou retração de 80% na comparação anual.

Guilherme Dietze explica que reduziu-se a necessidade de renovação de guarda-roupa, além do que este é um segmento que possui uma série de limitações para se desenvolver no e-commerce. "Não há perspectiva de recuperação mesmo com a reabertura gradual das lojas".

Outras duas atividades que exerceram forte influência para o desempenho geral, conforme análise econômica, foram: concessionárias de veículos e o grupo Outras Atividades, em que estão incluídos combustíveis para veículos, artigos esportivos, joalherias etc. O primeiro apontou recuo anual de 30,1%.



## Mourão minimiza orçamento maior para a Defesa do que Educação

ESTADÃO CONTEÚDO

**A** vice-presidente da República, Hamilton Mourão, minimizou ontem o fato de o governo prever mais recursos no ano

que vem para o Ministério da Defesa do que para o da Educação. Segundo ele, essa diferença se deve ao "pagamento de pessoal" da pasta a qual as Forças Armadas são vinculadas.

Como mostrou o Estadão, a proposta orçamentária que está nas mãos da equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, prevê um valor superior em R\$ 5,8 bilhões para os militares do que o destinado para o MEC. Caso confirmada, será a primeira vez em dez anos que o Ministério da Defesa terá um valor superior ao da pasta da Educação.

General da reserva, Mourão disse que é preciso ter uma "análise qualitativa" dos dados e que "pelo menos" 80% do orçamento da Defesa está comprometido com gastos de pessoal. Como o Estadão noticiou, é justamente o gasto obrigatório, como da folha de pagamento e pensões dos militares que mais pesa (91%



**HAMILTON MOURÃO** argumentou que a diferença se deve ao 'pagamento de pessoal' da pasta a qual as Forças Armadas são vinculadas

do total) na proposta de orçamento do ministério para o próximo ano. Já o valor "discricionário", usado para contratações de serviços e investimentos em obras e programas estratégicos, cairia de R\$ 9,84 bilhões neste ano para R\$ 9,45 bilhões.

Segundo a proposta de orçamento mais atual em discussão no governo, a Defesa terá um acréscimo de 48,8% em relação à verba deste ano, passando de

R\$ 73 bilhões para R\$ 108,56 bilhões em 2021. Enquanto isso, os recursos do MEC devem cair de R\$ 103,1 bilhões para R\$ 102,9 bilhões. Os valores, não corrigidos pela inflação, consideram todos os gastos das duas pastas, desde o pagamento de salários, compra de equipamentos e projetos em andamento, o que inclui, no caso dos militares, a construção de submarinos nucleares e compra de aeronaves.

### Maia quer votar reforma tributária em 2020

REUTERS

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), defendeu que a Casa avance na votação da reforma tributária ainda neste ano para evitar que a discussão seja influenciada pelo clima eleitoral a partir do segundo semestre de 2021.

Maia aproveitou para dizer, durante entrevista à TV Tropical do Rio Grande do Norte, que trabalha pelo convencimento do Executivo para que mande sua proposta de reforma administrativa, que, segundo ele, não tem a intenção de desgastar o governo ou prejudicar servidores que já atuam no funcionalismo público.

"Temos um ciclo de 12 meses, porque a partir do ano que vem, do segundo semestre, as decisões já começam a ser mais influenciadas pelo processo eleitoral de 2022", afirmou.

# Tribuna

## Após defender teto de gastos, Bolsonaro recua

BRASILECONÔMICO

**O** auge de sua aprovação popular desde o início do mandato, segundo pesquisa Datafolha divulgada na noite de quinta-feira (13), o presidente Jair Bolsonaro quer manter a tendência positiva e lidar com atritos internamente. Um deles, o teto de gastos, tema que divide a equipe econômica, parece também incerto para Bolsonaro. Após defender o limite do aumento dos gastos publicamente, o presidente recuou e agora se aproxima dos que defendem mais in-

vestimentos públicos como saída para a crise. Segundo a Folha de S.Paulo, ele cobrou a aliados que o ministro da Economia, Paulo Guedes, seja menos inflexível e intransigente no que diz respeito ao controle dos gastos.

Enquanto Guedes vê o rígido controle fiscal como única solução para o País, parte do governo pensa na reeleição do presidente e enxerga investimentos públicos como saída para a crise e a forma de manter a popularidade de Bolsonaro em alta. A disputa sobre o teto de gastos - regra que limita o aumento das despesas públicas à inflação do

ano anterior - pode custar a posição de ministro para Guedes, já que o auxílio emergencial de R\$ 600, que terminaria neste ano, é crucial para o presidente, segundo o Datafolha. O chefe da Economia reitera que o benefício é muito caro para ser ampliado e é algo emergencial.

Ciente da posição dura de Guedes sobre manter o equilíbrio fiscal acima de tudo, Bolsonaro acenou ao mercado financeiro demonstrando apoio ao ministro, defendendo publicamente o teto de gastos ao lado dos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre

(DEM-AP). Dias após, porém, dialoga internamente defendendo que o ministro seja mais 'flexível' diante do atual cenário.

Se outrora Guedes era defendido com unhas e dentes por Bolsonaro, que chegou a dizer repetidas vezes que o ministro é "quem manda" na economia, inclusive após embate interno sobre o plano de investimentos públicos chamado de Pró-Brasil, hoje o presidente cobra que Guedes ceda e aceite que manter o teto de gastos pode ser um empecilho para a popularidade e consequentemente os planos de reeleição de Bolsonaro.

## BALANÇA MAIS NÃO CAI

### Saída de Guedes não está na mesa, dizem fontes da equipe econômica

MARCELA AYRES, DA  
REUTERS-

A saída do ministro da Economia, Paulo Guedes, do governo não está na mesa, afirmaram duas fontes da equipe econômica, num momento em que especulações sobre o futuro da pasta ganham força conforme aumentam as pressões políticas por mais gastos públicos.

Dúvidas em torno da permanência de Guedes no governo depois que mais dois de seus secretários especiais deixaram o ministério na última semana foram reforçadas por notas publicadas na imprensa neste fim de semana citando que o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, estaria cotado para assumir o comando da Economia.

As duas fontes, que são próximas a Guedes e Campos Neto e falaram à Reuters em condição de anonimato, afirmaram que os dois economistas compartilham a mesma visão sobre a necessidade de controle das despesas para que o país possa reorientar sua trajetória de endividamento, especialmente após os gastos extraordinários ligados ao

enfrentamento da pandemia de coronavírus.

Ambas as fontes afirmaram que a saída do ministro não está sendo cogitada internamente nem na Economia nem no BC. Uma delas complementou que, se isso ocorresse por vontade do presidente Jair Bolsonaro, seria provavelmente para colocar um sucessor determinado a gastar — não seria o caso de Campos Neto, frisou.

Ruídos sobre uma eventual demissão de Guedes elevavam a tensão no mercado de câmbio nesta segunda-feira, com vários analistas citando que a questão estava por trás da forte volatilidade apresentada na sessão.

A segunda fonte do governo pontuou que o ministro segue engajado na sua estratégia de desvincular gastos que são hoje obrigatórios e instituir regras de controle para a criação de mais despesas.

"Sempre teve esse conflito entre as áreas que querem orçamento para gastar e as que precisam controlá-lo. No passado, a briga era entre Planejamento e Fazenda. Aqui se centralizou num ponto só: (Ministério da) Economia", afirmou a segunda fonte.



Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 18/08/2020	Caderno: Notícias



Terça, 18 de Agosto de 2020 - 09:00

## ***Rui envia à AL-BA projeto que altera destino de verbas para gestão de indústrias na Bahia***

por Lucas Arraz



O governador Rui Costa (PT) enviou à Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) um projeto que prevê mudança na destinação das verbas do Fundo Estadual de Desenvolvimento das Áreas Industriais, Comerciais e de Serviços (Funedic).

No texto encaminhado ao Legislativo, o petista quer que as verbas do fundo, antes exclusivamente destinadas para conservar a infraestrutura de áreas industriais da extinta Sudic, seja voltada a instalação de novos empreendimentos industriais, comerciais ou de serviços no estado.

Na prática, a mudança retira menções a Sudic do texto da lei e possibilita o estado utilizar o fundo criado para manutenção do parque industrial da Bahia na atração de novas empresas dos três setores - incluindo agora o setor do comércio e serviços - . O projeto foi encaminhado com pedido de urgência.

A Sudic foi extinta por Rui em reforma administrativa no início de 2019.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 17/08/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 17 de Agosto de 2020 - 22:40

## ***Governo vai remanejar investimentos sem 'furar' teto de gastos, diz Guedes***

O ministro Paulo Guedes afirmou nesta segunda-feira (17) que o governo vai fazer remanejamento de recursos a fim de criar as condições para que sejam feitos investimentos públicos sem "furar" o teto de gastos (regra que limita o crescimento das despesas da União).

Guedes fez a afirmação no início da noite, ao deixar o Ministério da Economia, após uma reunião com o senador Márcio Bittar (MDB-AC), relator do Orçamento Geral da União de 2021. Antes do encontro com o senador, Guedes se reuniu com o presidente Jair Bolsonaro e com o ministro Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo) no Palácio do Planalto, segundo o G1.

"Vai haver um remanejamento de recursos. Estamos vendo o que pode ser remanejado", afirmou.

Segundo informou o blog de Valdo Cruz, o presidente da República, Jair Bolsonaro, pediu a Guedes para buscar mais recursos a fim de assegurar investimentos sem ferir o limite de despesas previsto no teto de gastos, principal âncora fiscal do governo. Em maio, devido à pandemia do coronavírus, o Congresso aprovou o chamado "orçamento de guerra", que permitiu ao governo fazer gastos além daqueles previstos no orçamento, a fim de atender as necessidades de mais investimentos em saúde e de renda para trabalhadores informais durante a crise.

O pedido de Bolsonaro a Guedes foi feito depois de uma declaração do ministro na qual criticou, sem citar nomes, auxiliares que estariam aconselhando o presidente a fazer mais investimentos públicos como forma de se fortalecer politicamente para a disputa da reeleição em 2022. Guedes disse que se Bolsonaro admitisse "furar" o teto de gastos iria se aproximar de uma "zona de impeachment" (veja no vídeo abaixo).

Essas declarações motivaram uma reunião convocada por Bolsonaro, no Palácio da Alvorada, depois da qual ele e os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), manifestaram apoio à preservação do teto de gastos.

De acordo com o blog de Valdo Cruz, assessores da Economia e líderes do Congresso apontam espaço no Orçamento da União deste ano para remanejar R\$ 5 bilhões de outras áreas e transferir para investimentos para as pastas dos ministros Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) e Tarcisio de Freitas (Infraestrutura), sem furar o teto de gastos.

"Os R\$ 5 bi, a conversa é a seguinte: tinha havido uma sobra de duas medidas provisórias, em torno de R\$ 15 bilhões, recursos passados para estados e municípios, e que não haviam chegado à base, não foram usados. O presidente da Câmara, o presidente do Senado, deputados e o ministro [Luiz Eduardo] Ramos [Secretaria de Governo] estávamos todos conversando sobre remanejamento de verbas. Ninguém estava querendo furar teto. Meu alerta era esse: se alguém estiver querendo furar teto, isso é ruim para o presidente", disse Guedes na noite desta segunda.

O ministro afirmou que considera "absolutamente natural" um governo querer fazer obras públicas. "Qualquer governo quer fazer investimento. Mas nós temos uma Lei de Responsabilidade Fiscal", declarou.

"É inteiramente natural, o presidente da República com 60 milhões de votos querer fazer uma ponte no rio Xingu. Está certo. Tem que caber isso no orçamento público. Ele quer levar água para o Nordeste. Está certo também. Mas esse recurso tem que vir de algum lugar. A escolha dessa decisão e onde sai esse recurso que é o contexto da política", disse.

O ministro disse que o governo que qualquer gasto e qualquer remanejamento de recursos terá que respeitar a Lei Responsabilidade Fiscal.

"Nós não vamos fazer nada errado, o presidente naquele dia, eu reafirmo, aquela conversa no espelho [d'água] do Alvorada, se há uma síntese, é a seguinte: estamos todos sob o mesmo teto, e, segundo, estamos retomando as reformas." Guedes afirmou que não há divergências entre ele o presidente Jair Bolsonaro.

"Existe muita confiança do presidente em mim e muita confiança minha no presidente. Nos conhecemos há dois anos atrás, dois anos e meio atrás. Eu não tive ainda nenhum ato que me indicasse, que me sugerisse que eu não devesse confiar no presidente. Da mesma forma, eu não faltei em nenhum momento a confiança que ele depositou em mim", declarou Guedes.

Segundo ele, "nos momentos decisivos", Bolsonaro sempre o apoiou.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 17/08/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 17 de Agosto de 2020 - 22:00

## ***BNDES concedeu mais de R\$ 10 bilhões em empréstimos durante a pandemia***

O Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC), operacionalizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), totalizou R\$ 10 bilhões em créditos concedidos a 12.529 pequenas e médias empresas (PMEs), que respondem pela geração de 660 mil empregos no país. Oitenta por cento desse valor são garantidos pelo programa, que começou a funcionar no dia 30 de junho passado. A informação foi divulgada nesta segunda-feira (17) pelo BNDES.

Trinta e cinco agentes financeiros já estão habilitados a oferecer os empréstimos, que podem variar de R\$ 5 mil até R\$ 10 milhões. Podem participar do programa pequenas e médias empresas que faturaram entre R\$ 360 mil e R\$ 300 milhões, no ano passado. Por meio do programa, são concedidas garantias para diminuir os impactos econômicos provocados pela pandemia do novo coronavírus, de acordo com a Agência Brasil.

Segundo informou o banco, os recursos utilizados para as garantias vieram de aporte inicial de R\$ 5 bilhões do Tesouro Nacional. Esses recursos para garantias permitem a alavancagem de recursos para financiamentos em até cinco vezes. Dessa forma, o valor dos empréstimos pode chegar a R\$ 25 bilhões.

De acordo com a evolução da demanda, o Tesouro poderá colocar até R\$ 20 bilhões no programa, o que pode significar R\$ 100 bilhões em financiamentos para pequenas e médias empresas. O programa tem vigência até 31 de dezembro deste ano.

As empresas que desejarem obter financiamento com a garantia do PEAC podem obter mais informações neste site. Os agentes financeiros habilitados também podem ser consultados.

Veículo: Bocão News	Economia E Mercado
Data: 17/08/20	



## *Economia E Mercado*

# *AGU recuperou 3,29 bilhões para os cofres públicos no primeiro semestre de 2020*



17 de Agosto de 2020 às 18:37 Por: *Reprodução/Agência Brasil* Por: *Redação BNews* 0 comentários

A Advocacia-Geral da União (AGU) recuperou 3,29 bilhões para os cofres públicos no primeiro semestre de 2020. A informação foi divulgada pelo órgão nesta segunda-feira (17).

O montante engloba atuações da Procuradoria-Geral da União (PGU) e da Procuradoria-Geral Federal (PGF), e é 32,83% maior que o obtido no mesmo período do ano passado - quando foram arrecadados R\$ 2,48 bilhões.

A quantia foi recuperada por meio de cobranças judiciais e acordos. Somente no âmbito da PGF, responsável pela representação judicial de autarquias e fundações públicas federais, foram R\$ 2,39 bilhões recuperados no primeiro semestre de 2020.

O montante foi obtido por meio de ações regressivas, de ressarcimento e de cobranças dos valores devidos às 164 autarquias e fundações federais. Já na PGU, a recuperação R\$ 895,7 milhões nos meses primeiros meses do ano.

Parte significativa do valor recuperado - cerca de R\$ 459,5 milhões - é decorrente de recursos depositados ou bloqueados no âmbito da operação Lava Jato.

Veículo: Estadão	
Data: 18.08.2020	Caderno: Economia



# Reforma ampla

Aprovar a CBS, deixando para depois a discussão sobre o ICMS e o ISS, mais atrapalha que ajuda

**Bernard Appy\***, O Estado de S.Paulo

18 de agosto de 2020 | 04h00

Em artigo publicado ontem, Ernesto Lozardo e Melina Lukic defendem que a reforma tributária deveria ser iniciada por meio da criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que trata apenas de tributos federais, deixando para um segundo momento a reforma dos tributos estaduais (**ICMS**) e municipais (**ISS**). Em que pese a qualidade técnica dos autores, sua análise política – que se contrapõe ao projeto de uma reforma tributária ampla, que incluía o ICMS e o ISS – está equivocada por diversos motivos.

Em primeiro lugar, os autores alegam que a aprovação de uma reforma apenas dos tributos federais seria politicamente mais fácil. Este é um argumento enganoso, pois o custo político da aprovação da CBS não parece ser menor que o de uma reforma ampla, em particular no que diz respeito à resistência do setor de serviços, que – em boa medida por incompreensão – se opõe à adoção de uma alíquota uniforme na tributação do consumo. Ao contrário, a CBS pode gerar até mais resistência do setor de serviços, por causa da ausência de transição. Já as propostas de reforma ampla (PEC 45, da **Câmara dos Deputados**,



e PEC 110, do **Senado**) propõem uma transição entre cinco e dez anos, que mitiga muito o efeito da mudança de preços relativos.

Para reduzir o impacto da falta de transição sobre o setor de serviços, os autores propõem uma medida desacertada, que seria a redução do percentual de 32% aplicado para os prestadores de serviços no regime do lucro presumido. Essa medida amplificaria uma das maiores distorções do modelo brasileiro de tributação da renda, que é a baixa tributação de empresas cujo lucro efetivo é muito superior a 32% do faturamento (podendo chegar a 80% ou 90% em alguns casos). O pior é que seriam favorecidas mesmo empresas beneficiadas pela CBS – como os prestadores de serviços que estão no meio da cadeia produtiva e darão crédito integral para seus clientes.

É muito importante que as alterações no sistema tributário do País sejam aprovadas. Foto: Najara Araújo/Câmara dos Deputados

Em segundo lugar, é verdade que a inclusão do ICMS e do ISS na **reforma tributária** pode exigir o aporte de recursos da União para o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), o que gera alguma complexidade política. Mas essa é uma equação muito mais fácil de ser resolvida numa reforma ampla que numa reforma apenas dos impostos subnacionais, em que a União tem menos interesse no resultado.

Se o custo do FDR para a União não for muito elevado, o impacto positivo do maior crescimento resultante da reforma sobre as receitas federais certamente será mais que suficiente para financiá-lo. O que não faz sentido é a **União** alegar que não tem recursos para financiar o FDR ao mesmo tempo que se discute a destinação de 30% dos recursos da partilha do pré-sal para os Estados e municípios, sem nenhuma contrapartida.

Por fim, os autores mencionam que a alíquota de 12% da CBS seria um indicativo de que a alíquota do IBS criado pela PEC 45 seria muito elevada, o que dificultaria sua aprovação. O que os autores esquecem é que a alíquota do IBS, ao contrário da CBS, é exatamente aquela que mantém a carga tributária atual, apenas explicitando o que a população já paga. Adicionalmente, há várias características do modelo da PEC 45 que fazem com que a alíquota seja mais baixa (como a dedução da receita da Cide-combustíveis, que será calibrada para manter a tributação atual da gasolina), além de haver fortes indícios de que a alíquota de 12% da CBS está superestimada.

Em suma, ao contrário do que alegam os autores, tudo indica que a aprovação da CBS, deixando para um segundo momento a discussão sobre o ICMS e o ISS, mais atrapalha que ajuda. De um lado, porque consumiria a energia política disponível para a aprovação de uma reforma ampla. De outro, porque, depois de criada a CBS, o governo federal tende a perder o interesse na criação de um IVA subnacional. Por fim, porque o desenho da CBS é tal que exige uma alíquota mais alta que a necessária para garantir a mesma receita no IBS – o que pode gerar resistências à extensão do modelo para o ICMS e o ISS.

**O GLOBO**

# Bolsonaro não tem interesse em privatizar

*Mercado aumenta custo da dívida do país porque quer mais do que promessas de responsabilidade fiscal*

**F**az menos de uma semana, Jair Bolsonaro reuniu um grupo seleta no gramado à frente do Palácio da Alvorada, para, com Davi Alcolumbre e Rodrigo Maia — presidentes do Senado e da Câmara —, fazer uma profissão de fé conjunta na responsabilidade fiscal e na manutenção do teto dos gastos. Mas apenas discurso não basta. Além do descaso com as reformas, o governo Bolsonaro — coerente com a biografia estatista do presidente — tem manifestado uma incapacidade crônica para tirar do papel seu programa de privatizações.

No curtíssimo prazo, elas ajudariam a cumprir a promessa de respeitar o teto, ao aliviar o perfil de uma dívida em ascensão devido à pandemia. Mais importante que isso, tirariam o poder público de setores que, por mera questão de racionalidade econômica, deveriam ficar a cargo da iniciativa privada. Entre tantos exemplos, não faz sentido uma estatal para fabricar semicondutor, chamado de “chip do boi”, desenvolvido para gerenciar rebanhos. Não

deu certo, mas a Ceitec, ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em fase de dissolução, ainda emprega 183 pessoas, segundo revelou O GLOBO.

Esta e outras estatais fazem parte de um conjunto de empresas deficitárias, em que o Tesouro teve de injetar R\$ 20 bilhões só no ano passado — tanto quanto o governo estuda somar aos R\$ 32 bilhões do Bolsa Família, para rebatizá-lo de Renda Brasil.

As cifras bilionárias deveriam levar o Planalto a prestar mais atenção às estatais. Um universo (ainda incompleto) de aproximadamente 200 companhias públicas controladas pela União e subsidiárias corresponde a um patrimônio de R\$ 711,4 bilhões, dos quais 83% (R\$ 590 bilhões), por decisão de Bolsonaro, estão blindados contra privatizações (entram aí Petrobras, Banco do Brasil, CEF e BNDES).

Só 17% do patrimônio, portanto, podem ser vendidos. Ainda assim, até agora só foram privatizadas subsidiárias e participações de estatais noutros negócios (somando R\$ 135 bilhões). Bolsonaro ainda criou uma nova esta-

tal para controle do espaço aéreo.

O governo sempre pode alegar que, por decisão do Supremo, a venda de empresas-mães precisaria ser aprovada pelo Congresso. Mas é uma justificativa fraca. A venda de estatais, está demonstrado desde o governo de Itamar Franco, sempre dependeu de articulação e negociação política. Habilidades escassas no governo. O Legislativo costuma ter um perfil gastador, mas aprovou uma reforma da Previdência que muitos achavam impossível, além do próprio teto de gastos. O perfil atual do Parlamento seria bem mais receptivo a um programa de privatizações do que no começo dos anos 1990.

Os mercados já alertam o Brasil do perigo em desrespeitar a responsabilidade fiscal. O déficit primário para este ano é estimado em R\$ 800 bilhões. A dívida pública se aproxima dos 100% do PIB. O mercado teme que governo e Congresso não cumpram o que prometeram nos gramados do Alvorada. Ninguém crê que Bolsonaro queira privatizar.

Não quer mesmo.

# O GLOBO

## MERVAL PEREIRA



[oglobo.globo.com/blogs/mervalpereira](http://oglobo.globo.com/blogs/mervalpereira)  
[estfioria.artigos@oglobo.com.br](mailto:estfioria.artigos@oglobo.com.br)



### O teto não é o limite

Uma após outra, as pesquisas de opinião vão mostrando que a popularidade do presidente Jair Bolsonaro cresce à medida que os efeitos do auxílio emergencial para enfrentamento da pandemia da Covid-19 vão se fazendo sentir nas classes e regiões menos favorecidas. E a boca fechada do presidente, que agora age em silêncio, também ajuda na melhoria de sua avaliação, evitando aquela sensação de vergonha alheia em seus apoiadores em outros estratos da população.

Ao mesmo tempo que essa é uma boa notícia para o governo, o coloca em uma sinuca de bico, pois a continuidade desse auxílio de R\$ 600 é esperada pelos que o recebem, mas também pela maioria da sociedade, como demonstra a pesquisa XP/Ipespe divulgada ontem, que mostra que 70% da população são favoráveis à continuidade do programa, inclusive entre os que não têm acesso a ele.

Assim como o Datafolha já havia constatado, também a pesquisa XP/Ipespe confirma uma melhoria na avaliação do presidente, tendência que já havia sido detectada na pesquisa de julho.

O Ipespe registra os maiores níveis de aprovação ao presidente desde março de 2019, com os que consideram o governo ótimo ou bom saltando sete pontos percentuais, de 30% para 37%, enquanto os que consideram o governo ruim ou péssimo caíram de 45% para 37%, o menor índice desde agosto de 2019.

O movimento positivo para Bolsonaro é seguido por outros indicadores, segundo o Ipespe, como o aumento expressivo dos que têm expectativa positiva para o restante do mandato, que eram 33% e ganharam mais quatro pontos percentuais, reforçados pela queda dos pessimistas de sete pontos percentuais.

A percepção do eleitorado de que a economia está no caminho certo também aumentou, de 33% para 38%, o que pode dar ao ministro Paulo Guedes argumentos para confrontar-se com os "fura-tetos", como ele chama seus colegas de Ministério que querem aumentar os gastos públicos. Mas, como no Brasil a maioria não leva em conta o binômio causa-efeito, os mesmos que consideram que a economia está certa querem manter o auxílio emergencial que quebra as contas públicas.

Ajudou também a melhorar a avaliação do presidente, o alívio da maior parte da população em relação à pandemia, (52%) que considera que o pior já passou, caindo o número dos que dizem estar com muito medo do surto (38% para 33%).

Novos dados da pesquisa Datafolha mostram um aumento da reprovação do

pela maioria da sociedade Congresso e do Supremo Tribunal Federal (STF), consequência natural do crescimento da popularidade de Bolsonaro.

Congresso e Supremo sempre foram obstáculos aos avanços dele contra a democracia e os direitos civis e, durante um tempo, o puseram nas cordas.

Quando teimou em confrontar os demais poderes, recebeu muitas críticas e foi derrotado nas duas Casas. STF e Congresso são instituições, para os seguidores de Bolsonaro, prejudiciais e que o impedem de governar. Como o presidente virou o rei do Nordeste com o auxílio emergencial, é natural que seus inimigos sejam vistos com mais ressalva pelo eleitorado que o apoia.

Segundo a pesquisa do Ipespe, toda melhora na avaliação do governo vem dos estratos com renda familiar mensal de até 5 salários mínimos, população que concentra os que requisitaram o auxílio emergencial, benefício de R\$ 600 pago pelo governo durante a pandemia.

Entre os mais pobres, com renda de até 2 salários mínimos, a aprovação foi de 28% para 34% e, entre os que têm renda de 2 a 5 salários mínimos, de 32% para 44%. Bolsonaro conseguiu vender a ideia de que a culpa pelas 100 mil mortes é dos outros, especialmente dos governadores, como mostra a pesquisa Datafolha, que registra que 47% dos brasileiros consideram que o presidente não tem culpa por sermos o segundo país com maior número absoluto de mortes do mundo.

Com todos esses registros favoráveis, Bolsonaro está na mesma batida da campanha presidencial, quando viajava pelo país sendo recebido por multidões de correligionários nos aeroportos. Ontem foi a Sergipe,

e os vídeos divulgados mostram um entusiasmo popular que parece confirmar as palavras de um dos líderes do Centrão, Ciro Nogueira, que diz que Bolsonaro está substituindo Lula no imaginário do nordestino, devido ao seu jeito de "povão" e graças ao auxílio emergencial, do qual ele não irá abrir mão, mesmo com o perigo de furar o teto de gastos.



## ORÇAMENTO REDUZIDO

### Governo prevê corte na maioria das pastas, e Educação deve perder 13%



Debate na Esplanada. Proposta orçamentária em discussão no governo prevê redução de receitas em áreas essenciais para a atuação social da União, como os ministérios da Saúde e da Educação

EDUARDO BRESCIANI, PAULA FERREIRA E MANOEL VENTURA  
22.08.2020 17h30  
BRASIL

As discussões internas do governo para o Orçamento de 2021 mostram que as áreas de Educação e Saúde, já afetadas pela pandemia, correm o risco de ter perdas significativas de recursos no próximo ano. Em relação ao que foi proposto pelo governo no ano passado, a redução da projeção de verbas do Ministério da Educação seria de 13%, enquanto a pasta da Saúde perderia 5%. Com isso, mesmo com queda tam-

com menos recursos oriundos de impostos. O crescimento verificado no Turismo pode ser explicado pelo fato de a pasta ter incorporado a Secretaria de Cultura, que antes estava no Ministério da Cidadania.

Embora sua previsão de orçamento para o ano que vem supere a da Educação, como informou ontem o jornal "O Estado de São Paulo", a Defesa deverá ter seu orçamento reduzido em 5%, pela proposta do governo, com previsão de despesas de R\$ 107,9 bilhões. No MEC, a queda é mais acenada, de 13,1%, com or-

#### DISCUSSÃO ORÇAMENTÁRIA

Valores em R\$

PASTA	2020*	2021**	VARIAÇÃO
Saúde	134.161.423.328	127.677.638.568	-4,8
Educação	117.419.392.947	101.986.755.388	-13,1
Defesa	113.710.669.170	107.976.212.371	-5,0
Justiça	17.032.009.873	16.431.939.916	-3,5
Direitos Humanos	393.960.523	248.822.218	-36,8
MAPA	15.357.764.611	10.964.985.130	-28,6
MCTIC	12.975.569.808	6.508.638.601	-49,8
Minas e Energia	6.414.323.922	1.707.709.240	-73,3

■ Aumentaram  
■ Diminuíram

O presidente Jair Bolsonaro já reconheceu que sobre "pressões" para elevar o orçamento das Forças Armadas. O Ministério da Defesa, por sua vez, defende que as receitas sejam afetadas.

por nós mostra que deve haver uma queda da receita entre R\$ 24 bilhões e R\$ 58 bilhões só na Educação. Em um cenário de pandemia, em que é preciso implementar uma série de medidas, é uma sinalização muito ruim. Esperamos que o Congresso vá numa direção contrária à do MEC — afirma Hoogebrugge.

A opinião é compartilhada pela relatora da Comissão Externa de acompanhamento do MEC (Comex/MEC), a deputada Tabata Amaral (PTB-SP):

— Precisaremos implementar protocolos sanitários que vão aumentar os custos, há o desafio de acesso à internet. Estamos falando também de um Enem que pode ser mais caro, da necessidade de construir um novo calendário escolar. Além disso, há um passivo de baixa execução orçamentária. Tenho certeza que a luta vai ser muito grande no Congresso para reverter isso. Não vamos só lamentar.

Presidente da Sociedade de Infectologia do Rio de Janeiro, Tânia Vergara diz que um cenário de restrição orçamentária na área da Saúde pode agravar a crise vivida no país.

— Quanto menos se investe em saúde, mais problemas aparecem. Por que passamos por essa situação dramática em relação à Covid-19? Porque nosso sistema de saúde está muito ruim e fragilizado. Quanto menos se gasta em saúde, em pesquisa, na hora que aparece um problema, a resposta é feita na base do improvisado — avalia Vergara.

#### MINISTRO RECLAMA

O ministro de Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, já reclamou da dotação para sua pasta. No caso dele, a comparação com o orçamento do ano passado deve ser feita com ressalvas, porque a pasta foi desmembrada, com a criação do Ministério das Comunicações.

— Falam que reclamam do orçamento, mas sou ministro da área e tenho que falar das dificuldades — disse, à Rádio Jovem Pan.

O Ministério da Defesa afir-

bém na sua previsão, o orçamento da Defesa superará o da Educação em valores absolutos pela primeira vez.

O GLOBO teve acesso a dados do "referencial orçamentário" enviado pelo Ministério da Economia para as demais pastas, em resposta às demandas de cada uma delas. Os ministérios poderão ainda conseguir mais recursos até o envio formal da peça orçamentária ao Congresso, o que pela lei tem de ocorrer até o dia 31. Mas não é comum haver alterações bruscas nesta fase. A reportagem não obteve os referenciais para as pastas da Economia e dos ministérios que atuam no Planalto: Casa Civil, Secretaria de Governo e Secretaria-Geral.

A queda em praticamente todas as áreas é reflexo direto da crise econômica provocada pela Covid-19, já que o caixa da União contará

çamento de R\$ 101,9 bilhões.

A Saúde é a pasta que mais recebe recursos, depois da Economia, mas também sentirá o aperto orçamentário. A pasta tem como referencial para elaborar seu Orçamento de 2021 R\$ 127,6 bilhões, 4,8% a menos do que o governo propôs para 2020. Neste ano, a pasta teve seu orçamento inflado na pandemia e seu orçamento atual para 2020 é de R\$ 174,8 bilhões.

Para a comparação com 2020, foram levadas em conta a previsão enviada em 2019 pelo Executivo para cada pasta no Projeto de Lei Orçamentária e as chamadas "despesas condicionadas", verbas previstas pelo Executivo, mas cuja liberação estava atrelada à aprovação pelo Congresso de projetos com impacto fiscal importante, principalmente a Reforma da Previdência.

	2020	2021	Variação	
Relações Exteriores	3.629.173.234	3.745.957.897		3,2
Infraestrutura	20.592.039.917	10.409.552.027	-49,4	
Meio ambiente	2.872.046.827	2.195.257.739	-23,5	
Desenv. regional	9.296.157.581	7.484.522.658	-19,4	
Turismo***	273.832.610	1.150.476.908		320,1
Cidadania	87.905.126.102	35.740.485.688	-59,3	
AGU	3.892.182.799	4.040.650.017		3,8
CGU	1.124.396.503	1.137.343.669		1,1
Presidência	2.560.822.790	2.188.904.110	-14,5	
Vice-presidência	16.974.230	15.811.627	-6,8	
Economia****	825.688.698.142	-		

\*Valores incluem proposta de lei orçamentária e projeto de lei enviado depois pelo governo

\*\*Proposta em debate para 2021

\*\*\*Incorporou o Ministério da Cultura \*\*\*\*Sem os dados de 2021

Editoria de Arte

Especialistas em saúde e educação alertam que a redução pode deteriorar um cenário já complicado e torcem para que deputados e senadores atenuem a queda.

Gerente de Estratégia Política do Movimento Todos Pela Educação, Lucas Hoogerbrugge ressaltou a importância de garantir mais recursos para a pasta, sobretudo, devido à

queda na arrecadação dos estados e municípios, que compõe a cesta de recursos da principal fonte de financiamento da área, o Fundeb. — Um levantamento feito

mo que suas despesas discricionárias, aquelas que pode manejar livremente, estiveram em 2020 no menor nível da série histórica e "no limite do que é razoável e suportável para as Forças Armadas de um país continental". O ministério também fala que a continuidade da redução orçamentária da pasta "resultará em riscos reais ao cumprimento de suas missões constitucionais". Ao Jornal Nacional, o Ministério da Economia afirmou que os números apontados no referencial não são definitivos e que a peça orçamentária está ainda "em debate" no governo.

Após o envio da proposta pelo governo, caberá ao Congresso ainda analisar as prioridades apontadas e fazer remanejamentos. Os parlamentares podem apresentar emendas para despesas, melhorando o panorama de algumas áreas.

## DEBATE PASSA POR GOVERNO E CONGRESSO

### Demandas enviadas

Os ministérios enviam para a pasta da Economia, que concentra as discussões, as demandas orçamentárias que gostariam de ver implementadas para o ano seguinte.

### Economia reúne

O Ministério da Economia reúne os pleitos e, a partir daí, formula as contrapropostas que são enviadas para as outras pastas. O processo ocorre de maneira

"oficial", por meio dos sistemas do governo federal.

### Projeto de lei

Quando o governo federal define o tamanho do orçamento de cada

órgão, um projeto de lei é enviado ao Congresso. O texto de 2021 precisa ser remetido até 31 de agosto.

### Debate no Congresso

Os parlamentares que integram a

Comissão Mista de Orçamento analisam a proposta e fazem mudanças. Um relator fica responsável pela redação final da proposta. Ao ser aprovado, o texto é enviado para o presidente da República.

### Sanção presidencial

Ao ser sancionada pelo presidente, a proposta vira lei. Ao longo do ano, o governo pode fazer remanejamentos. Em alguns casos, o Congresso precisa aprovar.



mercado coronavírus

# Bancos temem que Bolsonaro vire uma Dilma e gaste mais do que pode

Guedes, avaliam, correria o risco de se tornar um Levy, que não conseguiu convencer chefe a implementar ajuste fiscal



Jair Bolsonaro durante a inauguração da usina termoeletrica Porto Sérgio 1, empreendimento 100% privado, em Barra dos Coqueiros (SE) *Rafael Spina/VEJA*

Julio Wlziack

**BRASÍLIA** Na avaliação de banqueiros, gestores de grandes fundos de investimento e economistas, existe o risco de o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) pisar no acelerador dos gastos. Com isso, ele pode seguir os passos de Dilma Rousseff (PT).

A ex-presidente foi alvo de impeachment por descumprir regras fiscais e, assim, cometer crime de responsabilidade. Sob a condição de anonimato, a Folha ouviu três banqueiros, dois economistas dos principais bancos de investimento e dirigentes de dois grandes fundos de private equity que atam no país.

Para eles, a pesquisa Datafolha divulgada na quinta-feira (13) mostrou que a ajuda financeira do governo para reduzir o impacto da pandemia nas famílias catapultou o apoio a Bolsonaro.

Agora, o presidente sinaliza mais disposição em eleger prefeitos neste ano. Além disso, ele pode usar o assistencialismo para tentar a reeleição. A indisposição do mercado nesta segunda-feira (17) foi reflexo dessa preocupação.

O sócio de uma das principais gestoras de investimentos do país alertou para a alta do dólar e para a queda do Ibovespa, principal índice do mercado, no momento em que as demais Bolsas seguem tendência de alta.

Para ele, esse descolamento mostra que os ventos começaram a mudar no Brasil. Na sua avaliação, 90% dessa queda traduz a certeza de que o mercado passou a ter sobre a deterioração do quadro fiscal.

Os 10% restantes se devem ao desgaste do ministro Paulo Guedes (Economia) diante da insistência de Bolsonaro em estender o auxílio emergencial de R\$ 600 às famílias e o crédito às empresas em dificuldades na pandemia até o fim deste ano.

Esse gestor afirmou que a preocupação de todo o mercado é que Bolsonaro se torne uma Dilma, e o ministro Guedes, um Joaquim Levy, que foi ministro da Fazenda da periferia no momento em que a relação com o Congresso estava por um fio.

Levy não conseguiu convencer a chefe a implementar um ajuste fiscal, tampou-

co conseguiu avançar com a agenda da economia no Congresso. Ele deixou o governo, Dilma caiu.

Os presidentes dos dois bancos consultados dão como certo o agravamento dos parâmetros da economia por que consideram que Bolsonaro já fez sua escolha. Para eles, existe espaço para que, mesmo com mais gastos durante e pandemia, o país refine sua dívida sem colapsar a economia.

Esse cenário, ainda de acordo com eles, é o mesmo da quele que levou o país à eleição de Bolsonaro. Para eles, o presidente repete, portanto, o modelo de Dilma.

Na leitura dos banqueiros, o conflito entre Guedes e o governo para tentar fazer valer o teto de gastos — que limita o aumento das despesas à inflação do ano anterior — reflete escolha de Bolsonaro por implementar gastos para garantir a reeleição.

Mesmo assim, os executivos disseram acreditar que o chefe da Economia não deve abandonar o posto. Ele resistirá até ter algo bom para apresentar.

Para um dos presidentes de banco, Guedes precisa construir um discurso positivo, encaminhar as reformas e entregar, em 2021, um crescimento acima de 3%, por exemplo. Só assim o ministro poderia 'sair bem'.

Seria uma grande surpresa, na sua avaliação, se o ministro jogasse a toalha ainda neste ano. Para ele, a queda da Bolsa e a alta do dólar são sinais tímidos de um desgaste do ministro.

Porém, o mercado vê em Guedes um ministro desgastado e sem a força de manter na equipe nomes fortes, como o ex-secretário do Tesou-

ro Mansueto Almeida. Até integrantes do segundo escalão estão debatendo o cargo.

Nesta segunda, o subsecretário de Política Macro Econômica, Vladimir Kuhl Teles, pediu demissão. Segundo a assessoria da pasta, assida, no entanto, foi por motivos pessoais.

Pelos cálculos de um economista ouvido pela reportagem, uma possível saída antecipada de Guedes pode levar os indicadores de mercado a um patamar destrutivo.

Os juros futuros para contratos de dez anos dobrariam dos atuais 7% para cerca de 14%.

O dólar poderia ultrapassar R\$ 7, isso deflagraria um movimento que pode ser per-

verso para o país, a migração de investidores locais para a compra do dólar ou investimentos atrelados a moedas estrangeiras.

Esse movimento vem ocorrendo discretamente diante da baixa rentabilidade em títulos de renda fixa — corrigidos pela Selic e pela inflação, ambos em queda e no patamar mais baixo da história.

Se o mercado perceber que a escalada fiscal seguirá o roteiro do passado, tenderá a investir em dólar. Isso trará uma pressão enorme sobre o real, que já é segunda moeda que mais se desvaloriza no mundo.

Nesse cenário, tanto os juros quanto a inflação voltariam a subir.

Os danos só não seriam maiores se, para o lugar de Guedes, Bolsonaro escolhesse o atual presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

No entanto, seriam maiores se o presidente delegasse o comando da pasta a um nome com vinculação partidária, como o ministro Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional).

É justamente ele que está em embate com Guedes por mais gastos, no Plano Pró-Brasil. Bolsonaro tinha concordado em fazer uma manobra para enquadrar R\$ 35 bilhões em obras no chamado Orçamento de Guerra.

Uma emenda constitucional permitiria que os gastos relacionados ao impacto da pandemia e a redução de seus danos à economia escapassem do cumprimento das regras de rigor fiscal, como o teto.

Assessores de Guedes afirmam que a insistência de Bolsonaro, motivada pela alimilitar militar, levou Guedes a alertar o presidente para o fato de que estaria seguindo os passos de Dilma.

Mesmo assim, os fundos de participações (private equities) ouvidos pela reportagem consideram que Bolsonaro deverá voltar à carga nesta agenda de gastos.

Segundo esses agentes de mercado, as baixas na equipe econômica criam esperanças. Dizem nunca ter acreditado que a reforma administrativa e as privatizações avançariam.

Mesmo assim, os investidores preferem que Guedes não saia do governo. Para eles, ele é o único com interlocução direta com Bolsonaro e habilidade suficiente para demovê-lo do que chamam de loucura.

## Sobra pouco, e briga é grande, diz Bolsonaro sobre Orçamento

**BARRA DOS COQUEIROS (SE)** Em visita nesta segunda-feira (17) a Sergipe, a quarta ao Nordeste desde julho, o presidente Jair Bolsonaro comentou sobre o limite que enfrenta com o Orçamento federal, de que a maior parte dele é comprometida com gastos obrigatórios, o que lhe dá pouca margem para realizar novos gastos.

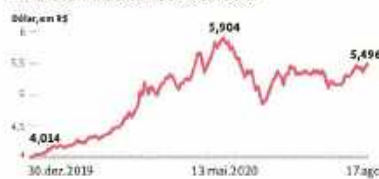
"Sobra muito pouco, e a briga [por recursos] é grande. Temos feito o possível para, com menos, fazer muito mais", afirmou Bolsonaro.

O presidente esteve em Sergipe para a inauguração da usina termoeletrica Porto Sérgio 1, um empreendimento da Celse (Centrais Elétricas de Sergipe) em Barra dos Coqueiros (14 km de Aracaju).

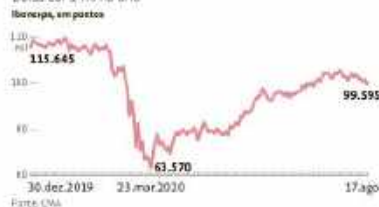
O empreendimento é 100% privado e não teve financiamento de bancos públicos. A usina já está em pleno funcionamento desde março de 2020. Considerada uma das maiores da América Latina, a usina tem capacidade para atender 15% da demanda de energia do Nordeste.

Desde julho, o presidente visitou Ceará, Piauí, Bahia e Sergipe e inaugurou trechos de obras iniciados em gestões anteriores. **João Pedro Pitombo**

## Dólar acumula alta de 37% em 2020



## Bolsa cai 14% no ano



## Dólar beira R\$ 5,50 e Bolsa cai com incerteza fiscal e fragilidade de Guedes

Júlia Moura

**SÃO PAULO** A Bolsa de Valores brasileira teve forte queda nesta segunda-feira (17) com o temor de investidores com a situação fiscal do país.

A leitura do mercado é que o aumento de popularidade do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) pode levar a um furo no teto de gastos, contrariando o ministro Paulo Guedes (Economia), cuja saída do governo também é alvo de especulação.

O Ibovespa chegou a cair 2,8%, mas fechou em queda de 1,7%, a 99.595 pontos, menor nível desde 13 de julho. O volume financeiro somou R\$ 45,28 bilhões, patamar acima da média pelo vencimento de opções sobre ações nesta sessão, que movimentou R\$ 12,8 bilhões.

Nos EUA o índice S&P 500 subiu 0,3%, e o Nasdaq, 1%. O Dow Jones caiu 0,3%.

O dólar subiu 1,2%, a R\$ 5,496, maior valor desde 21 de maio, quando a moeda americana estava a R\$ 5,57.

Os juros futuros tiveram mais uma sessão de alta,

com o de três anos se aproximando de 5%.

Juros futuros são taxas de juros esperadas pelo mercado nos próximos meses e anos com base na evolução dos indicadores econômicos atuais e são a principal referência para os juros de empréstimos que são liberados atualmente, mas cuja contratação ocorrerá no futuro.

Desde a semana passada, o discurso divergente do governo entre a manutenção do teto de gastos e a responsabilidade fiscal versus o vazio para obras de infraestrutura está levando os investidores a buscar proteção, afinal uma queda de braço entre a ala desenvolvimentista e a ala liberal do governo não é bem vista por ninguém, ainda mais que coloca em xeque a permanência de Guedes", diz Rafael Ribeiro, analista da Clear Corretora.

Segundo Ribeiro, a inclinação da curva do juro mesmo com sinalizações do Banco Central de mais um corte na Selic ainda neste ano é um sinal da fragilidade fiscal. "A saúde fiscal é um dos requisitos

“Sobra muito pouco, e a briga [por recursos] é grande. Temos feito o possível para, com menos, fazer muito mais”

Jair Bolsonaro



para a manutenção da política monetária expansionista." De acordo com pesquisa Datafolha divulgada na noite de quinta (13), Bolsonaro está com a melhor avaliação desde que começou o seu mandato.

"O presidente pode se ver mais forte, tomar mais decisões por conta própria e se utilizar dos gastos públicos. Com o aumento de popularidade, ele pode ser quem ele é de fato, o que preocupa o mercado com a questão fiscal porque dá margem para o presidente agir com menos rigor técnico", diz Ilan Arbetman, analista da Activa Investimentos. **em Reuters**

## Ministro diz que é difícil alguém ficar 'à vontade' no cargo

Bernardo Caram e Ricardo Della Coletta

**BRASÍLIA** Em meio a embates no governo sobre o cumprimento do teto de gastos, o ministro Paulo Guedes (Economia) disse nesta segunda-feira (17) ter a confiança do presidente Jair Bolsonaro e afirmou ter feito alertas sobre a necessidade de cumprir a lei ao avaliar novas despesas públicas.

Após reuniões nas quais discutiu medidas para liberar recursos do Orçamento, Guedes afirmou que é difícil que alguém fique "à vontade" no cargo de ministro da Economia. "Existe muita confiança do presidente em mim e muita confiança minha no presidente", disse, quando lhe foi perguntado sobre sua situação no posto. "À vontade neste cargo, eu acho difícil encontrar alguém que vai estar sempre à vontade, é um cargo difícil". Guedes ressaltou que, em momentos críticos de sua gestão, recebeu apoio de Bolsonaro. Ele citou como exemplo o episódio no qual convenceu o presidente a vetar a autorização para reajustes salariais de servidores públicos.

Sem mencionar nomes, afirmou ser natural que haja pressão de ministros para uma ampliação de gastos e investimentos públicos. O titular da pasta do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, é um dos defensores de liberação de recursos para obras. "É uma conversa natural. Qualquer governo tem seus desejos de fazer seus investimentos. Só que existe uma Lei de Responsabilidade Fiscal. A decisão de onde saem os recursos tem que respeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Esse foi meu alerta".

O ministro disse que é possível liberar recursos para investimentos públicos. Para isso, segundo ele, é necessário retirar amarras do Orçamento, respeitando o teto de gastos.

"Existe uma forma de abrir espaço para investimento? É o pacto federativo. Se você trava as despesas, desincentiva, desvincula, desobriga, você abre espaço para investimento, ou seja, o dinheiro vai sair de algum lugar".

Para viabilizar a estratégia, o ministro articulou fundir PECs (propostas de emenda à Constituição) enviadas pelo governo que tramitam no Congresso e que envolvem o ajuste fiscal para evitar o descontrole nos gastos públicos, e ampliar as regras da União a estados e municípios.

A solução orçamentária foi tratada em reunião no Planalto com Bolsonaro, Guedes e Braga Netto (Casa Civil).

Apesar da reação negativa do mercado diante dos sinais de fragilidade da agenda liberal, o presidente determinou ao chefe da equipe econômica que fosse encontrada solução para o custeio da agenda social que ele pretende implementar para garantir sua reeleição.

Após a reunião no Planalto, Bolsonaro voltou a defender Guedes e publicou uma mensagem nas redes sociais em que diz que ambos chegaram e saíram juntos do governo.

# Governo investe tão pouco que já daria resultado só manter infraestrutura de hoje

Frente 'pró-quebrar o piso da renda dos outros' não condena reformas de impacto gradual como faz em relação ao investimento

**REPASSE DE R\$ 400 BI DO BC PARA TESOUREIRO NÃO É PEDALADA. DIZ CAMPOS NETO AO TCU**

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou nesta segunda-feira (17), em reunião virtual com ministros do TCU, que a transferência de cerca de R\$ 400 bilhões de lucros cambiais da instituição ao Tesouro Nacional não será uma "pedalada fiscal".

Campos Neto pediu a reunião porque está preocupado com o que os ministros da corte de contas possam considerar esta operação como um financiamento do BC ao governo.

Conhecida como pedalada, a prática em que uma estatal ou ente da administração pública federal empresta recursos ao governo é proibida e levou o ex-presidente Dilma Rousseff ao impeachment, em 2016.

## OPINIÃO

Nelson Barbosa

Professor da FGV e da UFRJ, ex-ministro da Fazenda do Brasil e autor do livro 'The New School for Social Research'.

O debate fiscal está esquentando. Em resposta a minha proposta de elevação do investimento público, alguns colegas de profissão retrucaram que não vale a pena, pois o impacto seria demorado e não sabemos investir. Vejamos as duas questões.

Sim, investimento tem impacto defasado na economia. Como apontou meu colega na Ibram Manoel Pires, atazan de tudo também tem impacto defasado e nem por isso vejo a "frente anti investimento público" defender que o BC desista de fazer política monetária.

Mais importante, sabe que também tem impacto defasado na economia? Reforma da Previdência, tributária, administrativa e assim em diante. Apesar disso, a "frente pró-quebrar o piso da renda dos outros" não condena reformas institucionais de impacto gradual como faz em relação ao investimento.

Se o fizer que devemos desistir do investimento público porque isso demora a fazer efeito, meus colegas "liquidaçãoistas" revelam a incoerência do seu próprio raciocínio.

Do lado de cá, como fui favorável à reforma da Previdência, sou favorável à tributária e acho indispensável a administrativa, não tenho nenhum problema em defender mais investimento público mesmo sabendo que isso pode demorar algum tempo para ter efeito sobre a economia.

Mas por que um esclarecimento importante: no Brasil de hoje, o governo investe tão pouco que simplesmente garantir manutenção da

infraestrutura existente daria resultado rápido e positivo na economia.

Agora o segundo ponto da "frente virulenta" não devemos investir porque "a gente somos índio!" Já escrevi que, apesar de ofensiva, essa crítica tem fundamento, pois temos histórico ruim investimento, bem como grande risco de desvirtuação de programas de governo. Também já escrevi que a solução não é desistir do Brasil, mas sim melhorar o Brasil.

Recorro a outro exemplo, dado por um colega da FGV, imagina se diante do fracasso dos planos Cruzado, Brummer, Verão e Collor o Brasil tivesse desistido de controlar a inflação? Não haveria Plano Real e estaria mais até hoje debatendo nossa incompetência.

Volando ao investimento público, o complexo de virulência parece recorrentemente no debate, com fatalistas dizendo que não investimos bem no passado e microeconômistas óbvios ululando argumentando que disponibilizar recursos não garante boa seleção e execução dos projetos. As duas críticas são válidas e têm um ponto em comum: ambas não apresentam solução!

Para sair do impasse, precisamos de duas coisas: 1) regra de política fiscal estabelecendo meta específica de investimento, com seleção e acompanhamento de projetos pelo Congresso; e 2) melhora da legislação de seleção e execução de projetos, sobretudo da lei de licitações, obtenção de licenças e atuação dos órgãos de controle (para evitar o papão e segue por caprichos de procuradores e outros e sem busca de 15 minutos de fama).

Tudo o que faliu é difícil? Sim, muito. Ainda assim é necessário para sairmos do buraco em que o golpe de 2020 nos meteu.

## 54% dos recursos previstos com pandemia foram gastos, diz IFI

**MERCADO PASSA A VER QUEDA MENOR DO PIB, DE 5,52% A pesquisa semanal Focus mostrou que a expectativa para a felicidade neste ano continua em 2,0%, mas, para 2021, caiu a 2,75%, de 3,0% antes. Para o PIB, a estimativa de contração neste ano passou a 5,52%, de 5,62% no levantamento anterior, na sétima semana seguida de melhora do cenário.**

Eduardo Cuello

**SÃO PAULO** O governo já abriu R\$ 50,3 bilhões em créditos extraordinários para financiar medidas de combate à pandemia, tendo gasto efetivamente 54% desse valor (R\$ 27,1 bilhões) até o dia 11 de agosto, segundo o Relatório de Acompanhamento Fiscal da IFI (Instituição Fiscal Independente), órgão do Senado Federal.

O auxílio emergencial a trabalhadores informais é a ação com maior orçamento. Foram reservados R\$ 254,2 bilhões, dos quais já foram pagos R\$ 167,7 bilhões (cerca de 66%). O auxílio a estados e municípios já teve desembolso de R\$ 32,1 bilhões (50% do valor disponível).

O programa de financiamento da folha de pagamento das empresas teve execução de apenas 11,5% de um total previsto de R\$ 34 bilhões.

A compensação para trabalhadores formais com contrato suspenso ou redução de jornada soma R\$ 22 bilhões (59% do disponível).

O percentual de execução da ação de enfrentamento da emergência de saúde aumentou de 32,9% para 50,6% des-

de julho, de um total autorizado de R\$ 46,8 bilhões.

Com esse aumento de gastos, houve perda de receita líquida no primeiro semestre de 2020 que corresponde a 2,5 pontos percentuais do PIB.

Os gastos com pandemia fizeram a despesa primária total crescer 40,3% acima da inflação, no período.

Em relação ao desempenho da economia, a IFI projeta que o PIB deve registrar queda de 8,8% no segundo trimestre, abaixo do inicialmente previsto de 10,6%. A expectativa para o ano permaneceu em -6,5%.

A dívida bruta atingiu 85,5% do PIB em junho (9,7 pontos percentuais do PIB de alta neste ano), caminhando para a projeção de 96,4% do PIB da IFI no fim de 2020.

"É preciso ter claro que essa piora fiscal não constitui um risco em si. A preocupação maior reside na incerteza quanto ao pós-crise. Desde já, discute-se a relevância de o governo dar sinalizações claras em relação ao compromisso com o retorno a um modelo de ajuste fiscal que permita restabelecer as condições mínimas de sustentabilidade da dívida pública, diz a IFI.

PAINEL S.A.

Joana Cunha  
joanac@papelafolha.com.br

## John Rodgerson Passagens vão continuar com preços mais baixos, diz presidente da Azul

**SÃO PAULO** Enquanto atravessa a pior fase da história do setor aéreo, o presidente da Azul, John Rodgerson, evita previsões. Diz que as passagens estão baratas para atrair o viajante e que isso deve continuar até que os voos voltem ao normal, o que deve acontecer em dois anos no pior cenário, mas ele quer se esforçar para que venha em apenas um.

Na live da série Ao Vivo em Casa, da Folha, nesta segunda-feira (17), Rodgerson disse que o empréstimo prometido pelo BNDES pode ajudar o país porque as companhias em preguiam e pagam impostos.

as malhas, vamos ajudar as empresas a voarem mais.

**Vocês recuaram na expansão internacional. Tem chance de seguirem nela com a Latam?** É possível. Nunca tivemos sonho de ser muito grandes na internacional. Falamos de Lisboa, Flórida, Nova York, Paris, e o sonho mais ou menos acabou aí. Mas claro que a Latam tem uma grande malha internacional.

Sempre fizemos internacional com parceiros, como TAP, United. Então é possível fazer algo com eles, mas isso não vai parar nossa intenção original de voar para os maiores capitais. A gente vai continuar fazendo. Mas eu acho que codeshare com Latam não tem nada a ver.

**Em junho, você dizia que era difícil afirmar que o BNDES estava negociando um socorro às aéreas porque na verdade isso é um empréstimo, com retorno, com juros. Não é socorro, é empréstimo como qualquer outro. E acho caro, isso é para proteger empregos e a arrecadação do país. Está um pouco frustrado porque está demandando. Foi anunciado em março. Mas fizemos a lição de casa. Acho que logo sai.**

**Como foram os bastidores? Vimos Paulo Guedes falando que não teria moleznia para as aéreas. E também ouvimos declarações fortes como essas. E cumprido quando se está tomando dinheiro que vem do povo brasileiro para emprestar, tem que ter certeza de que terá retorno. Precisa ser bem gerenciado e, por isso, está demandando.**

O BNDES não tem dinheiro para fazer tudo isso sozinho. Quando começou, estava fazendo sozinho, e todo mundo pediu dinheiro. Depois disseram: vamos trazer os bancos e o mercado. Toda vez que você traz mais jogadores, demora, porque tem outras opiniões.

Acho que Guedes falou que ninguém está tendo moleza. Nosso setor perdeu milhares de empregos, o que é ruim para o Brasil. Volto a dizer que a Azul pagou R\$ 2 bilhões de impostos em 2019. O ministro deve estar focado em proteger a arrecadação porque o país precisa. Precisa de empresas saudáveis e emprego.

Nos EUA, Trump está pensando em dar mais [recursos ao setor]. Por que ele vai fazer isso? Porque ele adora pilotos, linhas aéreas e acionistas? Não. É porque ele sabe a importância disso para proteger os empregos e está em ano de eleição.

**E os preços?** Nunca foram tão baixos. Quando temos avião no chão, quer dizer que temos mais oferta do que demanda. Estamos convidando todo mundo para voar.

Não acredito que vamos aumentar preços até estarmos perto de mil voos por dia. E estamos com 420 em setembro. Então, por muito tempo, até termos vacina, talvez, os preços vão ser super em conta.

**A parceria de codeshare, vocês compartilhados, com a Latam começou. Vocês já brigaram tanto por espaço em Congonhas e agora se dão as mãos? Brigamos pelo nosso espaço. É legítimo. Vou morrer achando que estavamos certos porque merecemos ter mais slots em Congonhas. Nunca pensei que sentaríamos na mesa com a Latam para fazer algo, mas, puxa, é muito melhor ter uma aeronave no ar do que duas no chão. Então, se podemos contactar**

**Quando você espera a retomada total? A Azul já voou cerca de mil voos por dia e agora projeta que para setembro vai voltar a voar. Vai ter mais reuniões de Zoom, mas não é a mesma coisa. Brasília gosta de se conectar.**

Será que pessoas do Mato Grosso, do agronegócio, que vivem em Sinop, vão fazer reunião por Zoom? Se você quer vender seu produto, vai querer apertar a mão do cliente.

**A Latam prometeu opositores permanentes uma redução permanente nos salários. Ela diz que já remunera acima da Gol e da Azul, mas que só queria se equiparar ao mercado. Você pode falar pela Azul, eh paga acima mesmo?** Depende de qual aeronave, base ou equipamento se voa, mas sim, na Latam se ganhava mais em alguns custos. O modelo de remuneração deles é diferente. Acho que estão tentando corrigir de alguma forma, mas não posso comentar porque não sei os detalhes. Uma coisa diferente é que eles têm muito mais voos internacionais.

**Será que daqui a algumas semanas vamos ouvir a Azul dizer que não precisou do socorro do BNDES? Ela vai conseguir passar sem essa? Talvez. Você não vai dizer que eu não preciso do socorro porque eu não vi socorro. Só vi um empréstimo caro. Se você souber de um socorro, me fale. Mas ninguém sabe.**



**John Rodgerson**

Foi diretor vice-presidente financeiro e de relações com investidores da Azul. Trabalhou no plano de negócios para a criação da Azul com David Neelmann, fundador da companhia aérea. Trabalhou na JetBlue Airways e na IBM. É graduado em Finanças pela Brigham Young University.



## mercado coronavírus

# Pandemia põe à prova versão mais liberal do BNDES

Mais enxuto e sem subsídios, banco tenta destravar crédito a pequenas empresas, mas enfrenta dificuldades

Nicola Pamplona

**RIO DE JANEIRO** A crise gerada pela pandemia põe à prova a nova versão do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), desenhada ainda no governo Michel Temer e aprofundada pelo governo Bolsonaro, que abandonaram a versão "hospital de empresas" para um papel mais articulador na relação entre as companhias e o mercado financeiro.

Por enquanto, na avaliação do mercado, a estratégia vem esbarrando em equívocos na concessão dos primeiros programas e na grande aversão ao risco, que provocaram um resfriamento dos recursos liberados pelo governo federal —no fim de julho, por exemplo, o BNDES devolveu R\$ 13,4 bilhões dos R\$ 17 bilhões destinados para pagamento de salários porque o mercado teve dificuldades para absorver os recursos.

"A concessão de crédito é o grande calcanhar de aquiles das medidas emergenciais do governo", afirma o presidente da Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil). Fer nando Fimintel. "O dinheiro não flui, pelo menos para pequenas e médias empresas".

Ao contrário das crises durante os governos petistas, o BNDES elegeu pequenas e médias empresas como foco e manteve condições de mercado para os financiamentos, que são preferencialmente feitos em parcerias com instituições privadas.

Chegou a negociar também pacotes de socorro a grandes empresas desastrosas, como companhias aéreas, montadoras e varejistas, mas a ideia foi praticamente abandonada —restam ape-

nas negociações com as empresas de aviação.

Dados divulgados na sexta-feira (14) pelo BNDES mostram que a pandemia reverteu trajetória de queda em suas operações de crédito, iniciada em 2014. No segundo trimestre, os desembolsos somaram R\$ 17,6 bilhões, 61,6% a mais do que no mesmo período do ano anterior.

Ainda assim, o volume equivale a menos de um quarto do verificado no mesmo período de 2014. Com menos BNDES, o mercado privado vem liderando a concessão de crédito na pandemia: entre 16 de março e 31 de julho, instituições privadas ofereceram R\$ 426 bilhões em novos empréstimos, ante R\$ 202,2 bilhões das instituições estatais.

A redução da fatia estatal no crédito não é nova. Segundo

o Banco Central, em maio de 2019, o setor privado representou mais de metade do estoque de crédito no país pela primeira vez desde maio de 2013. A redução na taxa básica de juros ajudou na diversificação das fontes de financiamento no país.

Executivos do setor produtivo ponderam que o modelo privado tem sido bem utilizado por grandes empresas, mas a crise gerada pela pandemia fechou a torneira para empréstimos de pequeno porte, que têm mais dificuldade para apresentar as garantias contra calotes exigidas pelo sistema financeiro.

A taxa de juros média para a linha de capital de giro, por exemplo, está em 11,15% ao ano, considerada alta pelas tomadoras.

"O BNDES tem boa intenção, mas há problemas que ele não consegue superar", afirma o presidente da Abimaq (Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos), José Velloso.

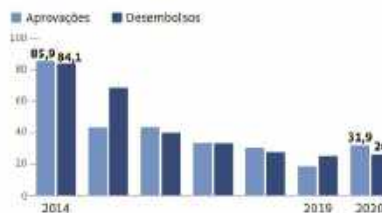
Ele cita como entraves à atuação do banco o custo de captação dos recursos que emprega —a TLP equivale hoje ao IPCA mais 129% ao ano— e a falta de capitalidade e de estrutura para recuperar calotes, o que gera a necessidade de atuação com o setor privado, hoje mais avesso ao risco.

Para economistas ouvidos pela Folha, a crise acelerou mudanças que devem ser reforçadas na nova versão do banco, como a oferta de garantias para empréstimos de pequenas empresas, uma das principais apostas da gestão atual, que vê potencial para liberar até R\$ 100 bilhões em crédito.

"Dedicamos muitos esforços para colocar [o progra-

## Operações do BNDES voltam a subir

Concessões de crédito aumentam após pandemia. Entre janeiro e junho, em R\$ bilhões



Mas bancos privados lideram a concessão de crédito. Entre 1.º a 31.º jul., em R\$ bilhões



Programas emergenciais lançados pelo governo para pequenas e médias já emprestaram R\$ 36,1 bilhões a 384 mil empresas

Valor contratado por programa, em R\$ bilhões



Valor contratado por instituição financeira, em %



Fonte: BNDES, Banco Central e Empreendedor São Paulo

## Presidente da instituição está contaminado pelo coronavírus

O presidente do BNDES, Gustavo Montezano, teve resultado positivo no teste para Covid-19, informou o banco de fomento nesta segunda-feira (17), acrescentando que está em isolamento social desde o início dos sintomas. O exame do tipo PCR foi realizado na semana passada, segundo o BNDES. "O estado de saúde de Montezano é bom e ele seguirá exercendo suas atividades em regime de home office", disse o banco em comunicado à imprensa.

## Lojas têm na Justiça 1ª vitória para reduzir aluguel

Fernanda Brigatti

**SÃO PAULO** Os shoppings já voltaram a funcionar, mas, na Justiça, lojistas continuam brigando pela redução de encargos no período em que não puderam abrir as portas.

Em São Paulo, decisão do 4º Vara Cível determinou a redução de 23% do valor dos aluguéis mínimos devidos por

lojistas do Shopping Interlagos no período de 22 de março a 31 de junho.

Nesse intervalo, o shopping estava aberto, mas lojas de setores considerados não essenciais, como roupas e produtos de beleza, não tinham autorização para funcionar.

Na decisão liminar (provisória), o juiz Rodrigo Galvão Medina aceitou o pedido de

Sindilojas SP (Sindicato dos Lojistas de Shopping de São Paulo) e determinou a redução dos valores pactuados "considerando a impossibilidade de uso dos salões comerciais para o fins a que se destinam".

Aldo Macri, presidente do sindicato, diz que a decisão de acionar o shopping ocorreu porque não houve negociação.

"Desde o início da quarentena estamos recebendo informações de nossos associados, chegamos a fazer um modelo para os pedidos de redução de aluguel. Entrar com ação não é do nosso feitio, mas nos sentimos obrigados, porque esses são os que não aderiram a acordos individuais".

Além do Interlagos, o Sindilojas SP também processou o Morumbi Town e o Butantã.

Para este último, o juiz Daniel Serpentine, da 12ª Vara Cível, negou a liminar para reduzir ou isentar os aluguéis, mas proibiu o shopping de negar ou protestar comerciantes por eventuais atrasos no pagamento.

No caso do Morumbi Town, a liminar foi negada também em segunda instância. Para o relator, desembargador Carlos Nunes, não havia motivo para decisão provisória e urgente, pois o shopping suspendeu o aluguel enquanto as lojas estavam fechadas.

O advogado Daniel Cervella, que representa o sindicato na ação, diz que ainda falta o julgamento do mérito do

pedido de inexistência de cumprimento do contrato.

Em Minas Gerais, a associação de lojistas de shoppings também conseguiu reduzir os pagamentos para o período de fechamento no BH Shopping. Segundo a ação, que ainda tramita no TJ-MG (Tribunal de Justiça de Minas Gerais), a Multiplan, que administra o centro comercial, concedeu isenção total do fundo de promoção, desconto de 50% do aluguel mínimo, 50% de abatimento em encargos e suspensão do IPTU por 90 dias.

O Shopping Butantã afirmou, em nota, ainda não ter sido citado, mas que tem conhecimento do processo e do indeferimento do pedido feito pelo sindicato. "A empresa ressalta ainda seu empenho em dialogar com cada lojista e atuar de forma transparente e justa para chegar a melhor solução para todos", disse.

A Gazit Brasil, que administra o Morumbi Town, disse estar em contato diário com os lojistas para tratar do assunto. afirmou também que já tem praticado reduções nos custos condominiais, além de ações que buscam auxiliar os donos de lojas.

A Multiplan disse que, durante os meses de suspensão total das operações, concedeu a redução integral dos aluguéis dos locatários que se mantiveram adimplentes.

O Shopping Interlagos foi procurado pela reportagem, mas não respondeu.



## PIB DO JAPÃO CAÍ 7,8% NO SEGUNDO TRIMESTRE

Vendedor em loja em distrito comercial de Tóquio; sob os efeitos da pandemia, recuo da economia japonesa foi o maior desde 1980, com uma queda de 8,2% no consumo privado, que representa metade do PIB. (Foto: Kyung Heon/Reuters)

**SEXTAS E SÁBADOS NO EZ**

HIGIENIZAÇÃO PESSOAL SAÚDE DISTÂNCIA SOCIAL ESTACIONAMENTO SEGURANÇA

**ZUR**

COMIDA JAPONESA  
E COMIDAS COREANAS  
E MEXICANAS  
CAPIBANA  
DIF

COMERCIOS  
DIA 149,90

WHATSAPP: 98880-6303 | 3346-7799

FACEBOOK.COM/EZHOTEIS

**EZHOTEIS**

AV. HENRIQUE FERRAZ, 663 - APOLOGIA - SÃO PAULO - SP, 04151-000





Eduardo Eugênio Góuêvia Vieira, reeleito na Firjan

### Presidente da Firjan é reeleito para 9º mandato consecutivo

Cátia Seabra

**RIO DE JANEIRO** Há 25 anos à frente da instituição, o presidente da Firjan (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro), Eduardo Eugênio Góuêvia Vieira, reelegeu-se nesta segunda (17) para seu nono mandato. Góuêvia Vieira comandará a entidade por mais quatro anos. Por 58 votos a favor, 44 contra e um branco, Góuêvia Vieira derrotou um antigo aliado — o vice-presidente da federação e presidente licenciado da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Ângela Costa —, em uma disputa marcada por troca de acusações e debates acalorados nas redes sociais.

Os opositores de Góuêvia Vieira questionavam-se de falta de transparência na administração de um orçamento anual de R\$ 1 bilhão e chegaram a recorrer à Justiça do Trabalho contra a contratação de uma empresa para a realização da votação por meio eletrônico. Presença, no entanto, o voto online.

Essa não foi o único problema enfrentado por Góuêvia Vieira. Adversários acusaram o dirigente de desvio de R\$ 10 milhões gastos para a instalação da Casa Firjan — segundo eles, um "palacete" na zona sul do Rio — e os custos para mudança da marca da federação fluminense.

Em resposta, Góuêvia Vieira disse aos seus críticos "a uma verdadeira vangloria do straso, juríssica".

A disputa invadiu as relações pessoais. Chegou à cúpula da campanha adversária a informação de que Góuêvia Vieira telefonara para colegas relatando os laços de amizade de Ângela Costa com o economista Marcelo Sereno.

Assessor do ministro José Dirceu no governo Lula e ex secretário de comunicação do PT, Sereno chegou a ser preso em operação deflagrada em abril de 2018, por ter sido "indicado como o responsável pelas transações financeiras operadas pelo Fundo de Pensão Nucleos (servidores das estatais de energia nuclear). Sereno, que nega a regularidades, foi solto 40 dias após a prisão.

Ângela nega qualquer ligação com o PT.

Após a divulgação do resultado, Góuêvia Vieira afirmou que dedicará ao recém-lançado programa de retomada em bases comunitárias do estado do Rio. "São pautas com um potencial de R\$ 23 bilhões em investimentos nos próximos anos, em concessões e PPPs, saneamento básico e gás natural. Vamos contribuir para que o estado supere a tempestade por feita que atravessa e volte a crescer, estimulando as negócios e gerando emprego".

# Governo teme derrota e tenta adiar votação de veto à desoneração

## Medida beneficia 17 setores; Congresso aprovou em junho postergação do benefício até 2021, mas Bolsonaro vetou

Thiago Resende e Isabella Macedo

**BRASÍLIA** Ainda sem acordo sobre o veto à prorrogação da desoneração da folha, interlocutores do governo admitem que, por causa do risco de derrota, devem tentar adiar a votação, que está marcada para esta quarta-feira (19). Em junho, o Congresso aprovou proposta para que essa medida, que reduz o custo da contratação de mão de obra para 17 setores, seja estendida até dezembro de 2021.

Atualmente, a lei prevê a desoneração da folha de pagamentos dessas empresas até o fim de 2020.

O presidente Jair Bolsonaro, porém, vetou a postergação da medida. O ato de Bolsonaro agora será analisado pelos congressistas. Integrantes do governo ainda temem uma derrota do veto.

Uma reunião está marcada para esta terça (18), quando o líder do governo no Congresso, Eduardo Gomes (MDB-TO), pretende fazer mais uma tentativa de articulação com partidos pela manutenção do veto na votação desta semana. Sem acordo, restará a estratégia de adiar a análise do tema para a próxima sessão, prevista para a primeira semana de setembro.

Líderes na Câmara e no Senado ainda tendem a defender a postergação do benefício tributário, o que representaria uma derrota de Bolsonaro e uma redução na arrecadação federal no próximo ano.

Por isso, o Ministério da Economia estima que deitaria de arrecadar R\$ 10,2 bilhões. Esse valor hoje é concedido como incentivo para empresas com elevados gastos de mão de obra. O objetivo é estimular a contratação de funcionários.

Empresários desses 17 setores, que reúnem cerca de 6 milhões de empregados, dizem que não suportariam esse aumento de custo e que 1 milhão de pessoas poderiam perder os empregos caso o veto seja mantido.

A desoneração, adotada no governo petista, permite que empresas possam contribuir com um percentual que varia de 1% a 4,5% sobre o faturamento bruto, em vez de 20% sobre a remuneração dos funcionários para a Previdência (contribuição patronal).

Atualmente, a medida be-

neficia companhias de call center, o ramo da informática, desenvolvimento de sistemas, processamento de dados e criação de jogos eletrônicos, além de empresas de comunicação (mídia), companhias que atuam no transporte rodoviário coletivo de passageiros e empresas de construção civil e de obras de infraestrutura.

Relator da proposta de estender a desoneração da folha de pagamentos até 2021, o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) disse que, na reunião desta tarde, defenderá que o veto seja votado logo. "Se o governo achasse que teria chance de manter o veto, já teria colocado isso em votação".

O líder do DEM na Câmara, deputado Efraim Filho (PB), ressaltou que o governo ainda não enviou uma contra-proposta.

O Ministério da Economia prometeu ao Congresso, em julho, que enviaria uma medida mais ampla de corte de impostos sobre a folha, sem distinção de segmentos da economia. Mas congressistas dizem não acreditar mais nessa investida da equipe do ministro Paulo Guedes (Economia),

que tem o apoio de setores como saúde, educação e serviços. O projeto prevê a extensão da desoneração da folha para setores como saúde, educação e serviços. O projeto prevê a extensão da desoneração da folha para setores como saúde, educação e serviços.

### DECLARAÇÃO DE PROPOSTO

DECLARAÇÃO DE PROPOSTO

### EMPRESA DE SERVIÇOS DE TI

EMPRESA DE SERVIÇOS DE TI

### MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

### TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

### TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

### PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

## Entregas com qualidade, agilidade e segurança em mais de 1.300 cidades em todo o Brasil.

Diante dos novos desafios, a qualidade e a agilidade na entrega dos produtos ao consumidor tornam-se essenciais para o varejo. Conectando empresas a seus consumidores, a TRANSFOLHA está pronta para atender a demanda do pequeno varejista às grandes redes e plataformas de e-commerce com soluções customizadas e eficientes. Nossa operação conta com sistemas automatizados por softwares, operando 24 horas por dia nos 7 dias da semana!

### Conte com as soluções singulares e eficientes da TRANSFOLHA

Transfolha System Mobile

EXCLUSIVO APP DE MAIOR ENTREGA EM TEMPO REAL COM ASSINATURA DIGITAL

MAIS DE 13 MILHÕES DE PARCELOS ENTREGUES MINUSALIANTE

SISTEMA DE REPARAÇÃO AUTOMATIZADO POR SOFTWARE

MAIS DE 50 UNIDADES DE DISTRIBUIÇÃO

OPERAÇÃO 24/7

AL XINGU, 1230, ALPHAVILLE, BARUERI-SP • FONE (11) 4133-8240

comercial@transfolha.com.br | www.transfolha.com.br

TRANSFOLHA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

### MERCANTIL DO BRASIL

MERCANTIL DO BRASIL

### MERCANTIL DO BRASIL

MERCANTIL DO BRASIL

## Empresários pressionam por incentivo

Entidades empresariais defendem que seja prorrogada a desoneração de folha aplicada atualmente a 17 segmentos

Por **Marta Watanabe** — De São Paulo

18/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

Uma desoneração de folha ampla, que beneficie todas as atividades, conforme defende o ministro da Economia, Paulo Guedes, é uma discussão prioritária. Enquanto o governo federal não envia uma proposta concreta sobre o assunto, porém, entidades empresariais ouvidas pelo **Valor** defendem que seja prorrogada a desoneração de folha aplicada atualmente a 17 segmentos. Embora mais restrito, calcado em uma troca de base de cálculo, o benefício, alegam, ameniza a pesada carga sobre folha, ajuda a preservar empregos e deve facilitar a retomada no pós pandemia.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Flávio Roscoe, diz que a entidade apoia a desoneração ampla de folha financiada por alguma tributação sobre transações financeiras. Mas também apoia a prorrogação mais imediata da desoneração de folha que hoje troca a base de cálculo para 17 segmentos.

Caso contrário, diz ele, corre-se o risco de não ter nem o benefício mais amplo e nem o mais restrito a partir de janeiro do ano que vem. Isso, diz, atingiria setores importantes beneficiados atualmente com a desoneração. Ele destaca a construção civil, cuja retomada pode ter efeito contracíclico importante. Esse setor, argumenta, que conta atualmente com o cenário mais favorável de juros baixos. Também ressalta o setor de transporte, que afeta transversalmente outras atividades.

Instituída em 2011 com o objetivo de incentivar formalização de empregos, a desoneração de folha chegou a contemplar 50 setores. Com a crise fiscal, seu alcance foi limitado gradativamente. Além de construção civil e transporte, também são beneficiados hoje os segmentos têxtil, de serviços de tecnologia, de calçados, call center e comunicação social, entre outros.

Ao mudar a base de cálculo da folha de salário para o faturamento, a desoneração permite que a contribuição previdenciária do empregador varie conforme o nível de receitas, ressalta Roscoe. Também ameniza o acúmulo de resíduo tributário pelo exportador, já que a receita com vendas ao exterior fica de fora da base de cálculo. Num momento de crise como o da pandemia, diz ele, isso reduz a propensão à demissão e também acelera a propensão à contratação no momento de recuperação da economia.

Para José Pastore, professor da USP e presidente do Conselho de Emprego e Relação do Trabalho da Fecomercio/SP, “não há lógica” em vetar a prorrogação de um incentivo que já está funcionando. Ele lembra que a medida, ainda que restrita a alguns segmentos, contribui para amenizar a carga sobre folha. “Essa tributação, quando exagerada, é ruim para o emprego e a produtividade. No Brasil, a soma de todos os encargos equivale a 102% do salário.”

Na justificativa presidencial do veto à prorrogação, o argumento foi de que só poderia existir renúncia de receita se indicada medida compensatória e que o assunto era “estranho” à matéria da MP. Outro argumento, levantado pela equipe econômica após o veto, é que a prorrogação do prazo de desoneração seria inconstitucional por contrariar a EC 103/20, da reforma previdenciária.

Segundo o senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO), que foi relator da MP 936 no Senado, a ideia é que haja consenso entre líderes partidários e o governo para a votação do veto. Para ele, o veto do governo teria acontecido porque a equipe econômica defende desoneração mais ampla da folha. Não haveria problema em analisar projeto nesse sentido, diz ele, mas o governo precisa fazer “proposta concreta”.

---





**Por Armando Castelar Pinheiro**

Pesquisador do IBRE/FGV, professor do Instituto de Economia ... [ver mais](#)

## Outra vez o teto de gastos

O que se defende é uma reedição do PAC e da Nova Matriz Econômica, que jogaram o Brasil na recessão de 2014-16

18/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Quando eu estudei fora e vinha visitar a família, o país parecia estar sempre à beira do precipício. Era o final dos anos 1980, período de hiperinflação, choques heterodoxos e um confuso processo de redemocratização. Voltava para Berkeley me perguntando como o país sobreviveria. Quando chegava aqui de volta, porém, nada tinha mudado: nem as coisas tinham explodido, nem nada fora resolvido. Era, como se dizia, uma hiperatividade paralisante.

Em várias dimensões, as coisas pouco mudaram desde então. Vemos isso na área fiscal, na questão tributária, na privatização, na abertura comercial etc. O custo disso é imenso: os investidores se retraem, a produtividade não aumenta e o crescimento é medíocre, gerando mais informalidade e pobreza do que seria preciso.

**O que se defende é uma reedição do PAC e da Nova Matriz Econômica, que jogaram o Brasil na recessão de 2014-16**

A aprovação da Emenda Constitucional 95 (EC 95), que instituiu o teto de gastos, foi um passo importante na luta contra essa hiperatividade que não leva a lugar nenhum. Como observei à época ([glo.bo/3hgjLA1](https://glo.bo/3hgjLA1)), a regra do teto permite um ajuste fiscal gradual, sem ter de necessariamente cortar gastos, em especial aqueles

com educação e saúde, cujo mínimo foi garantido pela própria emenda. Além disso, ele reduz o custo de financiamento do setor público.

O teto de gastos deu direção à política fiscal e ancorou as expectativas com extraordinário sucesso. Nos três anos decorridos desde a promulgação da EC 95, em dezembro de 2016, a despesa primária do governo central (União, INSS e Banco Central) cresceu 1,2% ao ano (a.a.) em termos reais, em linha com o observado em 2015-16 (0,3% a.a.) e cerca de um quinto do visto entre 1997 e 2014 (6,3% a.a.). Isso permitiu uma forte queda da taxa Selic, de uma média de 14% em 2016 para 5,9% em 2019. Ainda assim, a inflação caiu, de 6,3% em 2016 para 4,3% em 2019. E, mais importante, o país saiu da recessão, com o desemprego em queda até a chegada da covid-19.

Esse quadro vinha permitindo um gradual ajuste das contas públicas. O déficit primário do setor público consolidado caiu de 2,48% para 0,85% do PIB de 2016 para 2019. A despesa com juros sobre a dívida pública também diminuiu, de 6,49% para 5,06% do PIB, em que pese a alta da dívida. Isso se deu por o custo de financiamento ter caído: entre 2016 e 2019, a taxa de juros implícita na dívida bruta caiu de 13,1% para 7,8%, enquanto para a dívida líquida a queda foi de 17,9% para 10%.

Isso reduziu não só o custo de capital para quem quer investir, como se vê no mercado de capitais, mas também o rendimento que as famílias mais ricas obtêm em suas aplicações financeiras, com impactos distributivos não triviais.

A pandemia da covid-19 levou ao acionamento de um mecanismo previsto na EC 95, que é a realização de despesas extra-teto, via créditos extraordinários, nas condições previstas no parágrafo 3º, artigo 167 da Constituição Federal; no caso, o estado de calamidade pública. Para mim, mais uma demonstração da flexibilidade bem direcionada da regra do teto.

Controlada a pandemia, e passado o estado de calamidade pública, previsto para terminar no fim do ano, se encerra também o espaço para esses gastos extraordinários. E esse movimento, que deveria ser natural, já que previsto na Constituição, vem enfrentando muita oposição política. Oposição que tende a crescer nos próximos meses. Aqui cabe diferenciar dois problemas distintos.

O primeiro reflete o desejo de setores do Executivo e do Congresso de gastar mais para alavancar suas chances eleitorais. Como mostram pesquisas recentes, o Auxílio Emergencial ajudou a aumentar a popularidade do presidente, atraindo um segmento da população antes alinhado ao PT. O fim, ou a redução, dessa transferência de renda vai ter o impacto oposto, e proporcionalmente até mais forte. Há também quem queira aumentar as despesas com projetos que rendam bons palanques eleitorais. Muitos deles, se forem em frente, perigam entrar para a longa lista de obras paradas.

O segundo diz respeito à necessidade de o orçamento passar a refletir as prioridades que a sociedade atribui aos vários tipos de gastos públicos, em vez de simplesmente acomodar aumentos em todos eles. Esse foi um desafio colocado desde que o teto de gastos foi proposto. Nada mudou quanto a isso. Ou melhor, mudou para pior. Com os gastos extras com a pandemia, a dívida pública vai dar um salto de 20% do PIB, complicando ainda mais a gestão das contas públicas. Respeitar o teto é ainda mais importante hoje do que antes da pandemia. O que não significa que se vai resolver com facilidade o conflito político entre os “donos” dos vários gastos. Mas esse é o papel da Política e o trabalho para o qual os políticos são pagos.

O que mais impressiona nos argumentos dos que defendem furar, flexibilizar o teto é dizer que ele terá um impacto positivo sobre a atividade econômica. Ora, o que se defende é uma reedição do PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento, e da Nova Matriz Econômica, ignorando que foram essas políticas que jogaram o Brasil na profunda recessão de 2014-16.

**Armando Castelar Pinheiro é Coordenador de Economia Aplicada do Ibre/FGV, professor da Direito-Rio/FGV e do IE/UFRJ e escreve quinzenalmente neste espaço. Twitter: @Acastelar.**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Não utilize Cúrcuma, sem antes ler isso!

FITO CÚRCUMA

### LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para março de 2021!

## Crise reforça a urgência da reforma administrativa

O governo gasta o equivalente a 13,7% do PIB com pessoal, o dobro das despesas com educação

18/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

Enquanto 66 milhões de brasileiros se agoniam pensando em como vão sobreviver quando terminar o pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600 distribuído pelo governo, que evitou que mergulhassem na miséria no início da pandemia do novo coronavírus, 760 desembargadores de São Paulo pleiteiam ao governo estadual aumento de salários, que giram em média em torno de R\$ 39 mil mensais líquidos. Não se discute que não devam ser bem remunerados os desembargadores, mas é falta de sensibilidade reivindicar reajuste de 50% nas despesas de pessoal da categoria, que já são elevadas, em momento de extremas dificuldades para a população e da necessidade de aperto fiscal.

O episódio só reforça os argumentos a favor da necessidade urgente da reforma administrativa. Logo após a aprovação das novas regras da Previdência, no ano passado, a promessa era de que essa reforma seria a próxima. O governo chegou a dizer, no início do ano, que a proposta estava pronta para ser enviada ao Congresso. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, é um de seus apoiadores, embora políticos experientes alertassem que as eleições municipais pudessem ser um empecilho. Os servidores públicos constituem uma categoria forte e bem articulada na defesa de seus interesses. No entanto, o presidente Jair Bolsonaro deu todos os sinais de que pretende empurrar essa tarefa para não se sabe exatamente quando.

Especialistas dizem, porém, que já passou da hora da mudança e que o momento é o ideal, dada a previsão de que mais de um terço dos servidores federais devem se



aposentar até 2034. A renovação dos quadros poderia ser feita sob as novas regras, mais racionais e modernas. Apesar de o projeto do governo não ter sido divulgado, um dos detalhes que vazou é que as mudanças só valerão para os novos contratados. Outras alterações incluem o fim da estabilidade, provavelmente com algumas exceções, e a revisão dos métodos de avaliação.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

O ex-presidente do Banco Central (BC), Armínio Fraga, um dos defensores da reforma administrativa, argumenta a necessidade de se melhorar o atendimento à população. Entre os pontos que considera importantes alinha a necessidade de se avaliar o desempenho dos funcionários, após o treinamento adequado, como em uma empresa privada, em modelos de comitês que garantam a impessoalidade. Considera também imperiosa a racionalização das carreiras, que hoje são “milhares” e devem ser simplificadas e alinhadas para transparência e comparação da remuneração e desempenho. Ainda hoje a folha de salários pública inclui linotipistas e datilógrafos.

Fato pouco comentado é a desigualdade entre os funcionários públicos apontado pelo economista Ricardo Paes de Barros, em que o topo tem um salário muitas vezes acima do teto constitucional, muitas vezes graças a penduricalhos, e a base ganha bem menos.

Para Fraga, fica em segundo plano o ganho fiscal que o governo pode auferir com a reforma administrativa. No entanto ele existirá, o que é uma boa notícia diante do atual aperto. Em um momento em que também se discute a necessidade da reforma tributária parece racional saber quanto se pode economizar nos gastos

para dimensionar a necessidade de receita. As despesas com pessoal não são modestas e chegam a representar 80% dos gastos públicos nos Estados.

Segundo levantamento do Instituto Millenium, em conjunto com o Octahedron Data Experts, o governo gasta o equivalente a 13,7% do Produto Interno Bruto (PIB) com pessoal, o dobro das despesas com educação. Esses recursos beneficiam uma parcela de 18% da população ativa, ou 11,4 milhões de pessoas, número que dobrou nos últimos 30 anos.

Em comparação baseada em dados de 2018 do Fundo Monetário Internacional (FMI), o Brasil está em sétimo lugar entre 80 países que mais gastam com o funcionalismo em relação ao PIB, tendo à sua frente geralmente nações bem mais ricas em termos per capita como a Dinamarca e Noruega, mas também África do Sul e Arábia Saudita. O Brasil gasta mais que vizinhos, como Colômbia e Chile, e também que Portugal, França e Alemanha.

Há ainda uma grande distorção em relação ao setor privado, com o servidor público ganhando 240% a mais em cargos similares (O Globo 12/8). No funcionalismo federal, o salário de ingresso em uma função de nível superior equivale a quase quatro vezes mais do que no setor privado, distorção que cresce exponencialmente no tempo com gratificações, promoções por tempo de serviço e os famosos penduricalhos.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Sertanejo aparece muito mais magro e causa espanto  
KETODROL

### LINK PATROCINADO

A gordura da barriga pode reduzir rapidamente usando isso.  
DIUREX FIT POWER

### LINK PATROCINADO

Truques de bicarbonato de sódio que todos deveriam conhecer  
DO IT HOUSES

### LINK PATROCINADO

# Alcolumbre põe veto a desoneração em pauta

Presidente do Senado vinha resistindo a tratar do tema; líder do governo manobra para adiar

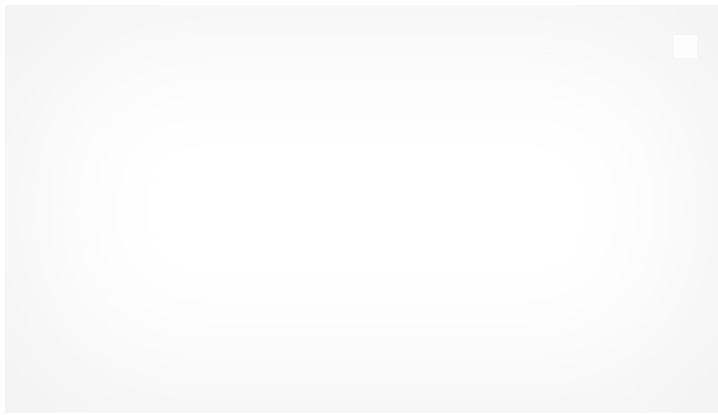
Por Renan Truffi e Vandson Lima — De Brasília

18/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (DEM-AP), convocou para amanhã uma nova sessão deliberativa para análise dos chamados vetos presidenciais e incluiu na pauta a apreciação da desoneração da folha de pagamento, que beneficia 17 setores da economia. Apesar disso, o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), disse ao **Valor** ontem que o assunto deverá ficar para o início de setembro.

A razão é que, antes, os congressistas devem se debruçar sobre 24 itens que foram rejeitados no âmbito do pacote anticrime. Sancionada em dezembro pelo presidente Jair Bolsonaro, a lei foi elaborada pelo ex-ministro Sergio Moro, mas acabou sendo alterada durante sua tramitação no parlamento. A proposta tem por objetivo aperfeiçoar a legislação e o processo penal.

Para o governo, o adiamento da discussão sobre o veto da desoneração é importante porque o Palácio do Planalto ainda não conseguiu construir um acordo em relação ao seu conteúdo. Bancadas numerosas como MDB e PSD têm defendido que a decisão do presidente seja derrubada como forma de não gerar mais demissões de trabalhadores. “Como líder, vou orientar neste sentido. Vamos votar para derrubar o veto da desoneração da folha”, disse o líder do PSD no Senado, Otto Alencar (BA).



Há mais de um mês, deputados e senadores pressionam para que o veto seja apreciado no Congresso. Com ajuda de Alcolumbre, no entanto, o governo tenta desde o início de julho baixar a temperatura em torno do assunto. A ideia era que, com um ambiente mais favorável, os líderes da gestão Bolsonaro pudessem construir um bom acordo sobre a matéria, o que acabou não acontecendo até agora.

Também está na pauta o veto imposto pelo presidente ao projeto que ampliou o rol de beneficiários do auxílio emergencial. Neste caso, foram 12 trechos vetados, entre eles o que listava profissões aptas a receber o auxílio, como pescadores profissionais artesanais e aquicultores; agricultores familiares; arrendatários, extrativistas, silvicultores, beneficiários dos programas de crédito fundiário, assentados da reforma agrária, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais; e a possibilidade de pescadores artesanais receberem o auxílio quando não estivessem cobertos pelo seguro-defeso.

Segundo a justificativa do Executivo, ao especificar determinadas categorias para o recebimento do auxílio em detrimento de outras, a proposta ofende o princípio da isonomia ou igualdade material. Nesse projeto, o Executivo também vetou a possibilidade de homens solteiros, quando chefes de família, receberem em dobro o benefício emergencial. Pelas regras vigentes, apenas mães chefes de família podem ter direito a duas cotas do auxílio emergencial (R\$ 1,2 mil) por mês. Segundo o governo, a medida colocaria em risco o recebimento do benefício por mães solteiras, pois o projeto não estabeleceu mecanismos para impedir que pais ausentes se colocassem na condição de chefes de família. Outro veto previsto é o que barrou parte do projeto que torna obrigatório o uso de máscaras.



# Caos tributário afeta recuperação de créditos em companhias com dificuldades

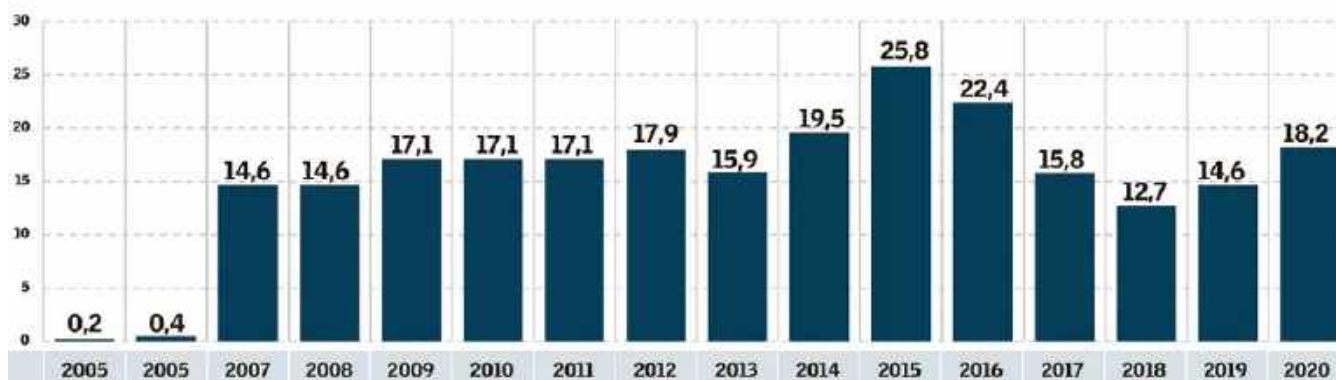
Uma das razões para a baixa recuperação de créditos em empresas é a posição privilegiada que o fisco tem na lista de credores

Por Alex Ribeiro — De São Paulo

18/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

## Recuperação de crédito

Em %



Fonte: Doing Business do Banco Mundial

Os acordos extrajudiciais são um dos principais pontos do relatório do deputado Hugo Leal (PSD-RJ) para reformar a Lei de Falências, mas não o único. O consenso é que serão preciso outros avanços para corrigir deficiências no ambiente de negócios do Brasil - um deles o caos do sistema tributário.

Uma das razões para a baixa recuperação de créditos em empresas é a posição privilegiada que o fisco tem na lista de credores. No Brasil, esse fator é muito mais relevante devido à importância dos impostos sobre consumo e produção na tributação de empresas e ao grande volume de contenciosos tributários.

O nó começa a ser desatado com a nova lei que permite que o fisco faça transações tributárias, com a faculdade de conceder descontos em impostos devidos em determinadas situações. E também com a perda de prioridade relativa do fisco na lista de credores.

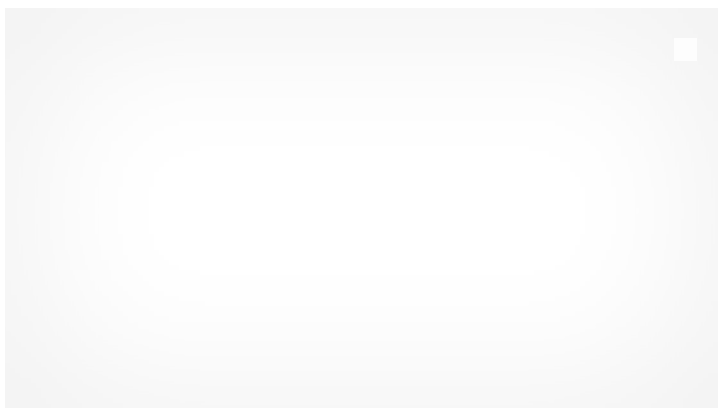
## Aumento do crédito

Crédito livre a pessoas jurídicas (em % do PIB)



Fonte: Banco Central. Obs: O Banco Central adotou uma nova metodologia estatística em março de 2007.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Esses pontos já haviam sido levantados nas discussões para aprovar a Lei de Falências de 2005, mas, naquele período, o fisco era mais relutante em negociar e atuar para viabilizar soluções nos casos de empresas em recuperação judicial ou liquidação. Há casos extremos em que uma empresa registra lucro na venda de um

ativo e tem que pagar impostos, apesar de o conjunto da massa falida estar no negativo. “Agora, o fisco tem uma porta mais negociável”, afirma Aloisio Araujo, assessor especial do Ministério da Economia.

“Os americanos taxam muito mais o lucro. Nas liquidações, as empresas não têm lucro real, então não sobra muito para o fisco”, afirma ele. “No Brasil, como o forte da tributação são impostos sobre o consumo, a primeira coisa que a empresa faz quando tem dificuldades é parar de recolher tributos.” Um outro aspecto é que a complexa legislação tributária brasileira dá margem para questionamentos judiciais no pagamento de impostos. Quando entra em dificuldades, tipicamente as empresas têm altos volumes de impostos em disputa.

A reforma tributária é um jeito de resolver esse nó de forma estrutural, ao tornar as regras menos complexas e reduzir o contencioso tributário. Mas, dentro do projeto da nova Lei de Falências, já há mecanismos para lidar com a situação, ao adaptar a transação tributária e alterar a ordem de prioridade na lista de credores dos valores devidos ao fisco.

Uma das situações em que os credores vão ganhar prioridade ainda maior é no chamado “debt in possession”. Esses são investidores que aceitam renovar linhas ou fazer novos empréstimos quando a empresa já está em dificuldades. “Esse investidor tem que ter prioridade se a empresa entra em falência para receber na frente, porque ele está tentando ajudar a evitar essa situação”, afirma Araujo. “Caso contrário, esse investidor fica nervoso, tira o dinheiro e aí que não vai recuperar a empresa mesmo.”

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Premium Família. Um plano. Até seis contas.

SPOTIFY

### LINK PATROCINADO

A gordura da barriga pode reduzir rapidamente usando isso.

DIUREX FIT POWER

### LINK PATROCINADO

# Execução de crédito extraordinário para pandemia chega a R\$ 278 bi

Volume representa 54,3% do total destinado para minimizar efeitos da crise sanitária

Por Mariana Ribeiro — De Brasília

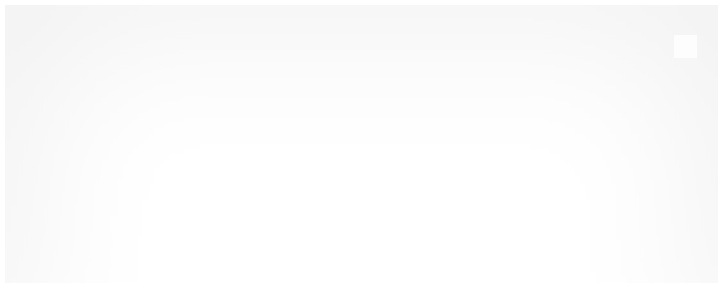
18/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Dos R\$ 511,3 bilhões em créditos extraordinários voltados ao combate da covid-19 e de seus efeitos sobre a economia, R\$ 277,9 bilhões haviam sido pagos até 11 de agosto, o que representa 54,3% do total. As informações são do Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) de agosto, divulgado ontem pela Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado.

Os dados mostram que o nível de execução subiu desde a edição de julho do relatório. No mês passado, eram R\$ 506,1 bilhões autorizados, dos quais R\$ 216,1 bilhões, ou 42,7%, estavam pagos.

Com o orçamento mais volumoso dentre as ações, de R\$ 254,2 bilhões, o auxílio emergencial teve R\$ 167,7 bilhões pagos, o que corresponde a 65,9% do total. No caso do apoio a Estados e municípios, de R\$ 60,2 bilhões, R\$ 30,1 bilhões foram pagos (50%). Já do benefício emergencial destinado aos trabalhadores formais que tiveram redução de jornada ou suspensão de contrato, que teve R\$ 51,64 bilhões reservados, R\$ 20,1 bilhões foram executados (38,9%).





Na ação de enfrentamento da emergência de saúde pública, o percentual de pagamento “aumentou expressivamente” entre as avaliações de julho e agosto, observa a IFI. A execução subiu de 32,9% no mês passado para 50,6%. Do total autorizado, de R\$ 46,8 bilhões, foram pagos R\$ 23,7 bilhões. “Finalmente está havendo uma celeridade maior”, disse o diretor-executivo da IFI, Felipe Salto, ao **Valor**.

Já em outras ações, a liberação segue baixa. É o caso do programa de financiamento da folha das empresas, que está com execução de 11,5% (R\$ 3,9 bilhões), de um total inicialmente reservado de R\$ 34 bilhões. A linha não deslançou e já teve parte dos recursos destinada a outras ações.

“Destaque-se que cada uma dessas ações tem uma dinâmica própria, a depender da natureza do gasto. Programas de transferência de renda, como no caso do auxílio emergencial, tendem a ter uma execução mais rápida”, explica a instituição. Já despesas de saúde costumam estar relacionadas à aquisição de bens ou à prestação de serviços, que “dependem da efetiva demanda pelos bens ou serviços e do cumprimento de mais etapas antes que o gasto seja efetivamente realizado”.

Sobre o cenário fiscal, a IFI aponta para um quadro de “deterioração evidente do déficit e da dívida pública”, movimento que está “alinhado ao que vem ocorrendo no resto do mundo e justifica-se pela necessidade de enfrentamento da crise da covid-19”. Pontua, no entanto, que a piora fiscal neste ano não constitui um risco em si e que a preocupação reside no pós-crise.

“O risco maior que a gente aponta é para o ano que vem. Não há propriamente um comando do Executivo sobre como será feita a condução das políticas”, frisou Salto. O documento destaca a relevância de o governo “dar sinalizações claras em relação ao compromisso com o retorno a um modelo de ajuste fiscal”. As recentes discussões sobre flexibilização do teto de gastos devem “levar em conta que o

principal nó fiscal segue sendo a evolução do gasto obrigatório”, diz a IFI, que vê um alto risco de rompimento da regra em 2021.

No documento, a instituição manteve ainda a projeção de queda do Produto Interno Bruto (PIB) de 6,5% em 2020 “apesar do viés de alta imposto pela dinâmica recente dos dados de atividade econômica”. O Ministério da Economia trabalha como uma estimativa de recuo de 4,7%.

A instituição avalia que a evolução da pandemia, a piora das condições do mercado de trabalho e as dúvidas em relação ao comportamento da renda disponível após a retirada dos estímulos fiscais contribuem para manter o nível de incerteza elevado.

A IFI melhorou, no entanto, sua projeção para o PIB do segundo trimestre. A estimativa passou de uma queda de 10,6% para 8,8% na comparação com os primeiros três meses do ano. Segundo o documento, é possível também traçar uma previsão preliminar para o PIB do terceiro trimestre de alta de 4%. Isso “poderia levar a queda do PIB deste ano para um patamar mais próximo de 5,0%, para o qual tem caminhado gradualmente (desde meados de julho) as expectativas do Boletim Focus”.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Premium Família. Um plano. Até seis contas.

SPOTIFY

### LINK PATROCINADO

Não utilize Cúrcuma, sem antes ler isso!

FITO CÚRCUMA

### LINK PATROCINADO

Sertanejo aparece muito mais magro e causa espanto

KETODROL

### LINK PATROCINADO

Truques de bicarbonato de sódio que todos deveriam conhecer

DO IT HOUSES

# Governo deve continuar proibido de gastar mais

Não é hora e furar o teto e sim os vários pisos de ineficiência no gasto público, sem aumentar a rigidez desse gasto

Por Murilo Portugal

18/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



O governo federal gastou R\$ 1,7 trilhão em 2019, sem contar pagamentos com dívida ou juros. O chamado gasto primário federal foi equivalente a 18,9% de tudo o que foi produzido no país. Considerando também Estados e Municípios, o gasto primário total do setor público, em torno de 36%, do PIB é mais elevado do que em países com renda per capita semelhante à nossa.

Nosso problema não é que o total gasto seja pouco, e sim onde gastamos, ou seja, a distribuição do gasto, e a maneira como gastamos, a eficiência desse gasto.

## Não é hora de furar o teto e sim os vários pisos de ineficiência no gasto público, sem aumentar sua rigidez

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Para gastar o governo taxa as pessoas que trabalham e as empresas que produzem, se endivida, ou cria moeda. Como essas alternativas são finitas, existem limites prudenciais ao gasto público sustentável, dos quais parecemos estar muito próximos.

A tributação no Brasil já é muito elevada: 33% de tudo que é produzido no país. As pessoas e empresas trabalham 4 meses de cada ano somente para pagar os gastos do governo. Nossa carga tributária é mais elevada do que a de países com renda per capita maior do que a nossa como o Reino Unido, Canadá, Estados Unidos e Suíça. E é maior do que a média dos países da América Latina, de 22% do PIB. Uma carga tributária ainda maior significa aumentar nossa desvantagem comparativa no mercado internacional.



A dívida pública do Brasil já é de 85% do PIB e, até o final deste ano, pode alcançar 96% do PIB. Embora não exista um limite fatal para a dívida do governo, há farta evidência empírica de que dívida pública elevada é ruim para o crescimento econômico e para a geração de empregos, especialmente se essa dívida se mantiver crescendo, o que aumenta o risco de crises financeiras. Segundo pesquisa do FMI, cada 10 pontos percentuais de aumento da dívida pública em países emergentes está associado à redução entre 0,3 a 0,4 pontos percentuais na taxa de crescimento da renda per capita no período subsequente<sup>1</sup>.

Quanto a criar moeda para custear o gasto público, depois de abusar por mais de três décadas do financiamento monetário, vivemos antes do Plano Real penosos períodos de hiperinflação aos quais não vale a pena voltar.

No final de 2016, o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional 95, instituindo um teto para as despesas primárias do governo federal, pelo menos até 2026. Foram criados tetos específicos para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, preservando assim a independência e a harmonia entre os três poderes da República. A cada ano, esses tetos são corrigidos pela inflação para preservar seu valor real.

Foram criados pisos para as despesas com educação e da saúde, que ficam assim protegidas de qualquer diminuição, devido ao papel mais relevante do setor público em certos tipos de despesas nesses dois setores e sua importância para o bem-estar da população e para o desenvolvimento econômico.

Dentro do teto, não há limite para o aumento de nenhuma despesa. Fica assim respeitada a função do Congresso de aumentar ou diminuir gastos e alocar recursos escassos para fins meritórios que, porém, competem entre si.

Em circunstâncias excepcionais, a emenda do teto de gastos já permite créditos extraordinários em casos de calamidade pública como, justificadamente, está acontecendo na atual situação de crise na saúde.

Vencida a pandemia, precisaremos voltar a um programa gradual de consolidação fiscal para, ao longo de anos, estabilizar a dívida pública, manter os juros baixos e a

inflação controlada e permitir, assim, um crescimento mais rápido da renda e do emprego.

Programas graduais de consolidação fiscal, executados ao longo de vários anos por diferentes governos, como foi em 2016 e deveria ser o caso atual, só funcionam se forem críveis, e só são críveis se não puderem ser abandonados com facilidade. Quando a economia está fraca e se recuperando e o ajuste fiscal é necessário, como agora, é muito importante que seja gradual. A credibilidade da Emenda Constitucional 95, que nos permitiu um ajuste fiscal gradual após o forte aumento na dívida em 2014-2016, será mais uma vez essencial.

São extremamente preocupantes, por isso, as pressões para furar ou driblar o teto, e criar novos pisos de despesas no momento em que mais precisaremos do teto para continuar num ajuste fiscal gradual. Como defende o ministro Paulo Guedes, não é hora de furar o teto. Precisamos, sim, furar os vários pisos de ineficiência no gasto público, sem aumentar a rigidez desse gasto.

Entre 1991 e 2016 o gasto primário federal aumentou quase duas vezes mais rapidamente do que a economia, passando de 10,8% para 19,5% do PIB. Gastamos mais do que outros países sem satisfazer as necessidades da população porque gastamos em coisas erradas e porque gastamos mal nas coisas certas.

No Brasil, prospera a crença de que a principal indicação da prioridade atribuída a uma área ou programa governamental é quanto neles é gasto. Para quem trabalha ou fornece bens e serviços para essas áreas ou programas, o quanto é gasto pode parecer o mais importante. Para a população, entretanto, o mais importante é a quantidade, qualidade e tempestividade do que se produz. É possível fazer mais e melhor com custo unitário menor. É assim que o mundo tem progredido através dos séculos, aumentando a produtividade.

Em vez de abandonar ou contornar o teto ou criar novos pisos setoriais de gastos, devemos alterar a distribuição dos gastos e gastar melhor. Parte importante dos 4% do PIB em subsídios fiscais não produziu os benefícios esperados e deve ser eliminada. Não precisamos pagar a servidores públicos salários 67% maiores do que os pagos pelo setor privado para pessoas com iguais qualificação e experiência. Há

uma miríade de programas governamentais que precisam ser revistos e, provavelmente, extintos.

Com apenas 3 anos de prática, o teto de gastos foi essencial para um ajuste fiscal gradual após o aumento de 18 pontos percentuais do PIB na dívida pública em 2014-2016. Agora, quando o crescimento da dívida será ainda maior, sem o teto talvez não seja viável manter o gradualismo do ajuste fiscal ou a estabilidade macroeconômica.

A experiência de países que adotaram tetos de gastos é encorajadora. Uma análise econométrica do FMI, comparando o desempenho fiscal, entre 1985 a 2012, de 57 países mostrou que os 26 países que adotaram tetos de gastos tiveram desempenho fiscal médio melhor do que os demais 31 países que não utilizavam este mecanismo. Os resultados primários foram melhores, as despesas primárias foram mais baixas, e a política fiscal pôde ser anticíclica no período posterior à introdução do teto, ao se comparar com o período anterior<sup>2</sup>.

Desistir do teto de gastos no momento em que ele será mais necessário seria uma enorme irresponsabilidade, com graves consequências macroeconômicas. O governo federal deve continuar proibido de gastar mais enquanto não conseguir gastar melhor.

*1. Public Debt and Growth, Manmohan S. Kumar and Jaejoon Woo, 2010, IMF Working Paper 174*

*2. Expenditure Rules: Effective Tools for Sound Fiscal Policy?. Till Cordes, Tidiane Kinda, Priscilla Muthoora e Anke Weber, 2015, IMF Working Paper 15/29.*

**Murilo Portugal Filho, ex-secretário do Tesouro, foi secretário executivo do Ministério da Fazenda e vice-diretor geral do FMI.**

## Guedes diz que fica no governo e teto será mantido

“Existe muita confiança do presidente em mim e minha no presidente”, afirmou o ministro da Economia

Por Marcelo Ribeiro, Fabio Murakawa, Edna Simão e Mariana Ribeiro — De Brasília

18/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

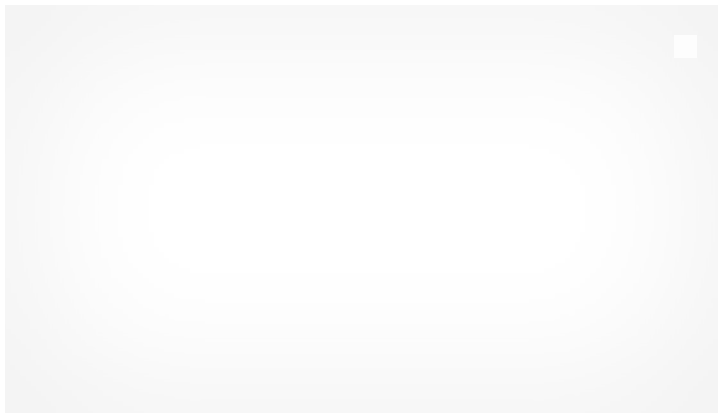
---

O ministro da Economia, Paulo Guedes, sinalizou ontem que ficará no governo e disse não ter motivos para desconfiar de um eventual descumprimento da promessa feita pelo presidente Jair Bolsonaro de que manterá o teto de gastos públicos. Ele acrescentou que, para viabilizar a realização de obras, está sendo avaliado o remanejamento de recursos remanescentes de medidas provisórias (MPs).

“Existe muita confiança do presidente em mim e minha no presidente. Não tive nenhum ato que indicasse que eu não deva confiar no presidente. Da mesma forma, eu não faltei em nenhum momento em que ele não possa confiar em mim”, disse Guedes em frente à sede da pasta. Questionado se está à vontade governo, respondeu: “À vontade neste cargo eu acho difícil você encontrar alguém que vai estar sempre à vontade. É um cargo difícil”.

No entanto, afirmou que recebeu o apoio de Bolsonaro nos episódios mais críticos. “Nos momentos decisivos, já aconteceram duas ou três vezes, em que o presidente me apoiou. Em momentos decisivos ele me apoiou. Aconteceu agora, há dois meses, quando houve aquele veto. Não poderíamos deixar o dinheiro da crise da saúde virar aumento de salários.”





Ads by Teads

A entrevista ocorreu após o ministro se reunir com Bolsonaro e de um encontro com o relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Pacto Federativo, o senador Márcio Bittar (MDB-AC). Segundo Guedes, o projeto é um dos caminhos para abrir espaço no Orçamento para mais investimentos em obras. Bittar também é o relator do Orçamento de 2021.

Guedes disse que a equipe econômica estuda o que poderá ser remanejado de recursos orçamentários para que se possa fazer mais investimentos. Ele disse ver com naturalidade que alguns ministros pressionem por mais gastos, mas destacou que é seu dever alertar o presidente de que é preciso ter responsabilidade fiscal e cumprir o teto de gasto. “É natural que ministros digam que se gastou R\$ 700 bilhões pode gastar R\$ 720 bilhões”, afirmou. “Também é natural que eu alerte que não podemos furar o teto.”

Segundo Guedes, durante a reunião da semana passada com os presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), havia o entendimento de que se poderia remanejar recursos que sobraram de duas MPs em torno de R\$ 15 bilhões de recursos que foram repassados a Estados e municípios mas que não foram utilizados. Essa conversa começou quando presidentes da Câmara e do Senado admitiram que havia sobra de recursos. “Há um pedaço que pode e outro que não pode.”

Segundo apurou o **Valor**, no encontro com Bolsonaro, Guedes apostou no apelo popular do auxílio emergencial para tentar convencer o presidente a reforçar o compromisso com o teto de gastos. Além de recorrer a um tom didático, o ministro teria explicado que “não há espaço fiscal para tudo”.

De acordo com fontes, ao sugerir que Bolsonaro terá que escolher as prioridades, Guedes acredita que vencerá a disputa sobre o teto. Em conversas reservadas, o ministro teria afirmado que, embora o presidente esteja satisfeito com a agenda de viagens para inaugurar obras - o que tem potencial para torná-lo mais competitivo na disputa presidencial de 2022 -, ele sabe que foi o pagamento do auxílio emergencial que garantiu o aumento da sua aprovação.

Guedes frisou que existem formas de aumentar o investimento público, destacando que ele cai a cada ano porque as despesas obrigatórias estão subindo. Nesse cenário, ele destacou que o governo mudou o regime fiscal, que começou a trabalhar com juros mais baixos. Além disso, está convidando a iniciativa privada para a realização dos investimentos. “Se fizermos o Pacto Federativo, o chão não sobe e liberamos espaço [para gastos em investimentos].”

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Truques de bicarbonato de sódio que todos deveriam conhecer  
DO IT HOUSES

### LINK PATROCINADO

Médico alerta: Pare de comer esses 3 alimentos hoje  
DR. RAFAEL FREITAS

### LINK PATROCINADO

Mulher de Lauro De Freitas descobre solução para varizes em planta  
VARICLEAR

### LINK PATROCINADO

Chegou em Lauro De Freitas a joelheira que ajuda aliviar a dor no ciático.  
CI ACTIVE

### LINK PATROCINADO

Suas dores corporais podem ser irradiações do pescoço. Veja o que este artigo diz:  
SAÚDE EM FOCO

### LINK PATROCINADO

O mais escolhido pelos artistas agora com frete grátis para Lauro De Freitas e região  
TTCENTER



Por Fabio Graner

Fabio Graner é repórter na sucursal de Brasília. Está no Val... [ver mais](#)

## Teto e gatilhos no país dos ruídos políticos

Gatilhos podem ser insuficientes para sustentar mecanismo que limita crescimento das despesas da União

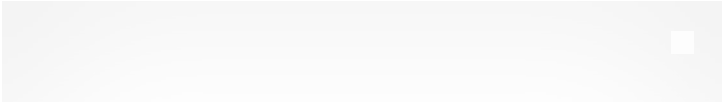
18/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Imbuído da tarefa de defender o teto de gastos diante das crescentes pressões para sua flexibilização, o ministro da Economia, Paulo Guedes, demonstra segurança e otimismo com as chances de sustentar sua agenda.

Ao **Valor**, ele fez um balanço sobre a ruidosa última semana, que teve a “debandada” de dois importantes auxiliares e especulações sobre sua permanência, mas também gestos contundentes em defesa do limite de despesas por parte do presidente Jair Bolsonaro e dos chefes da Câmara e do Senado, o deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) e o senador Davi Alcolumbre (DEM-AP).

### Gatilhos podem ser insuficientes para sustentar mecanismo

PUBLICIDADE



“O resumo da semana passada, é que a Câmara, o Senado e o Presidente da República disseram: estamos todos sob o mesmo teto e vamos retomar as reformas”, disse Guedes, reforçando o aspecto simbólico daquele encontro. Bolsonaro, aliás, na sexta-feira e no sábado passados voltou a defender o teto, depois de ter admitido, na quinta-feira, que houve discussão no governo para flexibilizar o dispositivo.

O ministro reconhece que há méritos em algumas propostas que implicam mais gastos, como obras de saneamento no Nordeste ou projetos mais típicos de infraestrutura. Mas salienta a necessidade de que isso seja feito dentro dos limites, retirando-se, portanto, de outras rubricas de despesas. E diz que há compreensão sobre isso no governo, a despeito das discussões que vieram à tona. “A equipe está unida em torno disso, é natural que haja pleito de recursos para água no Nordeste e para obras críticas de infraestrutura e isso tem que vir de remanejamento de recursos”.

Assim, sua mensagem continua enfática: é preciso rebaixar e travar o piso e não destruir o teto. Nesse sentido, o ministro ficou contente com o manifesto de um grande grupo de economistas, divulgado no domingo, em defesa do dispositivo constitucional e apoiando a tese da pasta sobre a necessidade de se aprovar uma emenda constitucional que permita acionar os chamados “gatilhos” de controle de despesas obrigatórias, que têm ocupado espaço dos gastos livres, como os investimentos.

O texto reconhece que, efetivamente, o instrumento que vai liberar espaço para outros gastos é a redução de jornada e salário de servidores públicos em 25%. As contas apontam para uma economia de R\$ 15 bilhões no ano que vem para a União, número que encontra correspondência em cálculos internos da área econômica.

Os demais “gatilhos”, como proibição de concursos, reajustes salariais e progressões automáticas de carreiras não dão espaço novo para as despesas, mas impedem perda adicional de terreno nas discricionários. E isso, em tese, daria alguma sobrevida ao teto sem inviabilizar a máquina pública.



O ex-ministro da Fazenda Nelson Barbosa alerta, contudo, que o acionamento das medidas não será suficiente para garantir a sobrevivência do teto, dado os defeitos que haveria na concepção do mecanismo. Ele lembra que iniciativas como o corte de salários e jornada são temporárias, por dois anos, e não enfrentam a fragilidade estrutural do mecanismo.

“A abertura de R\$ 15 bilhões no ano que vem não é suficiente para manter o teto. Você abre esse espaço para evitar cortar os investimentos nessa magnitude, mantendo no nível atual que já é deprimido. Mas não está resolvendo porque a Previdência vai continuar crescendo, mesmo com a reforma”, comentou Barbosa. “Só vai se manter o teto com corte grande de folha de pagamentos, mas as PECs não proporcionam um corte grande o suficiente por seis anos para sustentar o teto”, acrescentou.

Por isso, na visão dele, seria melhor o governo encampar uma discussão organizada para redesenhar o dispositivo, garantindo o controle de gastos obrigatórios, principalmente de pessoal, mas discutindo um volume mais adequado para outras despesas, como investimentos, saúde e educação.

“Sou favorável a discutir reforma administrativa e algum ajuste de folha... Você tem que ter um teto. Pode-se fazer um acordo, definindo-se um valor [maior] do investimento e os gastos da área social... É uma regra de limite, mas não é congelamento”, disse. Se não organizar a discussão de reformar o teto, Barbosa avalia que ele pode desabar completamente e os grupos corporativos se apropriarem mais rapidamente do orçamento, com aumentos salariais para grupos fortes, como militares e servidores do Judiciário.

O ex-ministro alerta ainda para o risco econômico de se promover uma contração fiscal no ano que vem, quando o estado de calamidade em tese deixa de existir e o teto de gastos é retomado. E lembra que pode se repetir 2017, quando houve forte restrição fiscal e a recuperação do crescimento ficou comprometida.

Nesse ponto é grande a controvérsia. Para a atual equipe econômica, não retornar para o regime fiscal ancorado no teto de gastos em 2021 terá efeito contrário na economia, abortando um processo de recuperação que já estaria em curso. A leitura

dos técnicos da pasta é que o abandono desse compromisso vai gerar forte estresse, elevando juros e taxa de câmbio, e aumento na incerteza.

Para o especialista em contas públicas Guilherme Tinoco, a questão do crescimento econômico será decisiva para os rumos fiscais do país. “Se a economia não cresce, é natural que mais gente questione a política fiscal e o governo seja pressionado por mais gastos”, explicou ao **Valor**. “O crescimento poderia ajudar na política fiscal e na redução das pressões sobre o teto de gastos”.

Tinoco defende que o teto ajuda a controlar a trajetória fiscal e a dívida, permitindo melhora na confiança na economia. E também aponta necessidade de reformá-lo. Mas avalia que essa discussão não deveria ser feita de forma açodada, a poucas semanas do envio do projeto de orçamento.

“O ideal seria primeiro haver medidas de ajustes, como redução de altos salários, e, depois de aplicadas, revisar seu desenho. Um dos benefícios do teto é que, em momentos restritivos, ele obriga a se fazer reformas. Flexibilizar na primeira oportunidade não seria bom”, disse. Ele tem proposta de, a partir de 2023, retirar parte dos investimentos do limite e permitir aumento real de despesas totais.

O debate em curso não é trivial. Entre defensores e opositores, é importante que qualquer decisão sobre a política fiscal seja tomada sem paixões eleitoreiras, com pragmatismo, realismo e, principalmente, preocupação em não deixar desamparados aqueles que menos força têm para se defender na eterna disputa por espaço no orçamento público.

**Fabio Graner é repórter em Brasília**  
**E-mail: [fabio.graner@valor.com.br](mailto:fabio.graner@valor.com.br)**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Truques de bicarbonato de sódio que todos deveriam conhecer  
DO IT HOUSES

### LINK PATROCINADO

Médico alerta: Pare de comer esses 3 alimentos hoje

## BC teme que repasse ao Tesouro seja visto como financiamento à União

Ideia de transferir lucro da instituição é discutida entre o Ministério da Economia e o Congresso desde junho

Por **Murillo Camarotto e Lu Aiko Otta** — De Brasília

18/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---



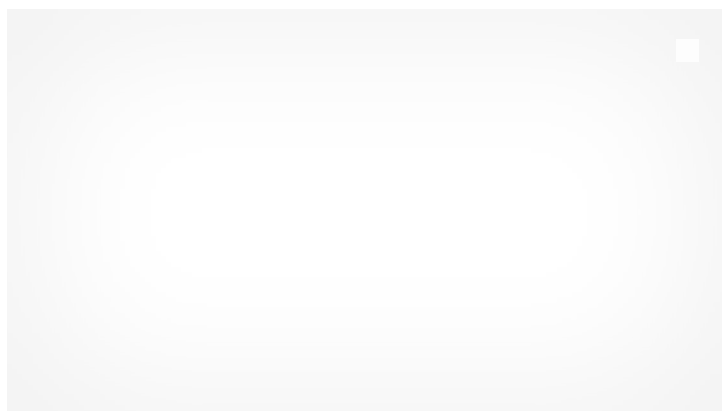
Roberto Campos Neto: reunião com TCU debateu possível repasse de lucro — Foto: José Cruz/Agência Brasil

Reunido na tarde de ontem com ministros do Tribunal de Contas da União (TCU), o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, manifestou preocupação com a interpretação que poderá ser dada à uma possível transferência dos lucros do BC com operações de câmbio para o Tesouro Nacional.

Logo no início do encontro, Campos Neto admitiu temer que, no futuro, a transação venha a ser considerada uma forma de financiamento para a União, o que é proibido pela legislação e, inclusive, resultou no impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. “Transferir ok, o que não pode é financiar”, afirmou.

Na sexta-feira passada, o **Valor** revelou que o presidente do BC queria ouvir o TCU antes de dar andamento a uma transferência de cerca de R\$ 400 bilhões para o Tesouro. A operação é regular e depende apenas de aprovação do Conselho Monetário Nacional (CMN), mas só pode ocorrer mediante um cenário de restrição severa de liquidez que ainda não está devidamente comprovado.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

A equipe econômica conta com o repasse para aliviar o resultado fiscal deste ano, estimado em um rombo de mais de R\$ 800 bilhões. Mesmo se a transferência for efetuada, o dinheiro não pode ser usado para pagar despesas, mas apenas para custeio da dívida pública interna.

Um dos auditores responsáveis pela identificação das “pedaladas fiscais” que derrubaram Dilma, o consultor legislativo Antônio Carlos Costa D’Ávila disse em junho em um debate com professores de direito financeiro que, na sua avaliação, a transferência do lucro do BC para o Tesouro configura, sim, financiamento do banco para a União.



O receio dessa interpretação levou Campos Neto a pedir a reunião com o TCU. Ele ouviu de um ministro, no entanto, que mesmo que essa interpretação fosse possível ela não poderia ser aplicada em 2020. Isso porque o chamado “Orçamento de Guerra”, decretado devido à pandemia, libera uma série de operações normalmente vedadas, entre elas o financiamento para a União.

Sobre as condições de liquidez exigidas para que a transação possa ser feita, ministros do TCU informaram que será do próprio BC e do CMN a atribuição de definir se o cenário atual apresenta, de fato, “severas restrições”.

A ideia de transferir resultados financeiros do BC para o Tesouro é discutida entre o Ministério da Economia e o Congresso desde junho. Projeto de lei de autoria do deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE), protocolado em 6 de junho, regulamenta a operação. Na avaliação do parlamentar, a crise de liquidez requerida pela legislação não se apresenta no momento. “O mercado está líquido”, opinou Benevides.

O Projeto de Lei Complementar 159/2020, de sua autoria, regula a aplicação do resultado operacional e de parte dos saldos financeiros oriundos de operações com reservas cambiais e das operações com derivativos cambiais no contexto da calamidade pública causada pela covid-19.

São cerca de R\$ 500 bilhões, que dariam sustentabilidade fiscal nos médio e longo prazos, informa o texto que justifica o projeto de lei. Repor parte da perda de receitas tributárias possibilitaria uma trajetória mais favorável para a dívida pública.

“Esse lucro acumulado de mais de R\$ 500 bilhões, cujo valor pode ser suficiente para complementar a receita que estava prevista antes da redução da atividade econômica, poderá ser usado para pagar as despesas emergenciais, visto que esses recursos estão disponíveis para uso imediato”, informa o texto.

O projeto lista cinco finalidades: auxílio financeiro a Estados e municípios, auxílio emergencial, despesas com saúde e assistência social, despesas com manutenção do emprego e da renda e despesas constantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social. Diz, ainda, que esses gastos serão realizados sob um marcador

específico no Orçamento, de forma que o destino dos recursos seja facilmente identificado.

De acordo com dados da Secretaria do Tesouro Nacional, até ontem haviam sido pagos R\$ 294,5 bilhões em despesas específicas para combater os efeitos da covid-19. O total estimado para o ano é R\$ 512 bilhões.

O maior item de despesa é o pagamento do auxílio emergencial, a cargo do Ministério da Cidadania, com R\$ 167,66 bilhões desembolsados de um total previsto de R\$ 254,4 bilhões. Em seguida, vem o apoio financeiro a Estados e municípios, com R\$ 54,98 bilhões, de um total de R\$ 79,19 bilhões. **(Colaborou Estevão Taiar)**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Não utilize Cúrcuma, sem antes ler isso!  
FITO CÚRCUMA

### LINK PATROCINADO

Sertanejo aparece muito mais magro e causa espanto  
KETODROL

### LINK PATROCINADO

Chegou em LAURO DE FREITAS o tratamento indolor para joanete mais eficiente do Brasil.  
MEIA JOANETE FLEX

### LINK PATROCINADO

Truques de bicarbonato de sódio que todos deveriam conhecer  
DO IT HOUSES

### LINK PATROCINADO

Médico alerta: Pare de comer esses 3 alimentos hoje  
DR. RAFAEL FREITAS

### LINK PATROCINADO

Mulher de Lauro De Freitas descobre solução para varizes em planta  
VARICLEAR

# Déficit da balança da indústria aumenta 66% no 1º semestre

Rombo sobe para US\$ 19,1 bilhões e cresce mais nos ramos intensivos em tecnologia

Por **Marta Watanabe** — De São Paulo

18/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Rafael Cagnin, economista do IEDI: perda de espaço da indústria de transformação acontece há mais de dez anos — Foto: Silvia Costanti/Valor

Na primeira metade de 2020, o déficit da balança comercial da indústria de transformação avançou 66% em relação ao mesmo período de 2019, atingindo US\$ 19,1 bilhões. A deterioração foi em parte resultado de perda histórica de participação dos bens industriais nas exportações. A fatia da indústria de transformação nos embarques brasileiros caiu de 58,6% para 53,5% do primeiro semestre de 2019 para iguais meses deste ano. É a menor participação da indústria desde o início da série para o período. Os dados são do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

O déficit da primeira metade de 2020 resultou de queda maior das exportações que das importações. Com tombo de 15,6%, os embarques somaram US\$ 54 bilhões no acumulado até junho, o menor montante exportado desde o primeiro semestre de 2009. As importações decresceram 3,2% na mesma comparação, ficando em US\$ 73,1 bilhões.

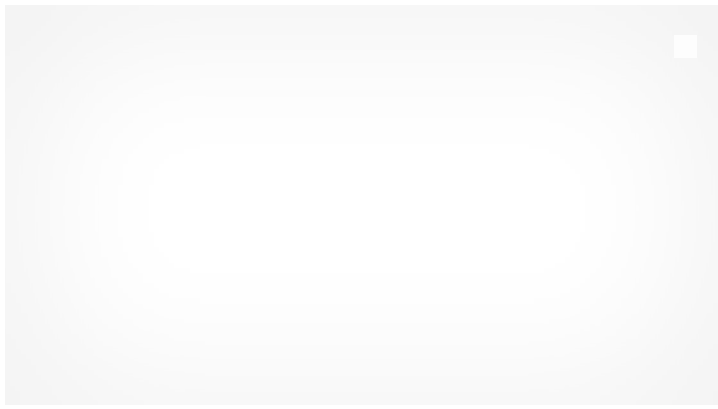
## Exportação brasileira

Fatia da indústria de transformação\* - em %



Fonte: Corex Stat. Elaboração: Iedi, com base em classificação da OCDE \*No primeiro semestre de cada ano

Além da redução de participação da indústria na exportação total, a perda foi mais acentuada ainda nos ramos intensivos em tecnologia, destaca Rafael Cagnin, economista do Iedi. A participação conjunta da média alta e da alta tecnologia na exportação de bens industriais caiu de 32,2% para 25,8% do primeiro semestre de 2019 para iguais meses deste ano. Trata-se do pior desempenho nos últimos 12 anos para o período. Olhando separadamente a alta tecnologia, a fatia caiu de 6,8% no primeiro semestre de 2019 para 4,1% em igual período de 2020. Em 2018, há dois anos, a fatia era de 8%.



Cagnin ressalta que a perda de espaço da indústria de transformação acontece há mais de dez anos, com alguma interrupção no biênio de 2015/2016. Nesse período houve avanço das exportações porque, com retração da demanda doméstica, as indústrias aproveitaram um período de câmbio favorável para exportar. Mas logo depois a tendência de queda voltou, para chegar agora ao ponto mais baixo da série.

“Há um processo de primarização prolongada da pauta exportadora”, diz o economista. “Não há problema nenhum em exportar commodities”, afirma ele, mas o ponto é que as cadeias produtivas de produtos básicos são mais curtas e não há o processo de industrialização, o que potencialmente retira a possibilidade de gerar mais renda e emprego, com desdobramentos no desenvolvimento tecnológico e na atração de investimentos.

A perda maior dos ramos mais intensos em tecnologia é um agravante, diz Cagnin. Segundo dados do IEDI, na indústria de alta tecnologia, por exemplo, o déficit comercial aumentou 10% na primeira metade de 2020 ante mesmo período do ano anterior.

O déficit desse grupo foi de US\$ 12,2 bilhões no acumulado até junho, maior do que os dos quatro anos anteriores para o primeiro semestre. Os embarques dos bens mais intensivos em tecnologia despencaram 48% no primeiro semestre enquanto as importações recuaram 6,5%, na comparação com igual período de 2019.

A faixa de média-alta intensidade encerrou o primeiro semestre com déficit de US\$ 20,3 bilhões, o maior dentre as cinco faixas. Ainda assim, sua magnitude ficou menor do que a registrada em igual período entre 2011 e 2015. Suas exportações recuaram 28,2% em relação ao primeiro semestre do ano passado. Tal recuo foi puxado pela



retração nas vendas externas do ramo de veículos automotores, reboques e semi-reboques, registrando déficit, embora de menor magnitude que no primeiro semestre de 2019. O saldo dos produtos químicos (exceto farmacêuticos) permaneceu como maior déficit. Enquanto isso o segmento de máquinas e equipamentos não especificados noutros ramos teve o maior aumento no déficit, uma combinação de retração das exportações com incremento nas importações. As perdas nesses grupos, diz Cagnin, podem representar um isolamento maior da produção brasileira, já que os grupos de alta e média-alta intensidade tecnológica são os que tendem a permitir maior inserção nas cadeias globais de valor.

Para José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), a trajetória de perda de espaço dos embarques de bens industriais mostra que há problemas estruturais anteriores à pandemia e, passada a crise atual, essas deficiências podem se agravar.

Nas exportações à União Europeia e aos Estados Unidos, diz ele, mais de 70% das operações são intrafirma. Após a pandemia, porém, é possível que haja uma reorganização desses conglomerados em busca de competitividade, quesito no qual o Brasil é vulnerável. Para Castro, o resultado da balança da indústria preocupa menos o governo porque o resultado total do intercâmbio comercial brasileiro, o que inclui os não industrializados, ainda tem superávit de US\$ 30 bilhões de janeiro a julho. O saldo positivo, porém, é resultado de queda de importações e ocorre com simultâneo encolhimento da corrente de comércio.

Um agravante para esse quadro é a diferença de estágios da pandemia em que se encontram o Brasil e outros países em relação à covid-19, segundo Cagnin. Enquanto o Brasil faz a travessia, outros países já iniciam a retomada. “Além da competitividade dos produtos, a China, por exemplo, se recupera antes do restante da América Latina, com condições de exportação restabelecidas antes, o que pode levar a um deslocamento no comércio.”

Além da diferença de timing da doença no mundo, o enfrentamento da crise atual, diz Cagnin, tem sido mais difícil em países como o Brasil, devido a questões como desigualdade social, deficiências no saneamento, gargalos nos sistemas de saúde e dificuldade de implementação de medidas econômica. A falta de estrutura torna

mais difícil a travessia da pandemia, o que faz o descompasso ser ainda maior em relação a outros países que conseguiram enfrentar a covid-19 com mais facilidade.

Para Cagnin, é preciso estabelecer de forma clara uma agenda com o objetivo de aumentar a competitividade das empresas. Uma reforma tributária mais ampla possível, de forma que não eleve a carga tributária, é fundamental, aponta. Para ele, o início da implementação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) pode se iniciar com os tributos federais, como vem propondo a União, mas é preciso que a progressão para o ICMS e ISS esteja claramente definida. Caso contrário, seria mais um elemento de incerteza a agravar o ambiente de insegurança. Para Cagnin, uma agenda nesse sentido é imprescindível para que a indústria brasileira tenha lugar para competir na saída da crise, quando todos os países estarão tentando ampliar mercado, com o conseqüente acirramento da concorrência.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Premium Família. Um plano. Até seis contas.

SPOTIFY

### LINK PATROCINADO

Não utilize Cúrcuma, sem antes ler isso!

FITO CÚRCUMA

### LINK PATROCINADO

Truques de bicarbonato de sódio que todos deveriam conhecer

DO IT HOUSES

### LINK PATROCINADO

Médico alerta: Pare de comer esses 3 alimentos hoje

DR. RAFAEL FREITAS

### LINK PATROCINADO

A gordura da barriga pode reduzir rapidamente usando isso.

DIUREX FIT POWER

### LINK PATROCINADO

Mulher de Lauro De Freitas descobre solução para varizes em planta

VARICLEAR

## Para Baleia, alívio sobre a folha precisa gerar empregos

Presidente nacional do MDB diz que “há uma disposição dentro do partido de derrubar” o veto presidencial

Por Ribamar Oliveira, Fernando Exman e Renan Truffi — De Brasília

18/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



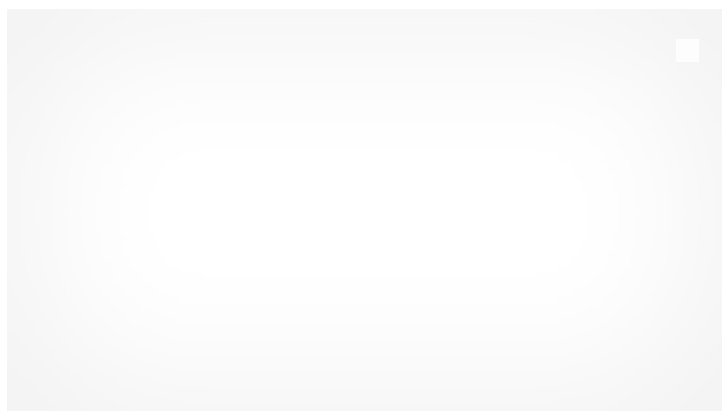
Baleia: para presidente nacional do MDB e líder da sigla na Câmara, “há uma disposição dentro do partido de derrubar” o veto presidencial à desoneração da folha — Foto: Claudio Belli/Valor

O presidente nacional e líder do MDB na Câmara, deputado Baleia Rossi (SP), afirmou ontem na “Live” do **Valor** que o partido está disposto a derrubar o veto feito pelo presidente Jair Bolsonaro à desoneração da folha de pagamentos, que beneficia atualmente 17 setores da economia. Para ele, o assunto também deve ser debatido no âmbito da reforma tributária, em razão da necessidade de geração de novos empregos após a pandemia.

O veto presidencial causou forte reação no Parlamento, mas desde o mês passado o presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (DEM-AP), vem postergando sua apreciação. O MDB tem hoje 34 deputados, formando a terceira maior bancada na Câmara, e 13 senadores - a maior sigla do Senado. O partido pode dificultar a estratégia do governo de garantir a manutenção do veto. “Nós estamos aguardando o presidente Davi Alcolumbre marcar a deliberação desse veto. Não discutimos o assunto na bancada do MDB, mas há uma disposição do partido de derrubar esse veto”, acrescentou o parlamentar, autor da Proposta de Emenda Constitucional 45, conhecida como a reforma tributária da Câmara. Horas depois, Alcolumbre marcou a deliberação para amanhã.

A discussão sobre a desoneração da folha de pagamento não deve se limitar à apreciação do veto presidencial. A equipe econômica pretende condicionar a manutenção da medida à obtenção de uma fonte de arrecadação, por meio da criação de uma contribuição sobre pagamentos. Para Baleia, um projeto com esse objetivo precisa ter efeito real na geração de empregos para se justificar.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

“Infelizmente, os números mostram que podemos chegar ao fim da pandemia com 18 milhões de desempregados. Essa é uma preocupação muito grande que nós

temos. Se houver uma desoneração da folha e isso significar geração de novos empregos, acredito que isso não vai ter nenhuma dificuldade no Congresso. Mas nós precisamos que um projeto de desoneração na folha tenha resultado na geração de novos empregos. Então é uma das discussões mais importantes”, complementou.

Em relação à criação de uma nova Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o líder do MDB admitiu que existe uma “resistência” do Parlamento, mas deu abertura, em seguida, para que se discuta o assunto. “A CPMF do jeito que foi utilizada no passado é um imposto ruim porque é cumulativo e não organiza a tributação. Existe uma resistência não só do Rodrigo Maia [presidente da Câmara, à nova CPMF], mas também de todo o parlamento. Mas o ministro da Economia tem dito que a proposta dele não é uma nova CPMF e o Congresso não pode deixar de discutir, de debater. Se a proposta do governo não é uma nova CPMF, acho que cabe discutir o assunto”, emendou. Ele destacou, contudo, a importância de a reforma não elevar a carga.

O emedebista mostrou otimismo sobre as chances de aprovação da reforma tributária e afirmou ver chance de 90% de a votação acontecer ainda neste semestre na Câmara. Ele reconheceu que as eleições interferem no andamento das matérias no Congresso, mas disse que o plenário deve deliberar já em outubro.

“Se conseguirmos deliberar os dois turnos em outubro na Câmara, ato contínuo vai para o Senado. A ideia é já buscar na comissão mista um texto consensual para que a gente tenha um consenso mínimo. Expectativa é, assim que votar na Câmara, vote no Senado e também tenha aprovação no Senado”, sublinhou.

A previsão do deputado é que ao longo de agosto e setembro o tema seja discutida em audiências públicas. “A reforma tributária pode trazer um crescimento de até 20 pontos no PIB em até 20 anos”, afirmou. Ele também lembrou a importância de a reforma tributária acabar com a guerra fiscal, embora tenha reconhecido que ainda são necessárias negociações em relação ao período de transição e o tamanho do fundo de compensação para estados e municípios, que poderão ter redução na arrecadação.



O deputado disse também que, além da tributária, é necessário que se promova uma reforma administrativa que reduza o peso do Estado nas finanças públicas. Segundo ele, o partido vai cobrar do Palácio do Planalto o envio de um projeto com esta finalidade.

Por fim, o deputado respondeu sobre a relação entre seu partido, o MDB, e o governo Jair Bolsonaro. Ele minimizou a saída da legenda do bloco conhecido como Centrão na Câmara. Na visão dele, a decisão foi “natural” devido à postura de “independência” que a legenda tem em relação ao Planalto. Ele negou qualquer “ruptura” com os demais partidos que integram o grupo.

“O fato de o MDB ter saído do bloco foi algo muito natural. O MDB tem um posicionamento hoje de independência [em relação ao governo]. Não teve ruptura com o centro, temos um bom diálogo e estamos 100% alinhados com a agenda de recuperação econômica. Nossa independência é importante para que a gente possa criticar aquilo que não achamos certo”, disse, acrescentando que não é hora de se discutir a eleição para presidente da Câmara. Ele disse que não é candidato.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

A gordura da barriga pode reduzir rapidamente usando isso.

DIUREX FIT POWER

### LINK PATROCINADO

Truques de bicarbonato de sódio que todos deveriam conhecer

DO IT HOUSES

### LINK PATROCINADO

Chegou em Lauro De Freitas a joelheira que ajuda aliviar a dor no ciático.

CI ACTIVE

### LINK PATROCINADO

Médico revela: "Você pode resolver suas rugas em casa" (veja como)

DR. RAFAEL FREITAS

### LINK PATROCINADO

Suas dores corporais podem ser irradiações do pescoço. Veja o que este artigo diz:

SAÚDE EM FOCO